

PAÍSES MENOS  
DESENVOLVIDOS

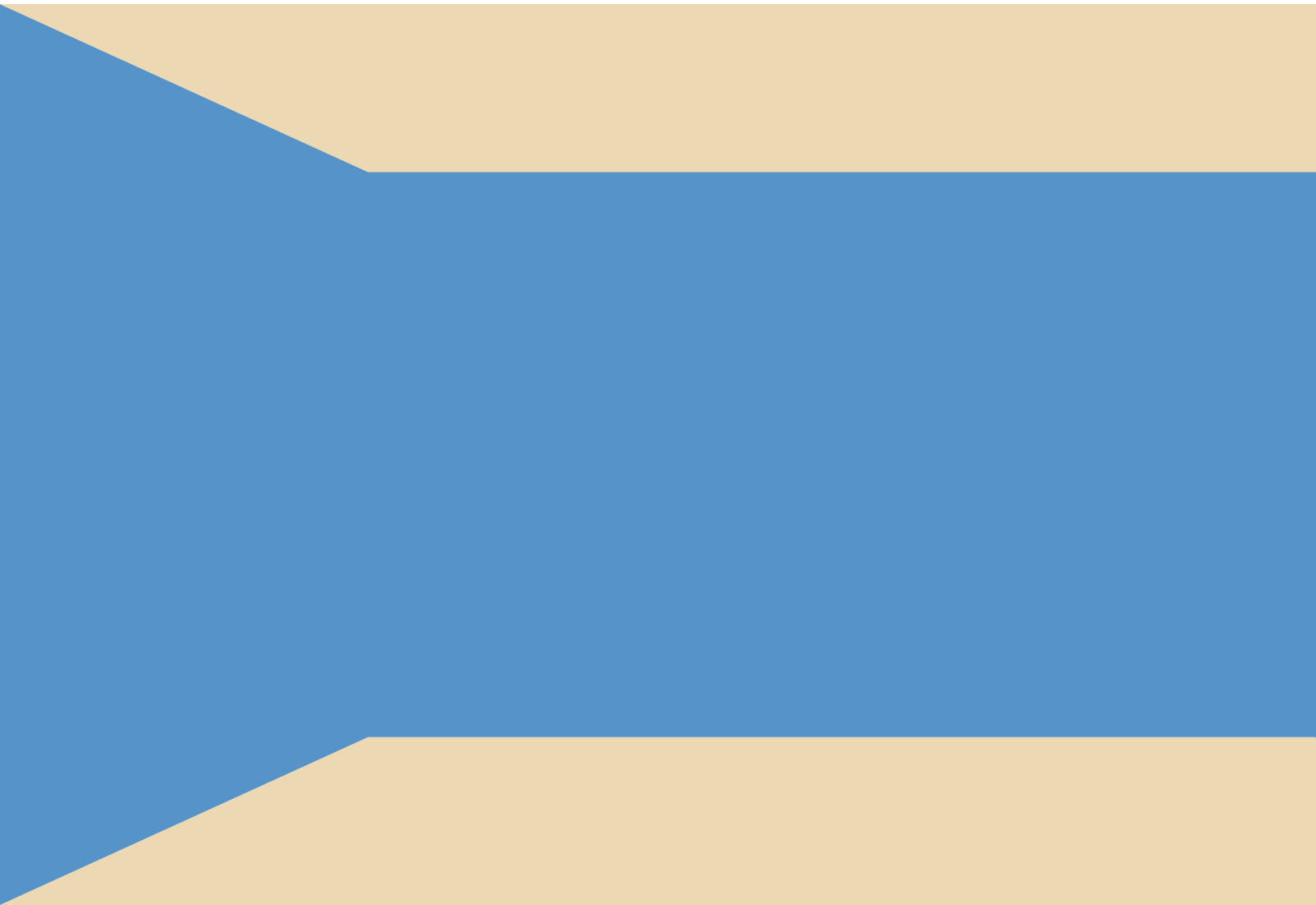
# MELHORES PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS NA ABORDAGEM

à adaptação em países menos desenvolvidos com o processo  
do programa de ação nacional de adaptação, Volume 1

GRUPO DE ESPECIALISTAS DOS PMD



**Nações Unidas**  
Convenção-Quadro sobre  
Mudança do Clima



PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS

## MELHORES PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS

À ADAPTAÇÃO EM PAÍSES MENOS  
DESENVOLVIDOS COM O PROCESSO  
DO PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL  
DE ADAPTAÇÃO, VOLUME 1

GRUPO DE ESPECIALISTAS DOS PMD

**Nações Unidas**  
Convenção-Quadro sobre  
Mudança do Clima



## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b>	<b>5</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>9</b>
<b>SIGLAS E ACRÔNIMOS</b>	<b>9</b>
<b>I. INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
1.1. Introdução aos PMDs no âmbito da CQNUMC	10
1.2. Impactos, vulnerabilidade e capacidade adaptativa à mudança do clima nos PMDs	15
<b>II. O PROCESSO DO PANA</b>	<b>19</b>
2.1. Abordagem geral dos PANAs	19
2.2. O processo de elaboração dos PANAs	20
2.3. Acesso aos recursos do LDCF: o GEF e suas agências	21
2.4. O processo de implementação do PANA	24
2.5. Revisão e atualização dos PANAs para renovar a relevância e melhorar a qualidade	28
2.6. Ampliação do escopo para identificar e abordar a adaptação a médio e longo prazo	29
<b>III. EXPERIÊNCIAS DE PAÍSES SELECIONADOS COM O PROCESSO DO PANA</b>	<b>31</b>
3.1. Metodologia e justificativa para a coleta das experiências dos países com o processo do PANA	31
3.2. Bangladesh	33
3.3. Butão	37
3.4. Burkina Faso	41
3.5. Haiti	45
3.6. Kiribati	49
3.7. Maláui	53
3.8. São Tomé e Príncipe	57
3.9. Uganda	60
3.10. Resumo de questões adicionais identificadas nas experiências dos outros países	62
<b>IV. MELHORES PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS, E IMPLICAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO FUTURO DA ADAPTAÇÃO</b>	<b>65</b>
4.1. Metodologia para o registro de melhores práticas e lições aprendidas	65
4.2. Melhores práticas e lições aprendidas selecionadas	66
4.3. Próximos passos: novos estudos de caso dos países e trabalho no sentido de criar uma plataforma de melhores práticas e lições aprendidas	75
<b>V. ANEXOS/TABELAS</b>	<b>76</b>
5.1. Status de elaboração e implementação do PANA, em 13 de maio de 2011	76
5.2. Publicações selecionadas do LEG	81
5.3. Principais documentos e publicações do LDCF pelo GEF	84



# PREFÁCIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA, CQNUMC

O desafio da adaptação às mudanças climáticas, especialmente para os países menos desenvolvidos (PMDs), é uma questão amplamente reconhecida no processo da CQNUMC e em deliberações subsequentes sobre o assunto. Os programas de ação nacional de adaptação (PANAs) incorporam essa preocupação ao reconhecer as necessidades urgentes e imediatas dos PMDs de se adaptar às mudanças climáticas e ao proporcionar uma janela especial de financiamento. O processo do PANA e o estabelecimento do Fundo para Países Menos Desenvolvidos foram as medidas tomadas para abordar essa preocupação durante a sétima sessão da Conferência das Partes em 2001.

Hoje, a maioria dos PMDs já elaborou seus PANAs e deu início à implementação dos projetos identificados. Há evidências claras de que, por meio da elaboração e implementação dos seus PANAs, as Partes PMDs ampliaram em muito seu conhecimento e consciência sobre a mudança do clima, desenvolveram melhores práticas e aprenderam lições valiosas.

Na décima sexta sessão da Conferência das Partes em Cancun, México, realizada em dezembro de 2010, os governos também reconheceram que a adaptação deve ter a mesma prioridade que a mitigação e, assim, adotaram o Quadro de Adaptação de Cancun (Cancun Adaptation Framework – CAF) para ampliar o escopo das ações em adaptação. O CAF inclui um processo voltado a possibilitar às Partes PMDs formular e implementar planos nacionais de adaptação, com base em sua experiência com os PANAs, assim como um convite para que outras Partes países em desenvolvimento utilizem as modalidades formuladas em apoio a esses planos. É dentro desse contexto que outras Partes demonstraram interesse em aprender com as experiências dos PMDs em relação ao processo dos PANAs.

Em reconhecimento a esse interesse crescente, o Grupo de Especialistas dos PMDs (LEG), em consulta com Partes PMDs e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e suas agências, com o apoio do secretariado da CQNUMC, preparou esta publicação para compartilhar informações angariadas em uma década de ricas experiências, Melhores práticas e lições aprendidas à adaptação em PMDs por meio do processo do PANA.

Tenho certeza de que esta publicação contribuirá em muito para fazer avançar as discussões sobre adaptação no futuro.

**Christiana Figueres**, *Secretária Executiva*

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima  
Setembro de 2011



VICE-PRESIDENTE (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO), GRUPO DE ESPECIALISTAS DOS PMDS

O Grupo de Especialistas dos PMDs (LEG) foi estabelecido em 2001 como parte da estrutura para apoiar esses países a lidar com os impactos adversos da mudança do clima. Desde então, o LEG tem aconselhado os PMDs na elaboração e implementação dos PANAs. Além disso, como definido em seu novo mandato, estabelecido na décima sexta sessão da Conferência das Partes, realizada em Cancun, México, o LEG também tem prestado orientação e assessoria técnica sobre: a revisão e atualização dos PANAs; o fortalecimento de considerações de gênero e relacionadas a populações vulneráveis; a integração dos PANAs ao planejamento do desenvolvimento; a identificação e implementação de ações de adaptação de médio e longo prazo e a implementação de todos os elementos do programa de trabalho para os PMDs.



O LEG, pela natureza da sua função, teve o privilégio de testemunhar não somente os desafios, mas também o progresso e as conquistas obtidos pelos PMDs na abordagem às suas necessidades urgentes e imediatas de adaptação por meio do processo do PANA. Esses programas aumentaram o conhecimento coletivo sobre adaptação à mudança do clima tanto no nível nacional quanto internacional, criaram conscientização e proporcionaram experiências práticas em relação à implementação de projetos concretos de adaptação. O secretariado da CQNUMC, o LEG, o GEF e suas agências e outros parceiros e organizações têm se comprometido a apoiar os PMDs em seus esforços por meio do processo do PANA.

Em todos os aspectos, os PMDs são pioneiros em lidar com questões relacionadas à adaptação às mudanças climáticas. Embora ainda existam muitos desafios, este é o momento de demonstrar as melhores práticas e as importantes lições aprendidas com o processo do PANA. Esta publicação proporciona ao LEG uma oportunidade inicial de compartilhar essas experiências com a comunidade internacional, na esperança de que elas proporcionem idéias para a replicação e aprendizado a partir dessas lições em uma escala maior.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'P. Latasi', with a stylized flourish above the name.

**Pepetua Election Latasi**, *Vice-Presidente do LEG*

Setembro de 2011



#### PRESIDENTE, GRUPO DOS PMDS

A Quarta Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos, realizada em Istambul em maio de 2011, demonstrou que, em um momento em que a comunidade internacional continua a combater os impactos das múltiplas – e interligadas – crises financeiras, alimentares e de combustível, as vulnerabilidades dos PMDs ficaram ainda mais acentuadas. Além dessas crises, a mudança do clima se apresenta como um dos desafios mais complexos e prementes da atualidade. Os PMDs têm as populações mais vulneráveis do mundo, devido a uma combinação de vulnerabilidade ambiental, recursos inadequados e pobreza. Para os PMDs, a adaptação significa: tratar dos impactos imediatos e urgentes da mudança do clima; desenvolver a capacidade, medidas e políticas necessárias para lidar com esses novos desafios; e blindar o desenvolvimento social e econômico frente à mudança do clima tanto hoje quanto em preparação ao futuro, de maneira sustentável.



O processo do PANA e a miríade de conhecimentos e lições que ele proporcionou aos PMDs indubitavelmente garantiram um primeiro passo gratificante na abordagem às necessidades específicas de adaptação desses países. Os PMDs são gratos ao apoio prestado pelo LEG na elaboração e implementação dos seus PANAs. Eles também reconhecem o apoio financeiro e técnico prestado pelo GEF e suas agências. No entanto, para que possam progredir – principalmente na abordagem às necessidades de médio e longo prazo – os PMDs precisarão de um nível maior de apoio financeiro, técnico e tecnológico dos seus parceiros de desenvolvimento e da comunidade internacional, de modo a fortalecer sua capacidade e reduzir sua vulnerabilidade à mudança do clima.

Nós, os PMDs, acreditamos que, ao enfatizar as conquistas do processo do PANA e ao compartilhar as melhores práticas e lições aprendidas com esse processo, esta publicação terá um efeito catalítico que incentivará a comunidade internacional a ampliar seus esforços de adaptação.

**Pa Ousman Jarju**, *Presidente do Grupo de PMDs*  
no âmbito do processo intergovernamental da CQNUMC  
Setembro de 2011



## AGRADECIMENTOS

Esta publicação foi elaborada pelo LEG com o apoio do Programa de Adaptação do secretariado da CQNUMC. Este guia é resultado de uma estreita colaboração entre a consultora, Sofia Shellard, que preparou grande parte do texto, e a equipe do secretariado da CQNUMC. Na realização deste trabalho, contaram com a valiosa ajuda e assessoria dos membros do Grupo de Especialistas dos PMDs e de vários membros das equipes responsáveis pelos PANAs nos PMDs, além de representantes do GEF e das suas agências.

Um agradecimento especial é devido aos governos da Austrália, do Canadá, da Romênia e da Comunidade Européia pelo seu generoso apoio financeiro, sem o qual a publicação deste guia não teria sido possível.

### SIGLAS E ACRÔNIMOS

CEO	Diretor Geral (Chief Executive Officer)
COP	Conferência das Partes
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
FSP	projeto completo
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
LDCF	Fundo dos países menos desenvolvidos
LEG	Grupo de Especialistas dos países menos desenvolvidos
ONG	Organização não-governamental
PANA	Programa de ação nacional de adaptação
PIF	Formulário de identificação do projeto
PMD	Países menos desenvolvidos
PPG	Auxílio para a elaboração do projeto

# I. INTRODUÇÃO

## 1.1. INTRODUÇÃO AOS PMDS NO ÂMBITO DA CQNUMC

As Nações Unidas identificam 48 países pertencentes ao grupo de países menos desenvolvidos (PMDs), de acordo com três critérios: baixa renda, recursos humanos deficientes e elevada vulnerabilidade econômica. Trinta e três PMDs estão localizados na África, nove na Ásia, um no Caribe e cinco na região do Pacífico.

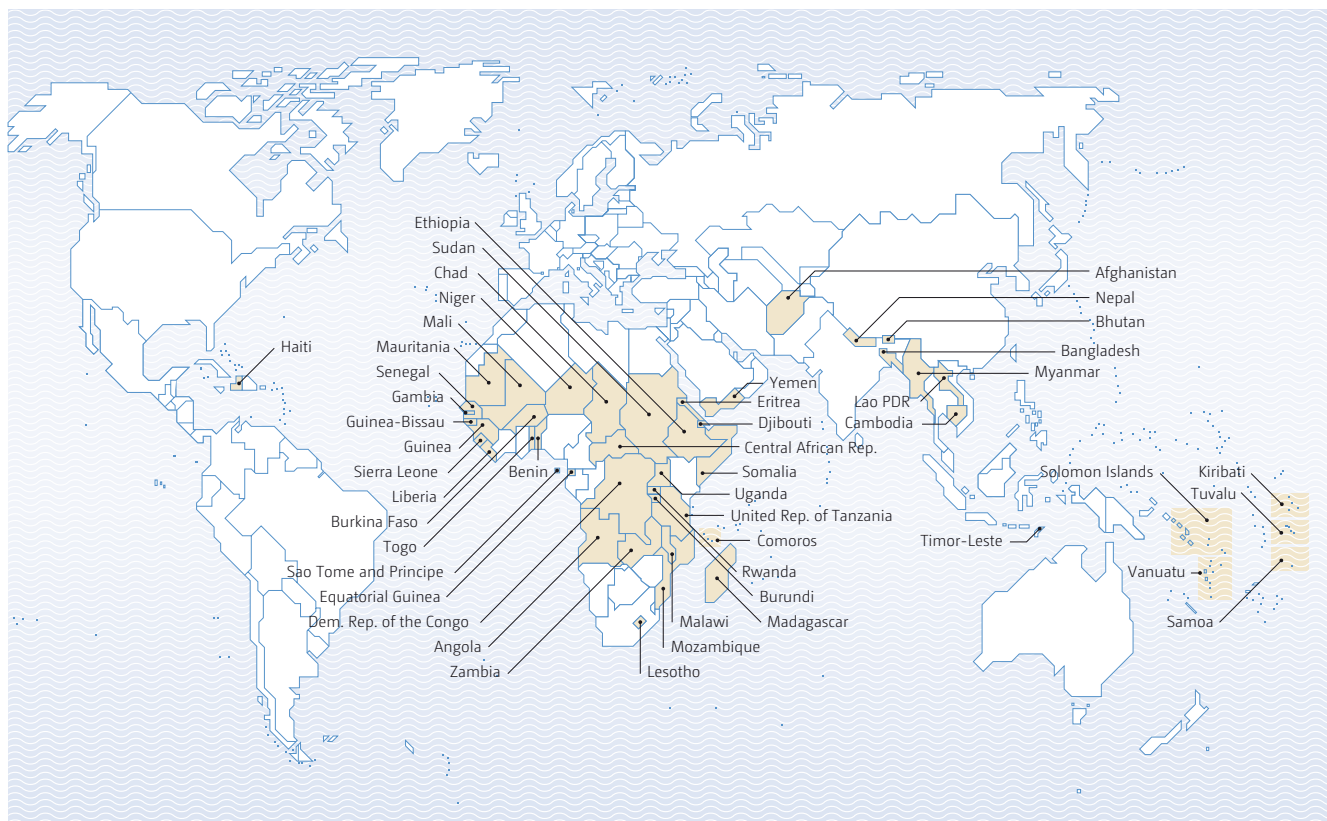
Atualmente, todos os 48 PMDs são países Parte da CQNUMC<sup>1</sup> (veja a FIGURA I-1 abaixo).

A Convenção reconhece a situação especial dos PMDs em lidar com a mudança do clima no seu Artigo 4, parágrafo 9, que diz: “As Partes levarão em plena consideração as necessidades específicas e situação especial dos países menos desenvolvidos em suas ações relativas ao financiamento e à transferência de tecnologia.”

### 1.1.1. DEFINIÇÃO DE ADAPTAÇÃO NO PROCESSO DO PANA

LA adaptação envolve a redução dos impactos da mudança do clima que ocorrem hoje e o aumento da resiliência a impactos futuros, levando em consideração as necessidades urgentes e imediatas dos países em desenvolvimento particularmente vulneráveis.

Figura I-1. Os países menos desenvolvidos em fevereiro de 2011



A adaptação tem sido abordada pelas Partes no âmbito dos vários órgãos da Convenção por meio do seguinte, entre outras atividades:

- Desenvolvimento de orientações para a elaboração e implementação dos PANAs e a implementação do programa de trabalho para os PMDs;
- Elaboração de orientação para apoiar a adaptação por meio de financiamento, tecnologia e capacitação;
- Ampliação do conhecimento sobre adaptação e da capacidade de avaliação e tomada de decisão em relação à vulnerabilidade e adaptação por meio do programa de trabalho de Nairóbi sobre impactos, vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas,<sup>2</sup> desenvolvimento e transferência de tecnologias, e pesquisa e observação sistemática;
- Ações intensificadas de adaptação por meio do CAF,<sup>3</sup> resultante das negociações que fizeram parte do Plano de Ação de Bali no âmbito do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Ação Cooperativa de Longo Prazo no âmbito da Convenção (AWG-LCA).

No âmbito do processo do PANA, a adaptação às mudanças climáticas também é definida da seguinte maneira:

Ajustes empreendidos *pelos sistemas humanos* em sistemas ecológicos, sociais ou econômicos em resposta aos estímulos climáticos reais ou esperados e seus efeitos ou impactos. Cada um desses sistemas compreende vários níveis e componentes que se multiplicam em escalas temporais e espaciais, frequentemente interagindo entre si de forma complexa. Os ajustes e intervenções podem assim se inserir em qualquer ponto adequado desses sistemas interagentes multidisciplinares e multi-escalados. A adaptação pode tomar a forma de atividades elaboradas de modo a melhorar a capacidade adaptativa do respectivo sistema, ou ações direcionadas a modificar os sistemas socioeconômicos e ambientais de modo a evitar ou minimizar os danos causados pela mudança climática. Os métodos para se alcançar esse objetivo incluem a implementação de novas atividades exclusivamente em resposta à mudança climática, ou uma modificação das atividades existentes para torná-las mais resistentes aos riscos futuros da mudança climática ("climate-proofing").

Além disso, capacidade adaptativa refere-se ao potencial ou à habilidade de um sistema (social, ecológico, econômico, ou um sistema integrado, tal como uma região ou comunidade) de minimizar os efeitos ou impactos da mudança climática, ou maximizar os benefícios advindos dos efeitos positivos da mudança climática.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Uma lista atualizada dos PMDs encontra-se disponível em <<http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=3641&lang=1>>.

<sup>2</sup> Ver <<http://unfccc.int/3633.php>>.

<sup>3</sup> Ver <<http://unfccc.int/5852.php>>.

<sup>4</sup> CQNUMC 2009. *Guia Passo-a-Passo para a Implementação de Programas de Ação Nacional para Adaptação* p. 3. Disponível em <[http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc\\_PANA2009\\_pr.pdf](http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc_PANA2009_pr.pdf)>.

### 1.1.2. O PROGRAMA DE TRABALHO PARA OS PMDS

O programa de trabalho para os PMDs foi definido por meio da decisão 5/CP.7 resultante da sétima sessão da Conferência das Partes (COP 7), realizada em 2001. Nesta decisão, a COP reconheceu as necessidades específicas e situação especial dos PMDs, que tem uma capacidade menor de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, e estabeleceu um programa de trabalho para os PMDs com os seguintes elementos:

- (a) apoio à elaboração e implementação dos PANAs;
- (b) Fortalecimento de secretarias e/ ou pontos focais nacionais existentes voltados à mudança do clima e, quando necessário, estabelecimento dos mesmos, para a implementação efetiva da Convenção e do Protocolo de Quioto nos PMDs;
- (c) Oferta de treinamento contínuo em linguagem e técnicas de negociação, para desenvolver a capacidade dos negociadores de PMDs de participar efetivamente do processo;
- (d) Promoção de programas de conscientização pública para assegurar a disseminação de informações sobre questões relacionadas à mudança do clima;
- (e) Desenvolvimento e transferência de tecnologias, especialmente aquelas voltada à adaptação (de acordo com a decisão 4/CP.7);
- (f) Fortalecimento da capacidade de serviços meteorológicos e hidrológicos para a coleta, análise, interpretação e difusão de informações sobre o tempo e o clima, de modo a apoiar a implementação dos PANAs.

Quando o programa de trabalho para os PMDs foi estabelecido, também foram criados o Fundo para os PMDs (LDCF), para apoiar a sua implementação, e o grupo de especialistas dos PMDs (LEG), para prestar orientação e assessoria técnica para a elaboração e a estratégia de implementação dos PANAs, além das diretrizes para a elaboração desses programas. Um histórico completo do programa de trabalho para os PMDs pode ser encontrado em publicações recentes do LEG.<sup>5</sup>

As quatro principais decisões relacionadas aos PMDs que foram adotadas durante a COP 7 são:

- Decisão 7/CP.7: Financiamento previsto na Convenção; estabelecimento do LDCF;
- Decisão 27/CP.7: Orientação para a entidade encarregada da operação do mecanismo financeiro da Convenção, para a operação do LDCF;
- Decisão 28/CP.7: Diretrizes para a elaboração dos PANAs;
- Decisão 29/CP.7: Estabelecimento do LEG.

Além disso, uma estrutura de capacitação para países em desenvolvimento foi adotada por meio da decisão 2/CP.7. Os elementos dessa estrutura oferecem uma avaliação inicial das necessidades e áreas prioritárias para a capacitação em PMDs e nos pequenos estados insulares em desenvolvimento. Vários desses elementos, que constam do parágrafo 17 do anexo da decisão 2/CP.7, estão intimamente interligados aos componentes do programa de trabalho para os PMDs, incluindo:

- (a) *Fortalecimento de secretarias ou pontos focais existentes voltados à mudança do clima e o estabelecimento dos mesmos quando necessário, de modo a possibilitar a efetiva implementação da Convenção e a participação dos países no processo do Protocolo de Quioto, incluindo a elaboração das comunicações nacionais;*
- (b) *Desenvolvimento de um programa de implementação integrado, que leve em consideração o papel da pesquisa e do treinamento na capacitação;*
- (c) *Desenvolvimento e aperfeiçoamento das capacidades e aptidões técnicas para realizar e integrar, de forma efetiva, uma avaliação das vulnerabilidades e da adaptação a programas voltados ao desenvolvimento sustentável e desenvolver programas de ação nacional para adaptação;*
- (d) *Fortalecimento de instituições nacionais de pesquisa e treinamento existentes e, quando necessário, criação de instituições dessa natureza com o intuito de assegurar a sustentabilidade dos programas de capacitação;*

- (e) *Fortalecimento da capacidade dos serviços meteorológicos* para a coleta, análise, interpretação e difusão de informações sobre o tempo e o clima, *de modo a apoiar a implementação de programas de ação nacional para adaptação;*
- (f) *SAmpliação da conscientização pública sobre o assunto* (nível de compreensão e desenvolvimento das capacidades humanas).

### 1.1.3. O GRUPO DE ESPECIALISTAS DOS PMDS

Em sua sétima sessão, a COP decidiu estabelecer o Grupo de Especialistas dos países menos desenvolvidos (LEG), cujos membros devem ser nomeados pelas Partes, com o objetivo de subsidiar a estratégia de elaboração e implementação dos PANAs. Em sua décima sexta sessão, a COP examinou o andamento dos trabalhos e os termos de referência do grupo de especialistas e decidiu prorrogar o mandato do LEG por mais cinco anos (2011–2015). Conforme determinado pelas decisões 6/CP.16, 8/CP.13, 4/CP.11 e 29/CP.7, o mandato do LEG possui as seguintes atribuições:

- (a) Prestar orientação e assessoria técnica para a elaboração e a estratégia de implementação dos PANAs, inclusive a identificação de possíveis fontes de dados e sua subsequente aplicação e interpretação, mediante solicitação das Partes PMDs;
- (b) Elaborar um programa de trabalho que inclua a implementação dos PANAs;
- (c) Atuar em capacidade consultiva para a elaboração e a estratégia de implementação dos PANAs por meio de oficinas de trabalho, entre outros recursos, mediante solicitação das Partes PMDs;
- (d) Prestar assessoria em relação às necessidades de capacitação para a elaboração e implementação de PANAs e fazer recomendações, conforme o caso, levando em consideração a Iniciativa para o Desenvolvimento de Capacidades do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e outras iniciativas de capacitação relevantes;

- (e) Facilitar o intercâmbio de informações e promover sinergias regionais, além de sinergias com outras convenções multilaterais relativas ao meio ambiente, na elaboração e estratégia de implementação de PANAs;
- (f) Prestar assessoria na integração dos PANAs ao planejamento regular do desenvolvimento no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável;
- (g) Elaborar um programa de trabalho que leve em consideração o programa de trabalho de Nairóbi;
- (h) Prestar orientação e assessoria técnica em relação à revisão e atualização dos PANAs para melhorar sua qualidade, facilitar a integração de ações de adaptação dos PMDs ao planejamento do desenvolvimento e para refletir um melhor conhecimento sobre adaptação e a alteração nas prioridades dos países, por solicitação das Partes PMDs;
- (i) Prestar orientação e assessoria técnica na identificação de necessidades de adaptação de médio e longo prazo, na sua integração ao planejamento do desenvolvimento e na implementação das atividades de adaptação identificadas;
- (j) Prestar orientação e assessoria técnica no fortalecimento de considerações de gênero e considerações relacionadas a comunidades vulneráveis nas Partes PMDs;
- (k) Prestar orientação e assessoria técnica na implementação dos elementos do programa de trabalho para os PMDs além da elaboração e implementação dos PANAs e que sejam relevantes à expertise do LEG.

<sup>5</sup> O programa de trabalho para os PMDs, um folheto sobre o assunto e o informe técnico do LEG intitulado "PANA: visão geral da preparação, elaboração das estratégias de implementação e revisão das listas e descrições dos projetos" encontram-se disponíveis no Portal dos Países Menos Desenvolvidos em: <[www.unfccc.int/idc](http://www.unfccc.int/idc)>.

O LEG é constituído por 13 especialistas, mantendo a seguinte composição:

- Cinco de Partes PMDs africanas;
- Dois de Partes PMDs asiáticas;
- Dois de Partes PMDs de pequenos Estados insulares;
- Três de Partes do Anexo II da Convenção;
- Um de outra Parte PMD.

#### 1.1.4. O MECANISMO FINANCEIRO DA CONVENÇÃO E SUA OPERAÇÃO

A Convenção estabeleceu um mecanismo financeiro com o objetivo de proporcionar os recursos financeiros para apoiar as ações de Partes países em desenvolvimento na abordagem à mudança do clima. Cabe às Partes países desenvolvidos (Partes incluídas no Anexo II da Convenção) fornecer recursos financeiros para ajudar as Partes países em desenvolvimento a implementar a Convenção.

As Partes da Convenção encarregaram o GEF da operação do mecanismo financeiro de modo permanente, sujeito à revisão a cada quatro anos. O mecanismo financeiro responde à COP, que decide sobre suas políticas de mudança do clima, sobre as prioridades do programa e sobre os critérios de elegibilidade para financiamento, com base na assessoria do Órgão Subsidiário de Implementação (SBI).

Três fundos foram estabelecidos para operação no âmbito do mecanismo de financiamento: o Fundo Especial para Mudança do Clima (*Special Climate Change Fund – SCCF*) e o LDCF, ambos sob a égide da Convenção; e o Fundo de Adaptação (AF), sob a égide do Protocolo de Quioto. Esses três fundos são o principal meio de financiamento de atividades de adaptação.

O LDCF, operacionalizado em 2002, foi estabelecido como apoio para o programa de trabalho para os PMDs, para ajudá-los a elaborar e implementar os PANAs, entre outras atividades.

Em abril de 2011, 43 países já haviam submetido oficialmente um ou mais projetos e 28 projetos já haviam sido endossados pelo Diretor Geral (CEO) do GEF para iniciar a implementação prática das atividades.<sup>6</sup>

O SCCF, operacionalizado em 2001, financia projetos relacionados a: adaptação; transferência de tecnologias e capacitação; energia, transporte, indústria, agricultura, silvicultura e manejo de resíduos; e diversificação econômica.

Em abril de 2011, havia 22 projetos de adaptação em preparação.<sup>7</sup>

O AF, operacionalizado em 2007, é financiado por uma parcela dos recursos advindos de atividades de projetos do mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) e outras fontes de financiamento. Em junho de 2011, dez projetos completos já haviam sido aprovados.



#### 1.1.5. O FUNDO PARA OS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS

O Fundo para os PMDs (LDCF) foi instituído de acordo com a decisão 7/CP.7 com a finalidade de apoiar um programa de trabalho para as Partes PMD para a elaboração e implementação de PANAs, entre outras atividades.

O GEF, na qualidade de entidade operadora do mecanismo financeiro da Convenção, foi encarregado da operação deste fundo, em conformidade com a decisão 27/CP.7. Segundo esta decisão, o GEF recebeu orientação para a operação do fundo com um foco inicial no apoio para a elaboração dos PANAs.

O GEF lançou o documento *“Operational Guidelines for Expedited Funding for the Preparation of National Adaptation Programs of Action by Least Developed Countries”* (Diretrizes operacionais para a obtenção de um financiamento mais expedito para a elaboração de Programas de Ação Nacional para Adaptação por parte dos Países Menos Desenvolvidos) em abril de 2002, de modo que as agências do GEF puderam submeter propostas em nome das Partes PMDs para a elaboração de PANAs. Em maio de 2009, todos os PMDs já haviam recebido verbas para a elaboração dos PANAs, inclusive Cabo Verde e as Ilhas Maldivas, tendo o primeiro se graduado do grupo em dezembro de 2007, e o segundo em maio de 2009. Em abril de 2011, um total de 45 PANAs já haviam sido submetidos.

A COP, em sua décima primeira sessão (dezembro de 2005), acordou algumas disposições para operacionalizar o LDCF de modo a apoiar a implementação dos PANAs. A COP ofereceu orientação adicional em relação às áreas prioritárias e disposições para o financiamento total e uma escala (móvel) de co-financiamento na decisão 3/CP.11.

Em junho de 2011, quase todas as Partes PMDs que haviam completado o processo de elaboração do PANA encontravam-se em alguma etapa de implementação do PANA. Alguns países já concluíram com êxito o ciclo de projeto do LDCF em relação aos seus primeiros projetos no âmbito do PANA, e alguns projetos encontram-se atualmente em plena implementação.

Durante a COP 16 foi realizada uma análise da experiência adquirida a partir da implementação do programa de trabalho para os PMDs, incluindo em relação ao acesso aos fundos do LDCF.<sup>8</sup>

#### 1.2. IMPACTOS, VULNERABILIDADE E CAPACIDADE ADAPTATIVA À MUDANÇA DO CLIMA NOS PMDS

##### 1.2.1. IMPACTOS

Os impactos da mudança do clima, variabilidade climática e eventos extremos são sentidos de várias formas.

##### AUMENTO DA FREQUÊNCIA DAS INUNDAÇÕES, SECAS E OUTROS DESASTRES

Alterações dos padrões pluviométricos induzidas pela mudança do clima podem ocasionar tempestades imprevisíveis e inundações repentinas, assim como eventos mais fortes relacionados a secas, como cultivos mal-sucedidos, ondas de calor, a secagem de barragens e, conseqüentemente, escassez de água, fome e perda de vidas humanas e animais, além de uma degradação geral do meio ambiente.

Um relatório de 2010 da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) demonstra que a frequência e intensidade de eventos climáticos extremos em PMDs (por exemplo, secas, temperaturas extremas e inundações) têm aumentado, havendo um aumento de cinco vezes na ocorrência de tais incidentes no período de 2000–2010 em relação ao período de 1970–1979. O número de pessoas em PMDs afetadas por esses eventos extremos quase dobrou, passando de 100 milhões durante o período de 1970–1979 a 193 milhões entre 2000 e 2010.<sup>9</sup>

<sup>6</sup> Mais informações sobre o LDCF podem ser encontradas no website <<http://www.thegef.org/gef/LDCF>>.

<sup>7</sup> Mais informações sobre o SCCF podem ser encontradas no website <<http://www.thegef.org/gef/SCCF>>.

<sup>8</sup> Ver <<http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbi/eng/17.pdf>>.

<sup>9</sup> UNCTAD. 2010. *The Least Developed Countries Report 2010: Towards a New International Development Architecture for LDCs*. p.ix. Versão em inglês disponível em <[http://www.unctad.org/en/docs/ldc2010\\_embargo\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/ldc2010_embargo_en.pdf)>.

Ouro efeito bem conhecido da mudança do clima é o aumento do nível do mar, que pode ocorrer em decorrência do derretimento de geleiras de montanhas, das calotas polares e de plataformas de gelo, e da expansão dos oceanos cada vez mais quentes, em consequência do aquecimento global. A elevação esperada da média global do nível do mar não somente terá um efeito devastador nos pequenos Estados insulares (vários dos quais são PMDs), mas também causará uma perturbação significativa em planícies costeiras, onde moram 70% da população mundial.<sup>10</sup> Segundo projeções, cerca de 15% da população de Bangladesh, por exemplo, pode ser afetada por um aumento de 1,5 m, assim como 16% da área total de terra do país.

Bangladesh, Moçambique e vários outros PMDs de baixa altitude também são consideravelmente susceptíveis a ondas de tempestade, que serão intensificadas tanto pela elevação do nível do mar quanto por um aumento nas atividades de ciclones causadas por oceanos mais quentes.

Além de provocar o aumento do nível do mar, o derretimento rápido de geleiras também pode aumentar de forma dramática o risco de inundações provocadas pela irrupção de lagos glaciais. Essas inundações são muito particulares a áreas montanhosas e têm grande impacto destrutivo. Afeganistão, Butão e Nepal são PMDs com grande risco de ocorrência desses eventos, que podem causar danos significativos na infraestrutura e na vida das comunidades das áreas adjacentes.

#### AUMENTO DA PREVALÊNCIA E GRAVIDADE DE DOENÇAS

O aumento da magnitude e frequência de inundações e de outros desastres também pode ter um impacto sobre a prevalência e gravidade de surtos de doenças como malária, dengue e cólera. A incidência de doenças transmitidas pela água pode aumentar, já que o aumento médio da temperatura pode levar a uma infestação de vetores de doenças em áreas que antes eram muito frias para eles, afetando assim populações que nunca antes haviam sido expostas.

Os PMDs são os mais afetados por doenças sensíveis ao clima, e também contam com os sistemas de saúde pública menos eficazes. Eles contabilizam 34% das mortes humanas relacionadas à mudança do clima no mundo – sendo as principais causas a disseminação da malária e de doenças transmitidas por água – e espera-se que essa porcentagem aumente em 41 % até 2030.<sup>11</sup>

#### RESTRIÇÕES E CHOQUES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Além das fatalidades, desastres como inundações, chuva em excesso, secas e ciclones causam considerável perda econômica e transtorno à vida das pessoas. No contexto de uma economia globalizada, a ausência de diversidade econômica e a dependência a commodities de exportação sensíveis ao clima, como produtos agrícolas, expõem os PMDs a uma ameaça dupla de choques econômicos e ambientais.<sup>12</sup> Por exemplo, estima-se que, para cada aumento de 1 °C na temperatura média global, o crescimento médio anual em países pobres pode cair dois ou três pontos percentuais, sem alteração no desempenho de crescimento de países desenvolvidos.<sup>13</sup>

Dado que vários PMDs dependem primariamente de atividades agrícolas tanto para o desenvolvimento econômico quanto para a subsistência das populações locais, os desastres podem prender os PMDs em um ciclo de crises econômicas e ambientais. A perda de produção agrícola pode exacerbar a insegurança em relação aos modos de subsistência e pode, por sua vez, reduzir a capacidade de preparo e de resposta a futuros desastres. Um relatório do Fórum Humanitário Global, liderado pelo ex-Secretário Geral das Nações Unidas Kofi Annan, demonstrou que a mudança do clima já resulta em perdas econômicas da ordem de 125 bilhões de dólares americanos por ano, com 90% dessas perdas sendo experimentadas por países em desenvolvimento.<sup>14</sup>

As inundações ocorridas em Moçambique durante os anos de 2000 e 2001, por exemplo, resultaram em uma redução significativa do crescimento do produto interno bruto (PIB) do país em comparação a anos anteriores. Uma proporção considerável das áreas de cultivo de Moçambique foi destruída, assim como a infraestrutura em funcionamento no país. As inundações foram causadas por eventos de chuvas intensas, e são consideradas as inundações mais severas nos últimos 100 anos em três das bacias hidrográficas de Moçambique.

### 1.2.2. VULNERABILIDADE

O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) define a vulnerabilidade como o grau de susceptibilidade de um sistema a, e a incapacidade de enfrentar os efeitos adversos da mudança do clima, incluindo a variabilidade e os extremos climáticos.<sup>15</sup> A vulnerabilidade de um grupo de pessoas depende da extensão à qual o grupo é exposto a alterações externas, incluindo estresse ambiental ou sociopolítico, sua sensibilidade ou o grau em relação ao qual é afetado devido a tal exposição, e sua capacidade adaptativa ou habilidade de fazer as alterações necessárias para evitar as conseqüências negativas.

As avaliações de vulnerabilidade são ferramentas úteis para orientar as ações locais, nacionais e globais de planejamento e resposta aos impactos da mudança do clima, variabilidade climática e eventos extremos, desertificação e perda da biodiversidade. No contexto da mudança do clima, as avaliações de vulnerabilidade são usadas para intervenções de adaptação, como os PANAs. Elas também podem ser usadas para influenciar a elaboração de políticas e a alocação de recursos financeiros entre países ou regiões. Além disso, as avaliações de vulnerabilidade podem formar um importante componente da revisão do progresso da implementação dos compromissos voltados a reduzir a vulnerabilidade.

Não existe um método correto ou objetivo de medir a vulnerabilidade. No entanto, várias decisões devem ser tomadas em qualquer avaliação da vulnerabilidade, e muito disso depende dos critérios, métodos e dados disponíveis. As decisões que devem ser tomadas incluem critérios tais como: a entidade ou o sistema avaliado (por exemplo, a distribuição populacional de um país, uma comunidade ou um ecossistema florestal); a ameaça e sua relação com a mudança do clima (por exemplo, aumento do nível do mar ou doença); a noção de 'pior' ou 'melhor' em relação à entidade e à ameaça (por exemplo, o número de pessoas que ficaram sem moradia ou o custo em dólares americanos); o período de tempo usado para a avaliação (por exemplo, 10 anos em comparação a 50); e a capacidade de uma dada entidade de reagir em resposta a uma ameaça, ou sua capacidade adaptativa, e como isso deve ser medido.<sup>16</sup>

Os modelos de vulnerabilidade mais úteis para orientar ações concretas consideram necessidades e sistemas locais, sociais e ecológicos, culturas, políticas, valores e sistemas de conhecimento locais. Tais abordagens envolvem diversos grupos afetados de forma ativa, especialmente aqueles considerados vulneráveis. Isso é de especial importância quando as avaliações de vulnerabilidade são usadas para desenvolver intervenções para aumentar a capacidade adaptativa e reduzir a vulnerabilidade em uma localidade em particular.

<sup>10</sup> Greenpeace. 2006. *Sea Level Rise*. Versão em inglês disponível em <[http://www.greenpeace.org/international/en/campaigns/climate-change/impacts/sea\\_level\\_rise/](http://www.greenpeace.org/international/en/campaigns/climate-change/impacts/sea_level_rise/)>.

<sup>11</sup> DARA. (2010). *Climate Vulnerability Monitor 2010*. p. 16.

<sup>12</sup> O'Brien KL and Leichenko RM. 2000. Double exposure: assessing the impacts of climate change within the context of economic globalization. *Global Environmental Change*. 10(3): pp. 221-232.

<sup>13</sup> UNCTAD. 2010. *The Least Developed Countries Report 2010: Towards a New International Development Architecture for LDCs*. p.ix. Versão em inglês disponível em <[http://www.unctad.org/en/docs/lcdc2010\\_embargo\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/lcdc2010_embargo_en.pdf)>.

<sup>14</sup> Fórum Humanitário Global. 2010. *The Anatomy of a Silent Crisis*. Versão em inglês disponível em <<http://www.eird.org/publicaciones/humanimpactreport.pdf>>.

<sup>15</sup> IPCC. 2007. *Climate Change 2007: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Versão em inglês disponível em <[http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4\\_syr.pdf](http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr.pdf)>.

<sup>16</sup> Füssel HM. 2007. Adaptation planning for climate change: concepts, assessment approaches, and key lessons. *Sustainability Science*. 2(2): p. 265; Füssel HM. 2006. Climate change vulnerability assessments: an evolution of conceptual thinking. *Climatic Change*. 75(3): p. 301; Ionescu C. 2009. Towards a formal framework of vulnerability to climate change. *Environmental Modeling and Assessment*. 14(1): p. 1.

### 1.2.3. CAPACIDADE ADAPTATIVA

Além de enfrentar uma exposição desproporcional à mudança do clima e à degradação ambiental, os PMDs são os menos capazes de se preparar para e se recuperar dos impactos das mudanças climáticas – isso é conhecido como a capacidade adaptativa. Alguns dos principais elementos que normalmente permitem a um país contar com capacidade adaptativa, e assim reduzir sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança ambiental, incluem uma economia estável e próspera, alto grau de acesso à tecnologia, papéis e responsabilidades claramente atribuídas para a implementação de atividades de adaptação, sistemas robustos de disseminação da informação e acesso equitativo aos recursos.<sup>17</sup> Os PMDs frequentemente não contam com esses elementos devido ao fato de possuírem os indicadores de desenvolvimento socioeconômico mais baixos. Assim, a capacidade adaptativa desses países é geralmente fraca.

Vários dos impactos da mudança do clima nas próximas décadas são inevitáveis. Os gases de efeito estufa lançados na atmosfera continuarão a aquecer o planeta independentemente de quaisquer alterações que fizermos hoje. E, embora seja inevitável que as populações dos PMDs sofram grandes danos, a escala desses danos pode ser influenciada pelas medidas tomadas para desenvolver a capacidade adaptativa nos PMDs, levando em consideração a sua vulnerabilidade.

<sup>17</sup> IPCC. 2001. *Terceiro Relatório de Avaliação do IPCC: Mudança do Clima 2001. Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade.*

Figura I-2. Principais vulnerabilidades nos PMDs



## II. O PROCESSO DO PANA

### 2.1. ABORDAGEM GERAL DOS PANAS

A fim de atender as necessidades urgentes de adaptação dos PMDs, fazia-se necessária uma nova abordagem que se concentrasse em melhorar a capacidade adaptativa à variabilidade climática, o que, em si, ajudaria a combater os efeitos adversos da mudança do clima.

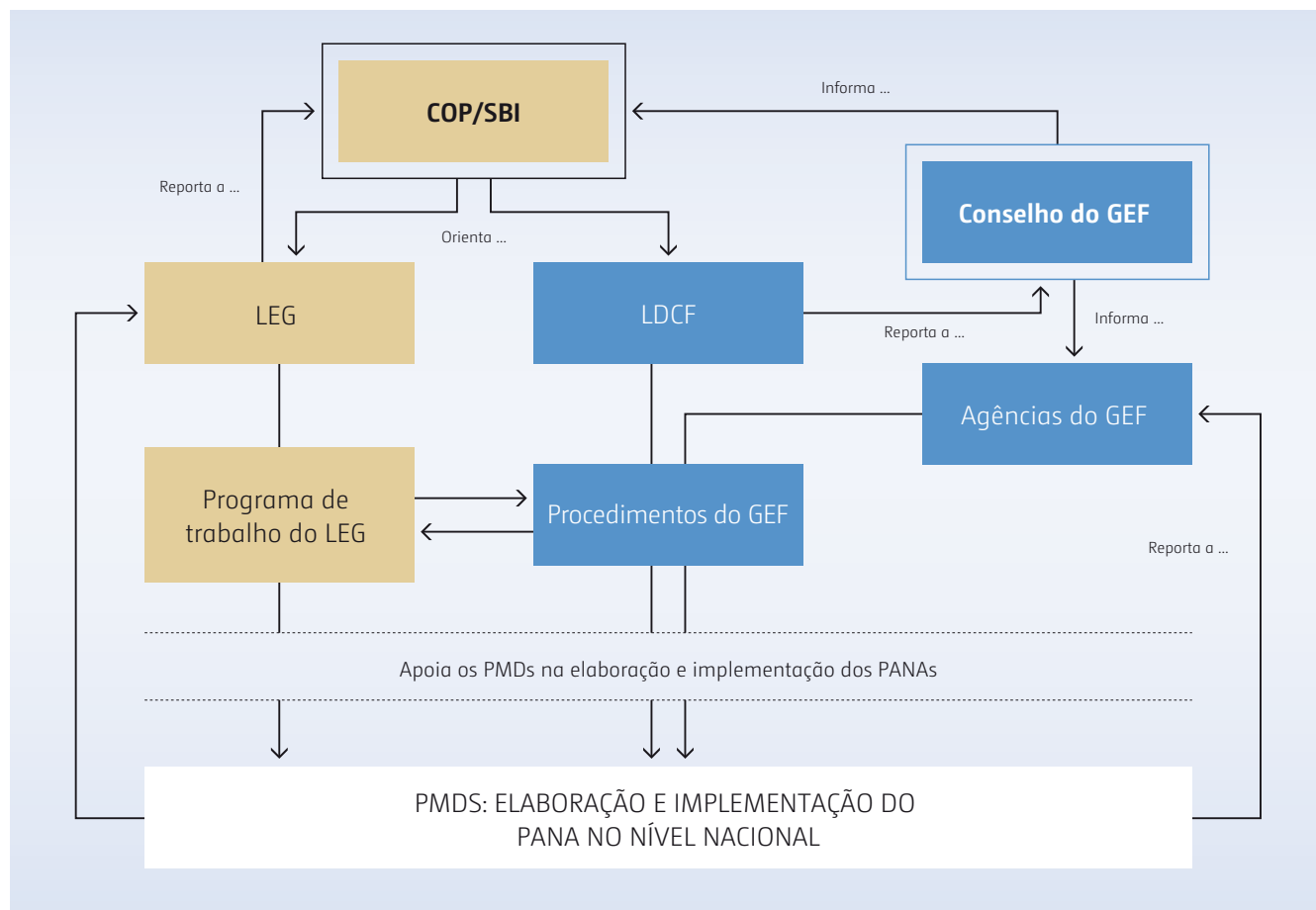
Os PANAs oferecem um processo para os PMDs identificarem atividades prioritárias que respondam às suas necessidades urgentes e imediatas no que diz respeito à adaptação à mudança do clima, levando em consideração o fato de que um atraso maior poderia aumentar a vulnerabilidade ou resultar em um custo maior em um estágio posterior. A lógica dos PANAs reside na capacidade limitada dos PMDs de adaptar-se aos efeitos adversos da mudança climática.<sup>18</sup>

No processo do PANA, é dada ênfase às contribuições no nível da comunidade como uma importante fonte de informação, a partir do reconhecimento de que as comunidades locais constituem as principais partes interessadas. Os PANAs levam em consideração as estratégias de enfrentamento no nível das comunidades, e valem-se delas para identificar atividades prioritárias, em vez de se concentrar em modelagens baseadas em cenários para avaliar a vulnerabilidade futura e políticas de longo prazo no nível estatal.

Os PANAs são, portanto, formulados de modo a usar informações existentes, sem a necessidade de recorrer a pesquisas e avaliações adicionais abrangentes antes dos planos serem completados. Eles devem priorizar a ação, ser direcionados pelo país, ser flexíveis e baseados nas circunstâncias nacionais. Finalmente, os documentos dos PANAs devem ser apresentados em formato simples, de fácil compreensão por parte de tomadores de decisão no nível da formulação de políticas e do público.

<sup>18</sup> Decisão 28/CP.7.

Figura II-3. Fluxograma descrevendo os componentes globais e canais de comunicação do processo do PANA



## 2.2. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS PANAS

As etapas da elaboração dos PANAs são as seguintes: síntese das informações disponíveis; avaliação participativa da vulnerabilidade à atual variabilidade climática e eventos extremos e de áreas em que há possível aumento dos riscos como resultado da mudança climática;

identificação das principais medidas de adaptação, assim como critérios para a priorização de atividades; e seleção de uma lista reduzida de atividades para priorização. O processo de elaboração do PANA também inclui o desenvolvimento de descrições resumidas de projetos e/ou atividades que visem atender a necessidades de adaptação urgentes e imediatas das Partes PMDs (ver FIGURA II-4 abaixo).

Figura II-4. Fluxograma das principais etapas da elaboração de um PANA, como descrito nas Diretrizes Anotadas do LEG para a Elaboração de PANAs

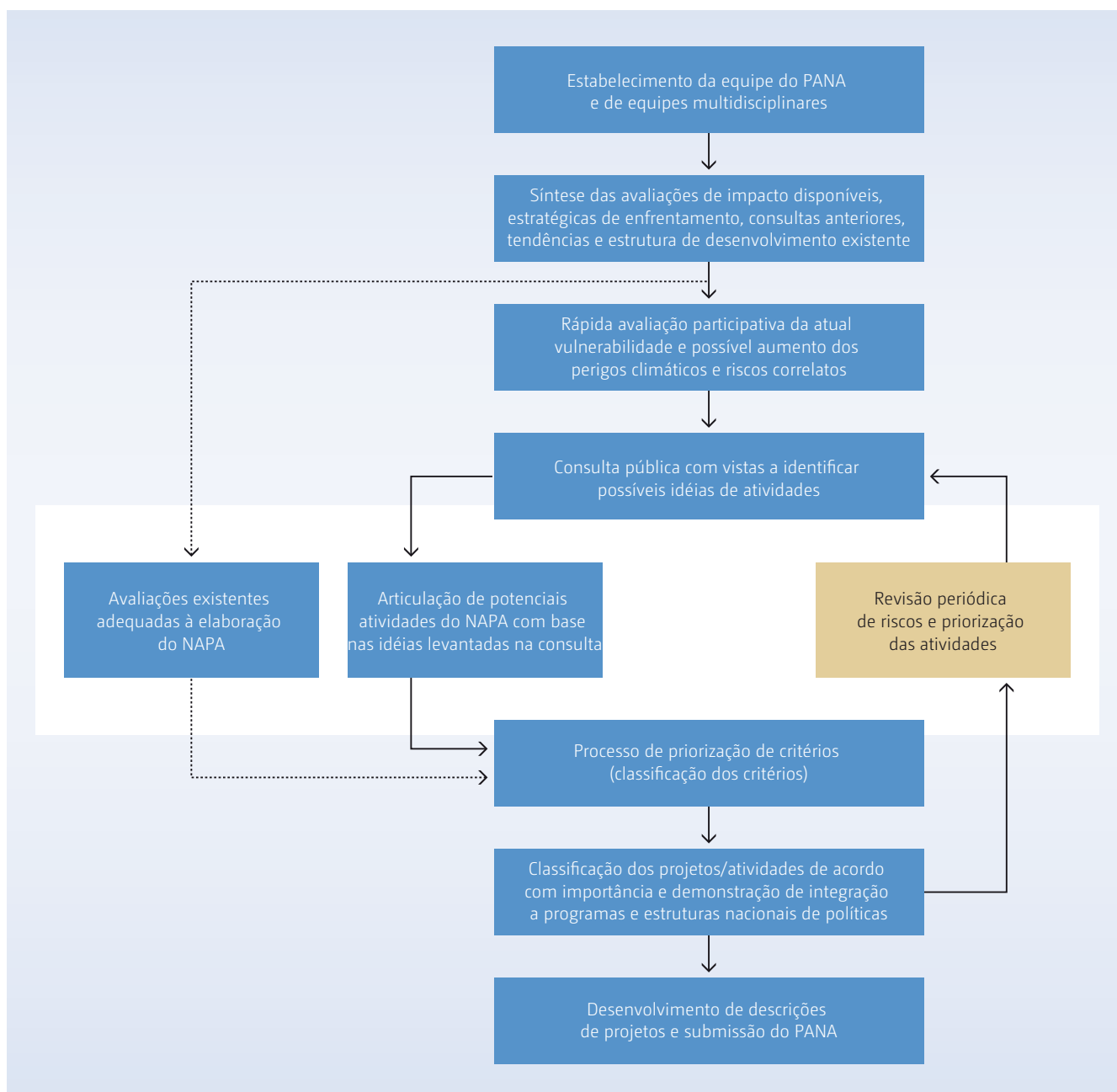
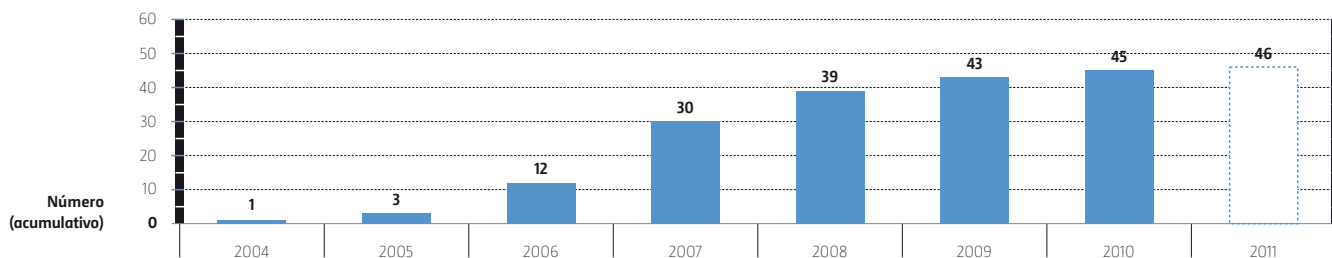


Figura II-5. Gráfico mostrando o número acumulativo de PANAs submetidos à CQNUMC



Sigla: PANA = programas de ação nacional de adaptação

Uma vez concluído, o PANA é submetido ao Secretariado da CQNUMC e divulgado no website, e a Parte PMD se torna elegível para buscar financiamento para a implementação do PANA no âmbito do LDCF. Uma cópia do PANA também é enviada ao GEF.

### 2.3. ACESSO AOS RECURSOS DO LDCF: O GEF E SUAS AGÊNCIAS

O GEF é a entidade operadora do LDCF e, como tal, recebe orientação e responde à COP sobre o gerenciamento do LDCF.

O LDCF segue a estrutura de governança, os padrões fiduciários, o formato focado em resultados e as práticas de monitoramento e avaliação do GEF.<sup>19</sup> Na ausência de orientação operacional da COP, o LDCF também segue as políticas operacionais do GEF.

De 2001 até o momento, a COP prestou orientação ao GEF sobre o LDCF em várias ocasiões. Em seguida à orientação da COP, o GEF elabora diretrizes ou um documento programático explicando os procedimentos e processos que aplicará em resposta à orientação da COP.

O documento programático contém informações sobre os procedimentos a serem seguidos para acessar os recursos no âmbito do LDCF. Esse documento é compartilhado com os PMDs por meio das agências implementadoras do GEF, o braço operacional do GEF,<sup>20</sup> e por meio dos pontos focais nacionais do GEF.

Os obstáculos encontrados pelos PMDs ao acessar os recursos do LDCF frequentemente estão relacionados ao fluxo de informações entre o GEF, as agências e os países sobre os procedimentos do GEF. Esses obstáculos geralmente são resultado das seguintes situações:

- Os países não estão bem informados sobre os procedimentos corretos que devem seguir;
- As agências e/ou os países encontram dificuldades na compreensão de alguns dos procedimentos do GEF;
- Não existem diretrizes ou documentos programáticos que orientem os países em relação aos modos de acesso aos fundos do LDCF para questões específicas (por exemplo, atualmente não há nenhum documento programático orientando os PMDs sobre como acessar o financiamento do LDCF para a implementação dos outros elementos do programa de trabalho para os PMDs).

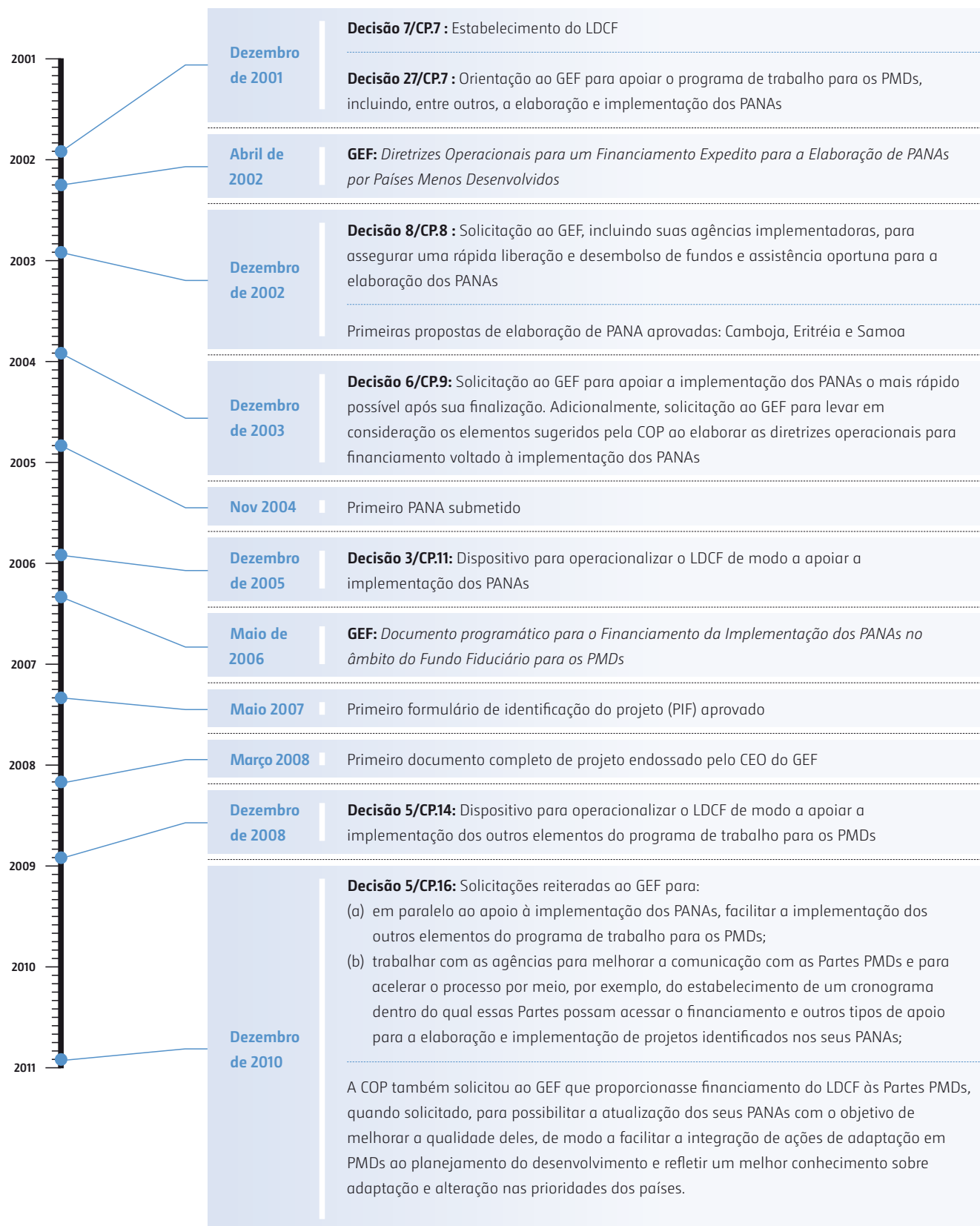
Esses obstáculos podem ser resolvidos por meio de uma melhor comunicação entre o GEF, as agências e os países, inclusive por meio da organização de oficinas de trabalho, especialmente aquelas organizadas pelo LEG, e também durante eventos paralelos realizados durante as reuniões da CQNUMC.

A tabela abaixo oferece uma linha do tempo das principais decisões da COP em relação às orientações prestadas ao GEF sobre a operação do LDCF, as respostas do GEF a essas orientações e os principais marcos no processo do PANA.

<sup>19</sup> GEF. 2011. *Accessing Resources under the Least Developed Countries Fund*. Versão em inglês disponível em: <[http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/publication/23469\\_LDCF.pdf](http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/publication/23469_LDCF.pdf)>.

<sup>20</sup> Idem.

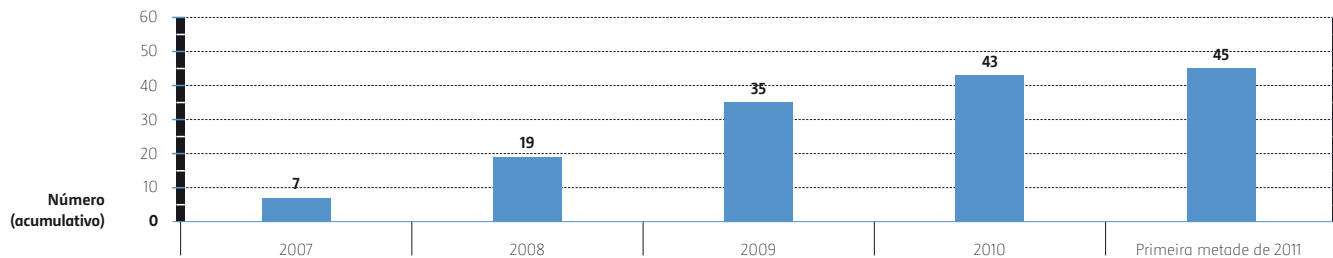
Figura II-6. Evolução das principais decisões da COP relativas a orientação ao GEF sobre a operação do LDCF e outros marcos no processo do PANA



Sigla: PANA = programas de ação nacional de adaptação; PMDs = países menos desenvolvidos; COP = Conferência das Partes; GEF = Fundo Global para o Meio Ambiente.

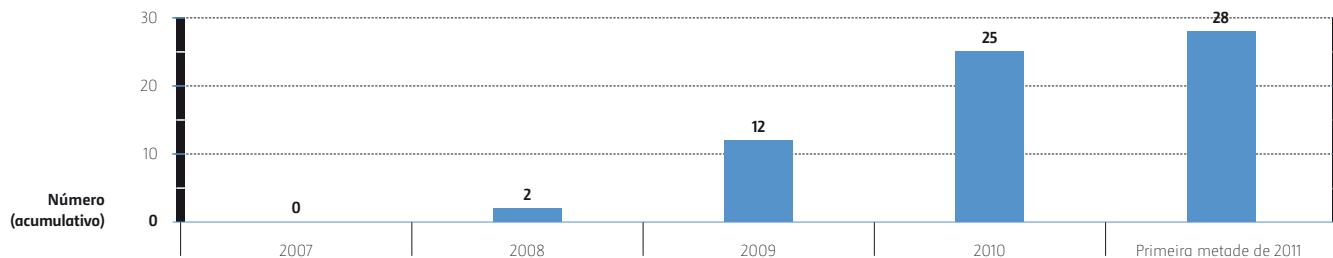


Figura II-7. Gráfico mostrando o número acumulativo de PIFs aprovados pelo GEF



Sigla: GEF = Fundo Global para o Meio Ambiente; PIF = Formulário de Identificação do Projeto

Figura II-8. Gráfico mostrando o número acumulativo de projetos do PANA endossados pelo CEO do GEF



Sigla: Fundo Global para o Meio Ambiente; CEO = Diretor Geral do GEF

## 2.4. O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PANA

Uma vez tendo submetido o PANA ao secretariado do CQNUMC, a Parte PMD pode iniciar o processo de implementação no âmbito do LDCF.

O processo de implementação começa com a Parte PMD solicitando ajuda de uma das 10 agências do GEF na submissão de uma proposta de projeto ao GEF.<sup>21</sup> O papel da agência do GEF é ajudar o país a formular uma idéia de projeto coerente, com base em uma (ou mais) das prioridades do PANA, e transformar essa idéia em um formulário de identificação de projeto (PIF) segundo os modelos atuais do LDCF.

A agência do GEF então submete o PIF ao GEF para que ele passe por um ciclo de projeto do GEF em um processo que pode levar até 22 meses.<sup>22</sup>

O ciclo do GEF compreende uma sequência de etapas que inclui a submissão de um PIF, seguido do auxílio para a elaboração do projeto (PPG), e a proposta completa de projeto (FSP) (ver a FIGURA II-9 abaixo). Cada uma dessas etapas é aprovada pelo CEO do GEF e/ou pelo Conselho do GEF. Esse processo interativo é apoiado por fundos para ajudar o país a desenvolver plenamente o projeto e a preparar os documentos de projeto relevantes para

submissão. A agência do GEF trabalha de forma próxima com o país em cada etapa sucessiva do processo e, por fim, apóia o país na implementação do projeto.<sup>23</sup>

A FIGURA II-11 abaixo descreve as principais etapas da elaboração do projeto entre o país, o secretariado do GEF e a agência do GEF, demonstrando as respectivas responsabilidades.

O país pode escolher entre as 10 agências do GEF em operação nos PMDs para a implementação do(s) seu(s) projeto(s). A escolha da agência do GEF baseia-se na vantagem comparativa de cada uma em relação a questões específicas abordadas pelo projeto a ser implementado.<sup>23</sup>

Também é possível implementar projetos distintos com agências distintas, ou ter duas ou mais agências trabalhando juntas em um projeto de modo a usar suas respectivas expertises em setores específicos.

<sup>21</sup> Ver <[http://www.thegef.org/gef/gef\\_agencies](http://www.thegef.org/gef/gef_agencies)>.

<sup>22</sup> Ver o website do GEF em <<http://www.thegef.org>> para um status atualizado dos projetos no âmbito do LDCF.

<sup>23</sup> GEF/C.31/5 rev.1. *Comparative Advantages of the GEF Agencies*. Versão em inglês disponível em <<http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/C.31.5%20Executive%20Summary.pdf>>.

As agências de implementação do GEF atualmente em operação nos PMDs são (websites em inglês):

**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**

<<http://www.undp.org/climatechange/>>

**Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)**

<<http://www.unep.org/climatechange/>>

**Banco Mundial**

<<http://go.worldbank.org/WI3H8ZXS1D>>

**Banco Africano de Desenvolvimento (BAFD)**

<<http://www.afdb.org>>

**Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD)**

<<http://www.adb.org/Environment/default.asp>>

**Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**

<<http://www.iadb.org/en/topics/climate-change/climate-change,1448.html>>

**Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)**

<<http://www.ifad.org/climate/index.htm>>

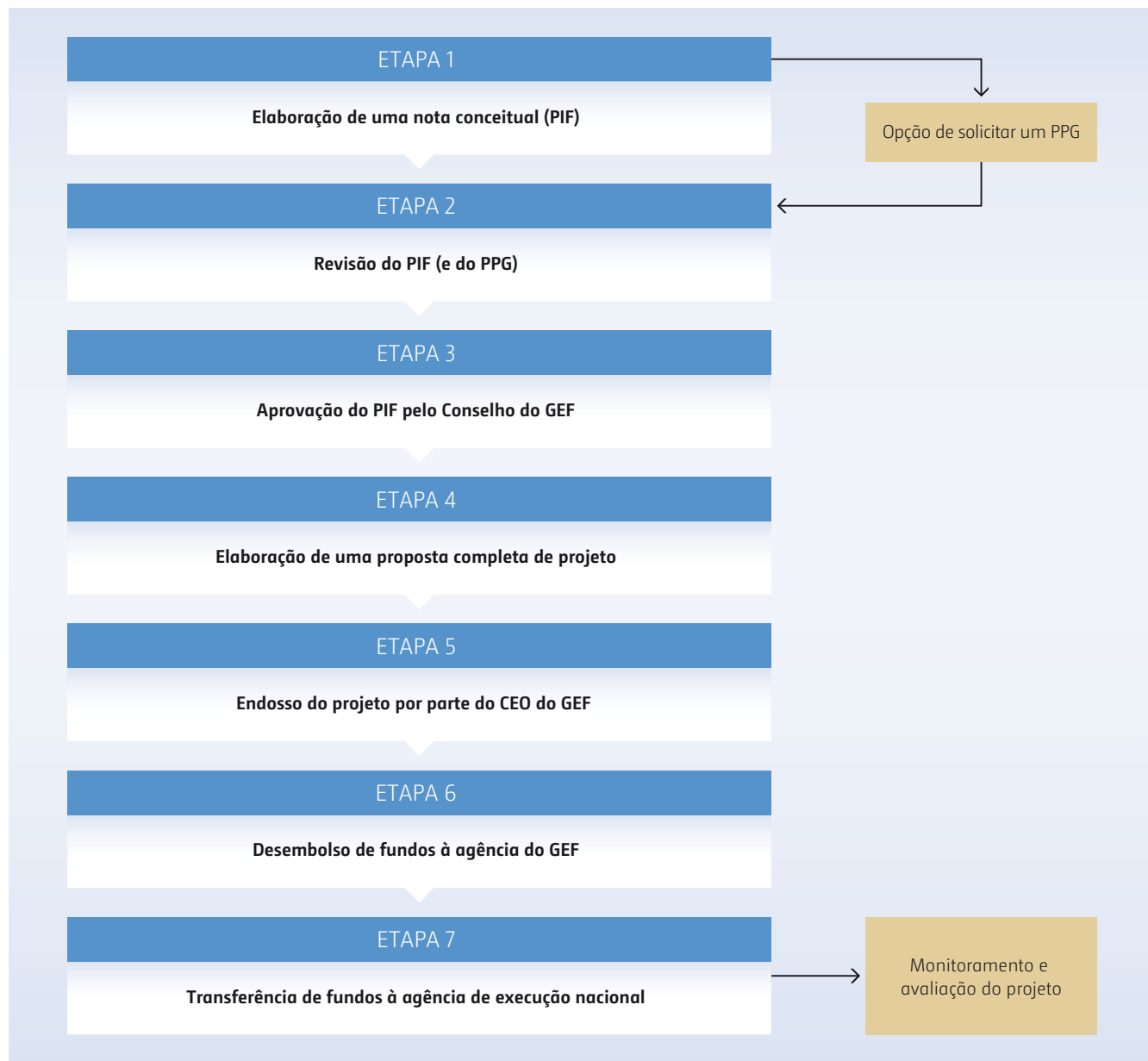
**Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)**

<<http://www.fao.org/climatechange/home/en/>>

**Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO)**

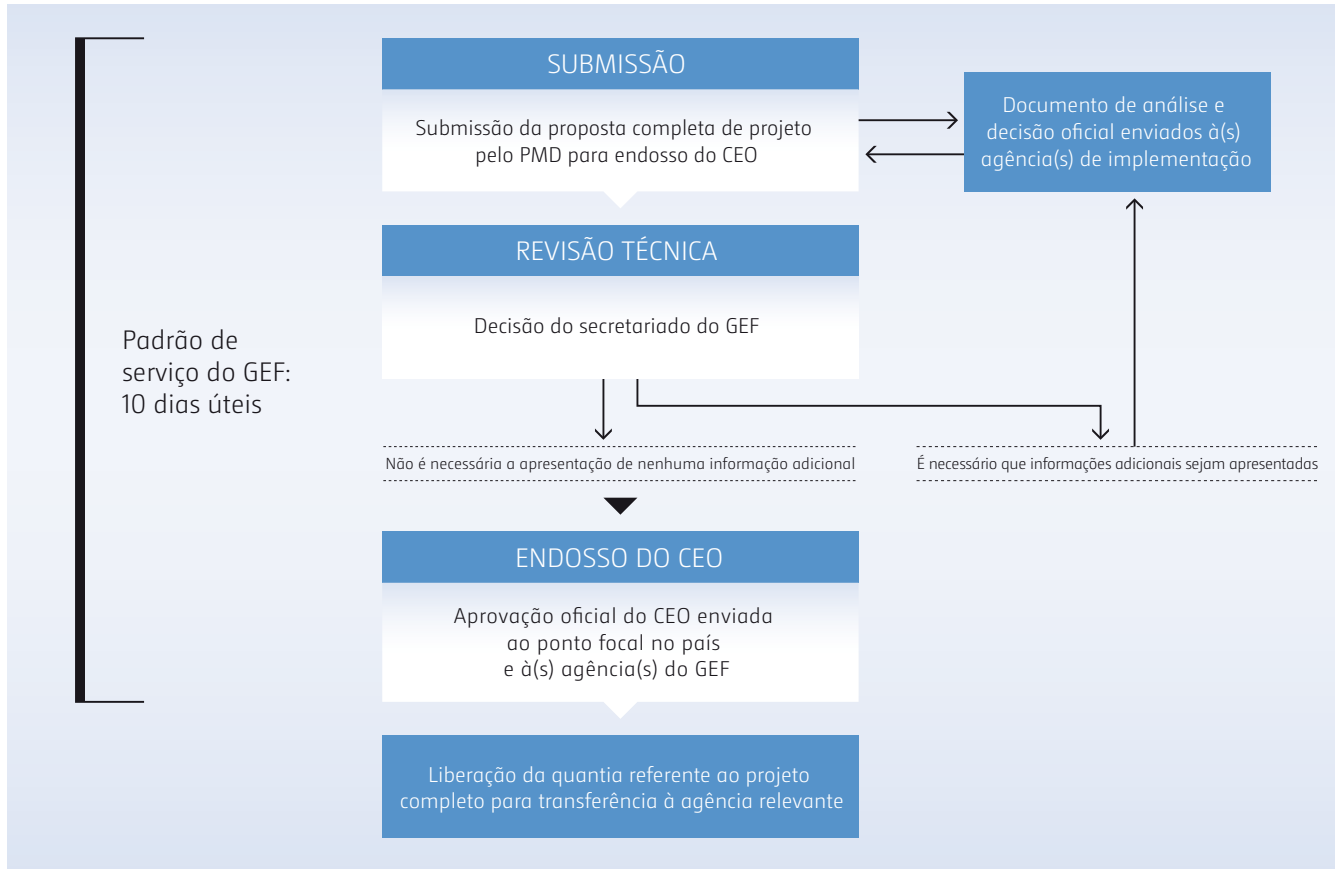
<<http://www.unido.org/index.php?id=o18258>>

Figura II-9. Etapas processuais para o processamento de projetos do PANA no âmbito do LDCF



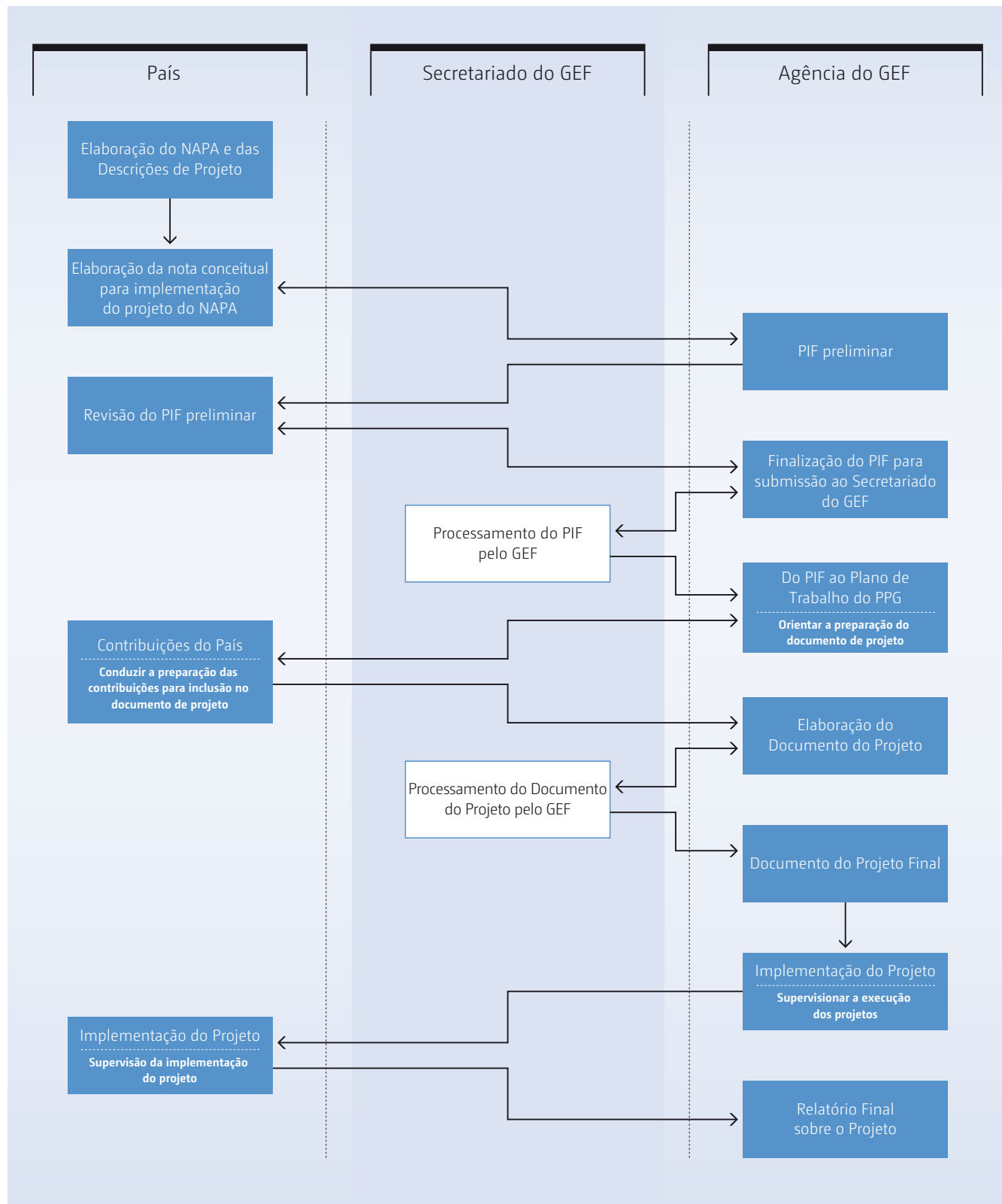
Siglas: GEF = Fundo Global para o Meio Ambiente; CEO = Diretor Geral do GEF; PIF = Formulário de Identificação do Projeto; PPG = Auxílio para a Elaboração do Projeto

Figura II-10. Fluxo de procedimentos e processamento para endosso de projetos do PANA no âmbito do LDCF por parte do CEO  
(procedimentos detalhados das etapas 4–6 da figura II-9)



Fonte: UNFCCC. 2009. *Guia Passo-a-Passo para Implementação de Programas de Ação Nacional de Adaptação*.  
Siglas: LDC = países menos desenvolvidos; GEF = Fundo Global para Meio Ambiente; LDCF = Fundo para os Países Menos Desenvolvidos; SCCC = Fundo Especial para Mudança do Clima; CEO = Diretor Geral (do GEF)

Figura II-11. Visão geral das principais etapas de elaboração do projeto entre o país, o secretariado do GEF e a agência do GEF, mostrando o fluxo de contribuições e o processamento



Fonte: UNFCCC, 2009. *Guia Passo-a-Passo para Implementação de Programas de Ação Nacional de Adaptação*.  
 Siglas: LDC = países menos desenvolvidos; PANA = programa de ação nacional de adaptação; GEF = Fundo Global para o Meio Ambiente; PIF = Formulário de Identificação do Projeto; PPG = Auxílio para a Elaboração do Projeto.

## 2.5. REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PANAS PARA RENOVAR A RELEVÂNCIA E MELHORAR A QUALIDADE

Alterações no clima e conseqüentes novos riscos e vulnerabilidades desde a submissão do PANA, associados a um melhor nível de conhecimento e acesso a novas informações, além das lições aprendidas com os projetos em implementação em outros países, podem fazer com que seja necessário revisar os projetos e descrições de projetos do PANA.

Essa atualização deve incluir uma revisão da lista de projetos prioritários, e uma revisão dos principais elementos da descrição do projeto, como os custos. Se um país decidir revisar o seu NAPA, é importante que as alterações sejam formalmente submetidas ao secretariado da CQNUMC para que elas sejam incorporadas ao NAPA apresentado.

Em um informe técnico recente,<sup>24</sup> o LEG descreveu os passos que podem ser seguidos pelos PMDs para submeter as revisões dos seus NAPAs ao secretariado da CQNUMC. Depois de recebidas, as revisões são processadas e incorporadas oficialmente ao NAPA, que pode então se candidatar ao financiamento do LDCF.

### Quadro II-1. Lógica para a revisão e atualização de um PANA

Considerando o tempo decorrido desde a elaboração dos primeiros PANAs, o LEG identificou as razões abaixo para atualizar ou revisar um PANA, incluindo, entre outros:

- (a) Algumas das atividades prioritárias declaradas no PANA podem ter sido implementadas por meio de cooperação bilateral, ou de outras fontes de financiamento e cooperação técnica, e é necessário que haja uma revisão das prioridades restantes que poderiam ser financiados pelo LDCF;
- (b) Em casos onde foram fornecidas apenas informações sucintas sobre custos e detalhes da implementação, uma Parte PMD pode decidir rever as informações sobre os custos e/ou adicionar informações sobre a descrição do projeto;
- (c) Em alguns casos, pode ser necessário rever a classificação das prioridades urgentes e imediatas do PANA em decorrência da emergência de novos riscos e vulnerabilidades, especialmente nos casos em que o PANA foi finalizado um ano antes ou mais;

- (d) A necessidade de incorporar as lições aprendidas na implementação dos PANAs em outros PMDs;
- (e) A necessidade de se fornecer informações adicionais, como exigido pelas novas diretrizes para a elaboração de projetos (uso do formulário de identificação do projeto, em substituição ao método anterior, em uso quando alguns dos primeiros PANAs foram elaborados, por meio do fundo para a elaboração de projeto);
- (f) A necessidade de se fazer revisões simples no PANA, como o detalhamento da revisão dos custos das atividades de projeto, levando-se em consideração novas informações. Também podem ser adicionadas informações que facilitem a elaboração dos PIFs para a implementação. Alguns países também podem decidir especificar como uma importante atividade de projeto seria integrada a planos setoriais.

## 2.6. AMPLIAÇÃO DO ESCOPO PARA IDENTIFICAR E ABORDAR A ADAPTAÇÃO A MÉDIO E LONGO PRAZO

A elaboração dos PANAs levou todos os fatores de vulnerabilidade em consideração (ver a seção 1.2.2. acima) e chegou a necessidades prioritárias de adaptação que precisam ser abordadas imediatamente, com ênfase no enfrentamento e na melhoria da capacidade adaptativa, e com a compreensão de que um planejamento da adaptação a médio e a longo prazo seria implementado no futuro.

Em dezembro de 2010, as Partes adotaram o Quadro de Adaptação de Cancun (Cancun Adaptation Framework – CAF) durante a décima sexta sessão da COP, realizada em Cancun, México, onde afirmaram que a adaptação deve ser abordada com o mesmo nível de prioridade que a mitigação. O CAF é resultado de três anos de negociações sobre adaptação sob a égide do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Ação Cooperativa de Longo Prazo no âmbito da Convenção (AWG-LCA) que se seguiu à adoção do Plano de Ação de Bali na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima realizada em Bali, na Indonésia.

O CAF inclui o estabelecimento de um processo para possibilitar às Partes PMD – a partir de suas experiências com os PANAs – formular e implementar planos nacionais de adaptação (national adaptation plans – NAPs) como forma de identificar suas necessidades de adaptação de médio e longo prazo, e desenvolver e implementar estratégias e programas para abordar essas necessidades, assim como um programa de trabalho para considerar modos de lidar com perdas e danos associados aos impactos da mudança do clima em países em desenvolvimento particularmente vulneráveis aos seus efeitos adversos.

O CAF também determina que uma ação intensificada de adaptação a ser desenvolvida de acordo com a Convenção deve seguir uma abordagem direcionada por cada país, sensível à questões de gênero, participativa e transparente, levando em consideração ecossistemas, comunidades e grupos vulneráveis. Além disso, o CAF deve se basear em e ser orientado pelo melhor conhecimento científico disponível e, conforme o caso, pelo conhecimento tradicional e indígena, com o objetivo de integrar a adaptação a políticas e ações sociais, econômicas e ambientais relevantes, quando apropriado.

O Órgão Subsidiário de Assessoramento (SBI) elaborará modalidades e diretrizes para os NAPs, para adoção por parte da COP em sua décima sétima sessão, a ser realizada em dezembro de 2011, e também será estabelecido um Comitê de Adaptação para promover a implementação de uma ação intensificada de adaptação de modo coerente com a Convenção. Uma das funções do Comitê será a de prestar informações e recomendações, com base em boas práticas de adaptação, para consideração da COP na sua orientação em relação a meios de incentivo à implementação de ações de adaptação, incluindo financiamento, tecnologia e capacitação, além de outros modos de possibilitar o desenvolvimento resiliente ao clima e reduzir a vulnerabilidade, inclusive para as entidades operacionais do mecanismo financeiro da Convenção, conforme o caso.

Assim, uma avaliação das experiências obtidas e das lições aprendidas com o processo do PANA também servirá como uma ferramenta útil na construção do caminho em direção ao desenvolvimento de planos de adaptação de médio e de longo prazo.

<sup>24</sup> Informações disponíveis em <[http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc\\_tp2009.pdf](http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc_tp2009.pdf)>.





### III. EXPERIÊNCIAS DE PAÍSES SELECIONADOS COM O PROCESSO DO PANA

#### 3.1. METODOLOGIA E JUSTIFICATIVA PARA A COLETA DAS EXPERIÊNCIAS DOS PAÍSES COM O PROCESSO DO PANA

Este capítulo apresenta uma seleção de oito estudos de caso. Informações sobre a situação da elaboração e informações do PANA, inclusive informações sobre experiências das equipes responsáveis pelos PANAs nos PMDs, foram reunidas por meio de questionários, entrevistas e uma análise de documentos específicos e dados dos países, inclusive documentos de projetos do PANA e do LDCF. No total, 24 países foram compreendidos nas duas primeiras baterias de entrevistas realizadas em junho de 2010 e junho de 2011.

As experiências aqui apresentadas se referem aos seguintes países: Bangladesh, Butão, Burkina Faso, Haiti, Kiribati, Maláui, São Tomé e Príncipe e Uganda. Esses países oferecem uma compreensão da diversidade dos PMDs em termos de distribuição geográfica (África, Ásia, Caribe e Pacífico), idioma (anglófonos, francófonos e lusófonos) e ecossistemas (países montanhosos, Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, países sem acesso ao mar, regiões subtropicais e Sahel).

Os resultados das constatações são usados para subsidiar o apoio oferecido pelo LEG aos PMDs. Nos casos em que foram necessárias medidas imediatas, o LEG trabalhou com o GEF e suas agências na busca de soluções. Essa abordagem revelou-se uma boa prática em si; ela levou à rápida resolução de problemas e à melhoria do relacionamento entre as equipes do PANA e as agências executoras do GEF.

O LEG pretende acrescentar perfis de mais países ao Portal dos PMDs no website da CQNUMC<sup>25</sup> como parte de seu trabalho contínuo de identificação e transmissão de melhores práticas e lições aprendidas.

<sup>25</sup> Ver <<http://www.unfccc.int/lde>>.

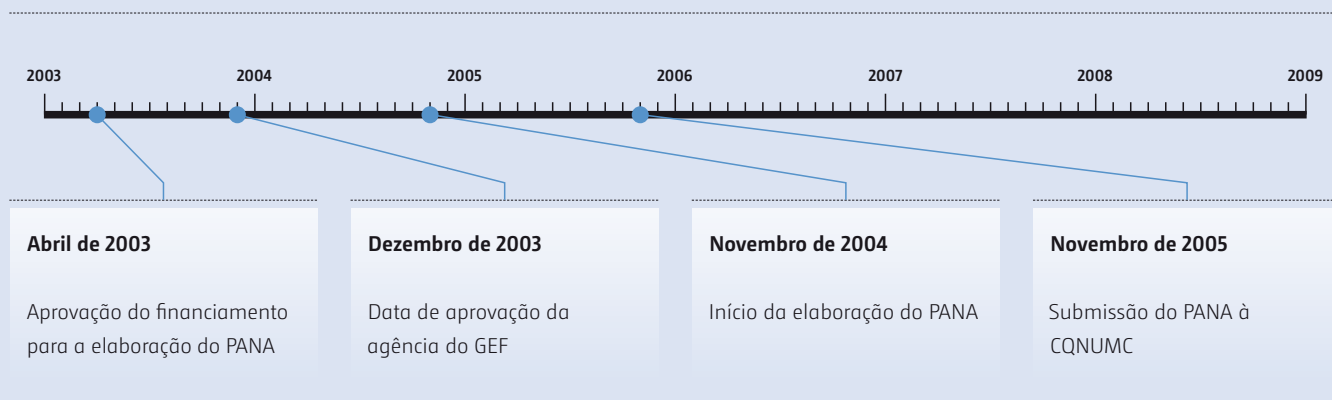


### 3.2. BANGLADESH

Sendo um país de altitude predominantemente baixa situado no sul da Ásia, Bangladesh abriga um dos maiores deltas do mundo, formado pela densa rede dos distributários dos rios Ganges, Brahmaputra e Meghna. Os efeitos mais danosos relacionados à mudança do clima em Bangladesh são as enchentes, a intrusão salina e secas que, conforme constatado, afetam drasticamente a produtividade agrícola quase todos os anos. Entre os desafios induzidos pela mudança do clima, estão: escassez de água doce devido à redução das chuvas e intensificação

da evapotranspiração na estação seca; congestionamento da drenagem devido à elevação dos níveis das águas em decorrência da elevação do nível do mar; erosão das margens dos rios; alagamentos freqüentes e secas prolongadas e generalizadas; e maior salinidade na superfície e no solo da área costeira. O setor agrícola também enfrentará uma redução expressiva da produtividade, colocando em perigo a autossuficiência alimentar baseada em grãos. Constatou-se que a população que vive na área costeira é mais vulnerável do que a população que ocupa outras áreas.

#### Linha do tempo do processo de elaboração do PANA em Bangladesh



#### PROJETOS DO PANA EM IMPLEMENTAÇÃO

Bangladesh listou 15 atividades prioritárias no seu PANA, e seu primeiro projeto, já em fase de implementação, visa reduzir a vulnerabilidade das comunidades costeiras aos

impactos dos riscos induzidos pela mudança do clima em 4 upazilas (subdistritos) nos distritos costeiros de Barguna e Patuakhali (região ocidental), Bhola (região central), Noakhali (região central) e Chittagong (região oriental).

<b>Título do projeto</b>	Adaptação da comunidade à mudança do clima por meio do florestamento costeiro
<b>Agência de implementação</b>	PNUD
<b>Agência executora nacional</b>	Departamento de Florestas, Ministério do Meio Ambiente e Florestas (MoEF)
<b>Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto</b>	1/15
<b>Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)</b>	3.3/10.4
<b>Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF</b>	Abril de 2007
<b>Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF</b>	Dezembro de 2008

## PROCESSO DO PANA

**Estratégia de elaboração e implementação:** A consulta aos atores foi parte integrante da elaboração do PANA, e a equipe do PANA foi formada por um grupo multidisciplinar de especialistas. Seis grupos de trabalho setoriais foram formados para analisar a vulnerabilidade dos sistemas naturais, econômicos e sociais, e foram realizadas reuniões entre esses grupos de trabalho e diferentes agências setoriais, órgãos, autoridades de projeto e doadores a fim de avaliar possibilidades de integração em políticas e planos setoriais.

Devido às especificidades dos países, durante a classificação das atividades prioritárias foi dada preferência a atividades que promovam a segurança, em sentido amplo, da vida e dos meios de subsistência, à participação ativa de comunidades locais e à redução do risco de perigos naturais. O texto final do PANA incorporou comentários e sugestões feitos durante uma oficina de consulta nacional, e listou o perfil de 15 projetos em potencial demonstrando a integração em marcos e programas de políticas nacionais.

**Estruturas institucionais no país:** A partir de sua experiência na elaboração do PANA, Bangladesh também tomou medidas no sentido de estabelecer um marco nacional para lidar com as questões da mudança do clima no país. Bangladesh instituiu uma Unidade de Mudança do Clima vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Florestas (MoEF), e formulou o Plano de Ação e Estratégia de Bangladesh para a Mudança do Clima (BCCSAP) em 2008, revisto em 2009.

O Governo de Bangladesh também criou um Fundo Fiduciário para Mudança do Clima (CCTF) em 2009. O CCTF aprovou a implementação de 43 projetos governamentais, e um total de US\$ 70 milhões foi destinado a esses projetos. O CCTF também aprovou cerca de 32 projetos de organizações não governamentais (ONGs). Um total de US\$ 3,5 milhões foi alocado para esses projetos, e uma série de outros projetos governamentais e de ONGs está sendo examinada.

Além do CCTF, o país também instituiu o Fundo de Resiliência à Mudança do Clima de Bangladesh (BCCRF) com apoio dos parceiros para o desenvolvimento. O BCCRF será gerido e executado pelo Governo, e assistência técnica será prestada pelo Banco Mundial. Os parceiros para o desenvolvimento já empenharam US\$ 113,5 milhões para esse fundo.

O Governo de Bangladesh também está trabalhando na instalação de um Fundo Fiduciário de Vários Doadores (MDTF) para receber e desembolsar fundos para a adaptação.

**Experiência com a implementação do projeto:** Bangladesh possui ampla experiência no envolvimento de comunidades locais na proteção e regeneração de florestas, e seu primeiro projeto do PANA baseia-se nessa experiência. Ademais, o projeto será vinculado a programas regionais e nacionais, como o Programa de Manejo Integral de Desastres (CDMP) do PNUD/Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e programas do PNUD como o Projeto de Manejo da Biodiversidade Costeira e de Áreas Úmidas (CWBMP) e o Fortalecimento das Comunidades Pesqueiras Costeiras para a Segurança dos Meios de Subsistência.

**Revisão e atualização:** Bangladesh atualizou seu PANA em 2009, com a incorporação dos resultados dos estudos sobre impactos e vulnerabilidades, e uma avaliação de necessidades de adaptação realizada ao longo dos últimos anos. Os seis grupos de trabalho que participaram da elaboração do PANA original foram mobilizados para essa revisão. O PANA revisto também foi impresso no idioma local pelo MoEF e pelo Fórum de Jornalistas Ambientais de Bangladesh (FEJB).

A experiência de Bangladesh mostra que o processo do PANA pode ser útil para a criação de estruturas institucionais para lidar com as questões da mudança do clima no país.



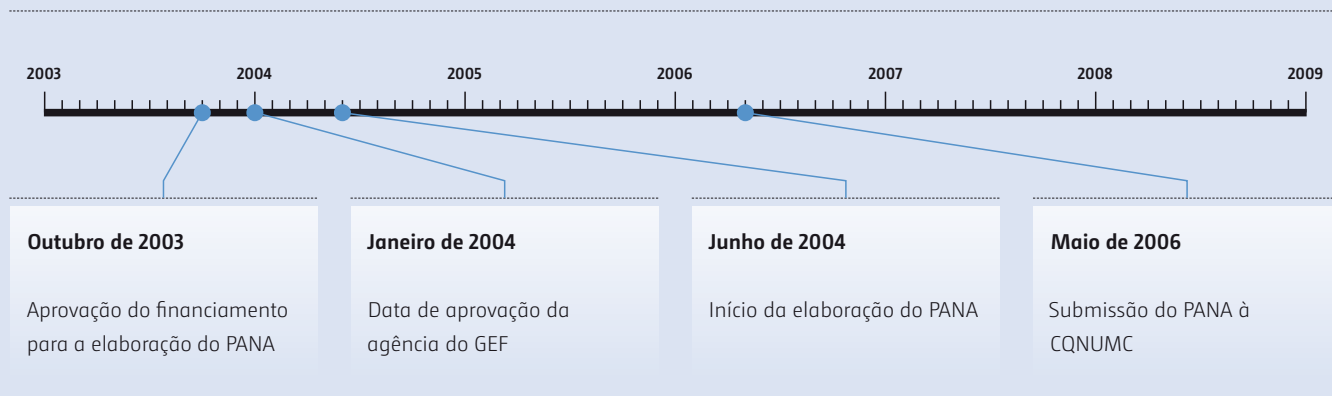


### 3.3. BUTÃO

O Butão é um pequeno país em desenvolvimento situado no frágil ecossistema do Himalaia Oriental, e os principais setores afetados pelos efeitos adversos da mudança do clima incluem infraestrutura, agricultura, silvicultura, recursos hídricos, energia e saúde. Setenta e nove por cento da população do Butão, composta por agricultores de subsistência, será diretamente afetada por mudanças de temperatura e regimes imprevisíveis de monções, e

serão maiores os danos causados à infraestrutura por deslizamentos de terra e trombas d'água. Como a economia do país é altamente dependente dos recursos hidrelétricos (que constituem mais de 12 por cento do PIB do país), os possíveis impactos sobre este setor são igualmente alarmantes. Contudo, o impacto mais marcante é o derretimento acelerado das geleiras, que afetará não apenas a vazão de base dos rios, mas também aumentará drasticamente o risco de inundações provocadas pela irrupção de lagos glaciais.

#### Linha do tempo do processo de elaboração do PANA em Butão



#### PROJETOS DO PANA EM IMPLEMENTAÇÃO

O PANA do Butão contempla nove atividades prioritárias que possuem, em sua grande maioria, especificidade geográfica. Devido à urgente necessidade de solução das inundações provocadas pela irrupção de lagos glaciais, um projeto que visa minimizar esses riscos recebeu prioridade; foi o primeiro a ser apresentado para implementação no âmbito do LDCF. Foram selecionadas três atividades prioritárias como componentes do projeto:

- (1) Rebaixamento artificial do nível da água do lago Thorthormi;
- (2) Aumento da capacidade de gestão de riscos de desastres nos vales afetados;
- (3) Instalação de um sistema de alerta precoce para inundações provocadas pela irrupção de lagos glaciais.

<b>Título do projeto</b>	Redução dos riscos e vulnerabilidades induzidos pela mudança do clima relacionados a irrupções de lagos glaciais nos Vales de Punhakha-Wangdi e Chamkhar
<b>Agência de implementação</b>	PNUD
<b>Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto</b>	3/9
<b>Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)</b>	3.445/6.931
<b>Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF</b>	Agosto de 2007
<b>Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF</b>	Março de 2008
<b>Atualização sobre o andamento</b>	a implementação em campo já começou

## PROCESSO DO PANA

**Estratégia de elaboração e implementação:** Muito embora a conscientização em relação à mudança do clima fosse relativamente baixa no início do processo de elaboração do PANA, o Butão contou com boa participação dos atores ao longo do processo, e também com relações de trabalho positivas entre os diversos atores, inclusive a agência do GEF (PNUD). Uma força-tarefa composta por membros de diferentes setores do desenvolvimento foi criada com o intuito de avaliar as vulnerabilidades do país à mudança do clima, além de estratégias fundamentais de adaptação.

Além das reuniões da força-tarefa, a equipe do PANA do Butão realizou várias reuniões com doadores e com a agência do GEF para discutir e ajudar a definir as prioridades de adaptação e aspectos de vulnerabilidade básicos a serem abordados no país. A existência de um risco claramente urgente representado pela mudança do clima no país – as inundações provocadas pela irrupção de lagos glaciais – facilitou a definição do primeiro projeto a ser encaminhado no âmbito do LDCF e a destinação dos fundos uma vez que estivessem disponíveis.

**Estruturas institucionais no país:** O PANA foi concebido no âmbito do Plano Quinquenal de Desenvolvimento Sustentável do Governo Real do Butão. A Comissão Nacional de Meio Ambiente (NEC) do Butão é responsável pela condução e coordenação das agências setoriais de execução/ implementação (ministérios) e monitora periodicamente os componentes de “adaptação à mudança do clima” no âmbito dos projetos a fim de assegurar que não haja negligência de objetivos fundamentais do PANA.

**Experiência com a implementação do projeto:** Entre os desafios estavam a necessidade de assistência externa para a formulação da justificativa do custo adicional de adaptação do projeto, e atrasos causados por uma mudança feita pelo GEF nos modelos para a submissão dos projetos. Ademais, dado o caráter de urgência do problema a ser solucionado, considerou-se que o tempo

total consumido entre a criação inicial do conceito do projeto e o primeiro desembolso para implementação efetiva (três anos) foi maior do que o necessário.

No entanto, uma boa relação de trabalho com a agência facilitou o andamento dos trabalhos, e a familiaridade do governo com a estrutura do PNUD para o país assegurou a correta gestão das expectativas entre cada parceiro na execução do primeiro projeto. A interação regular entre a equipe nacional e o GEF em sessões da CQNUMC permitiu ao país manter-se informado acerca do andamento para a consideração de seus projetos.

**Destaques do projeto:** As inundações provocadas pela irrupção de lagos glaciais são bastante típicas nas áreas montanhosas (só a região do Hindu Kush-Himalaia possui 8.800 lagos glaciais, 203 dos quais foram identificados com possibilidade de perigo) e, portanto, este projeto apresenta potencial para ser reproduzido no âmbito do país e em outros países da região que enfrentam o mesmo problema. A título de exemplo, o Paquistão está aproveitando a experiência do Butão para o desenvolvimento de projetos semelhantes no âmbito do fundo de adaptação.<sup>26</sup> No Butão, outros 24 lagos glaciais foram identificados como em situação de risco elevado de inundações desse tipo.

**Revisão e atualização:** Tendo em vista que alguns setores envolvidos julgaram que não estavam tendo uma participação efetiva no processo do PANA durante a fase de elaboração devido a um nível reduzido de conscientização e conhecimento, eles aceitaram de bom grado a idéia de rever e atualizar o PANA como um passo positivo no sentido de assegurar que as necessidades urgentes e imediatas de suas respectivas áreas fossem contempladas adequadamente no PANA. O PANA do Butão determina sua revisão periódica após a implementação efetiva dos primeiros projetos prioritários no contexto do ciclo do Plano Quinquenal do Governo.

<sup>26</sup> Mais informações encontram-se disponíveis em <<http://adaptation-fund.org/node/1366>>.

A experiência do Butão mostra que, quando os impactos potenciais da mudança do clima são evidentes e os resultados previstos de um projeto são tangíveis, é fácil articular a justificativa do projeto. O projeto do Butão também é um bom exemplo da possibilidade de replicação de uma abordagem de projeto para condições e impactos semelhantes em uma mesma região.





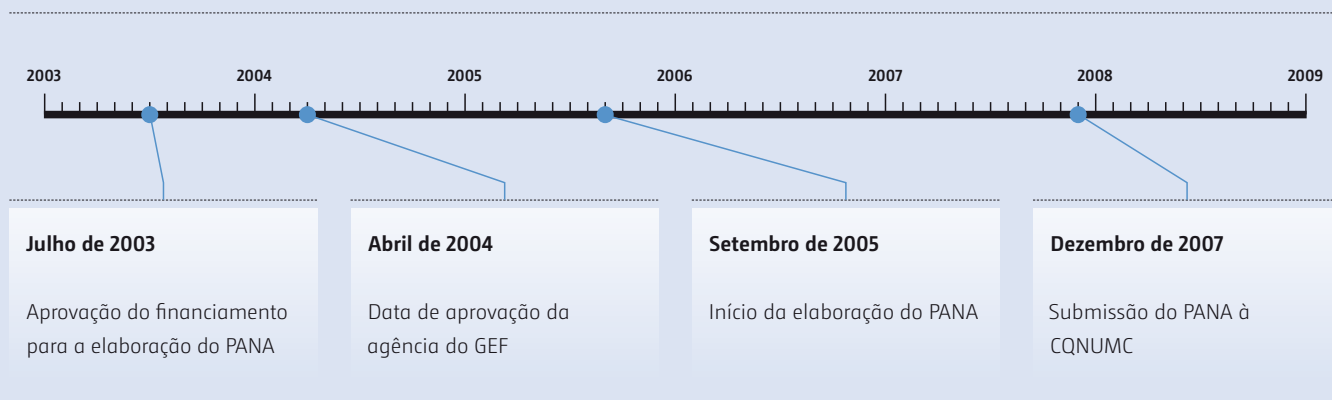


### 3.4. BURKINA FASO

Na condição de país sem saída para o mar situado na África subsaariana e com forte dependência da agricultura, Burkina Faso foi consideravelmente afetado pelos impactos adversos da mudança do clima nos últimos 20 anos. O país sofreu uma aguda diminuição das chuvas em função da mudança do clima que, por sua vez, acarretou uma

redução dos recursos hídricos e uma grave degradação e redução das áreas de pastagens. Assim, foram identificados quatro setores fundamentais como os mais vulneráveis à mudança do clima: agricultura, recursos hídricos, pecuária e florestas/biodiversidade. As populações mais vulneráveis podem ser encontradas entre as comunidades rurais carentes, sobretudo mulheres, jovens e pequenos agricultores.

#### Linha do tempo do processo de elaboração do PANA em Burkina Faso



#### PROJETOS DO PANA EM IMPLEMENTAÇÃO

Burkina Faso selecionou 12 atividades prioritárias e, para equacionar uma série de questões em seu primeiro projeto, o país decidiu adotar uma abordagem programática articulada em torno de três componentes, um dos quais financiado por intermédio do LDCF, e com as outras duas iniciativas de adaptação financiadas por outras entidades. Segundo essa abordagem, o programa é formado pelos seguintes três componentes:

- Fortalecimento das capacidades nacionais: com custeio da Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional (DANIDA) e da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN);
- Planejamento estratégico: financiado pelo PNUD/ Governo do Japão;
- Seis projetos-piloto de adaptação à mudança do clima: financiamento do LDCF.

O componente custeado pelo LDCF tem horizonte de curto prazo e trata de necessidades imediatas e urgentes, ao passo que os outros dois componentes se concentram em necessidades de adaptação de médio prazo. Cada um dos seis projetos-piloto do componente do LDCF corresponde a uma aldeia ou grupo de aldeias, e um diretor é designado para cada projeto. À medida que a execução dos projetos avançar nas seis aldeias, as lições aprendidas e melhores práticas serão registradas com vistas a ser usadas no planejamento de futuros projetos de adaptação.

Fortalecimento das capacidades de adaptação e redução da vulnerabilidade à mudança do clima em Burkina Faso	
Título do projeto	
Agência de implementação	PNUD
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	4/12 (das quais 2 somente em parte)
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	3.300/23.445
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Abril de 2008
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Abril de 2009

## PROCESSO DO PANA

**Estratégia de elaboração e implementação:** Quanto à avaliação de vulnerabilidade, a equipe do PANA identificou as regiões mais vulneráveis do país e selecionou as três áreas geográficas para a realização dos trabalhos, cada qual com suas especificidades: a primeira é altamente dependente da pecuária, a segunda, da agricultura, e a terceira, dos recursos hídricos. Em cada área, algumas aldeias foram selecionadas como projetos-piloto e um especialista no meio de subsistência predominante (agricultura, pecuária ou recursos hídricos) foi designado a cada uma a fim de coordenar trabalhos de avaliação adicionais.

Uma oficina de trabalho do LEG sobre a elaboração do PANA realizada no país em 2003 foi considerada de grande utilidade, não apenas em virtude das diretrizes oferecidas, mas também porque vários atores relevantes envolvidos no PANA conseguiram se beneficiar da experiência e orientação dos mediadores da oficina e outros participantes de PMDs francófonos.

No que diz respeito à estratégia de implementação, Burkina Faso integrou as primeiras atividades prioritárias de seu PANA em uma abordagem programática que recebeu o aval dos doadores bilaterais.

**Estruturas institucionais no país:** A Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) foi a introdução de Burkina Faso à questão da mudança do clima. O evento apresentou uma excelente oportunidade para o país compreender os tipos de sinergias que podiam ser criadas no nível do país para assegurar a sólida sustentabilidade ambiental. Logo após a Rio-92, um observatório nacional foi criado em Burkina Faso e, em 2006, estruturas institucionais levaram ao estabelecimento de um marco institucional comum para a implementação das três Convenções do Rio (sobre clima, biodiversidade e desertificação) e a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas (Convenção de Ramsar) no país.

Em virtude das estruturas institucionais antigas de Burkina Faso, os membros do comitê gestor do PANA já estavam trabalhando conjuntamente bem antes do início do processo do PANA. O comitê gestor é formado por todos os pontos focais das Convenções do Rio, juntamente com diretores de vários ministérios, inclusive ministérios com função de coordenação, como o Ministério do Planejamento e da Fazenda, algumas ONGs e representantes de comunidades locais. Os doadores internacionais são convidados com regularidade para as reuniões como observadores.

**Experiência com a implementação do projeto:** Como atores relevantes têm tido participação ativa no processo desde as etapas iniciais da fase de elaboração do PANA, considera-se que isso facilitou imensamente a implementação. A estratégia de implementação adotada pela equipe do PANA permitiu um processo quase perfeito rumo à implementação do primeiro projeto. A equipe do PANA também tinha boa compreensão do procedimento de acesso ao LDCF e ampla experiência na preparação de propostas de projeto para outros projetos financiados pelo GEF, o que melhorou o entendimento de todas as etapas do processo.

Como o PNUD gerencia a maioria das outras parcerias técnicas e financeiras no que tange a questões ambientais e, em particular, os outros dois componentes do programa, já havia uma boa relação de trabalho entre a agência e a equipe do país. Isso também facilitou a implementação da abordagem programática, muito embora apenas um componente tenha sido financiado por meio do LDCF.

Ao convidar doadores com regularidade para as reuniões do comitê gestor do PANA, Burkina Faso assegurou apoio para o cofinanciamento dos mesmos doadores que apoiam as outras Convenções do Rio. Um dos resultados da articulação empreendida por Burkina Faso em relação à gestão das três Convenções do Rio é a mobilização de recursos nacionais para a implementação do PANA. Como parte do cofinanciamento para o terceiro componente do programa, o Governo de Burkina Faso fez uma contribuição de 450 milhões de francos CFA.

Os objetivos futuros de Burkina Faso são a intensificação das atividades de adaptação nas aldeias-piloto e, à luz do sucesso alcançado até o momento nessas aldeias, alguns doadores também sugeriram a replicação das melhores práticas em outras aldeias. A equipe técnica do PANA atualmente conta com uma pessoa responsável pela capacitação das equipes regionais (autoridades municipais, serviços regionais, paróquias, etc.) e a equipe está planejando contratar um especialista em monitoramento e avaliação.

**Destaques do projeto:** A escolha de uma abordagem programática por parte de Burkina Faso não apenas atende a necessidades urgentes e imediatas por meio de

um conjunto identificado de prioridades de adaptação, mas também permite a criação de estratégias de adaptação de médio e longo prazo.

**Revisão e atualização:** Burkina Faso atualmente está revisando o seu PANA com o intuito de torná-lo mais abrangente; este trabalho será realizado como parte do segundo componente de seu PANA, no planejamento estratégico. O PANA revisto irá contemplar necessidades de adaptação para o médio e longo prazos e, em paralelo, o país pretende realizar um estudo de viabilidade no setor de saúde.

A experiência de Burkina Faso mostra que estruturas institucionais bem estabelecidas para fazer frente às questões de mudança do clima no país podem facilitar bastante a elaboração e implementação do PANA, além de estimular o raciocínio estratégico antecipado para a análise de opções de adaptação a médio e longo prazo.



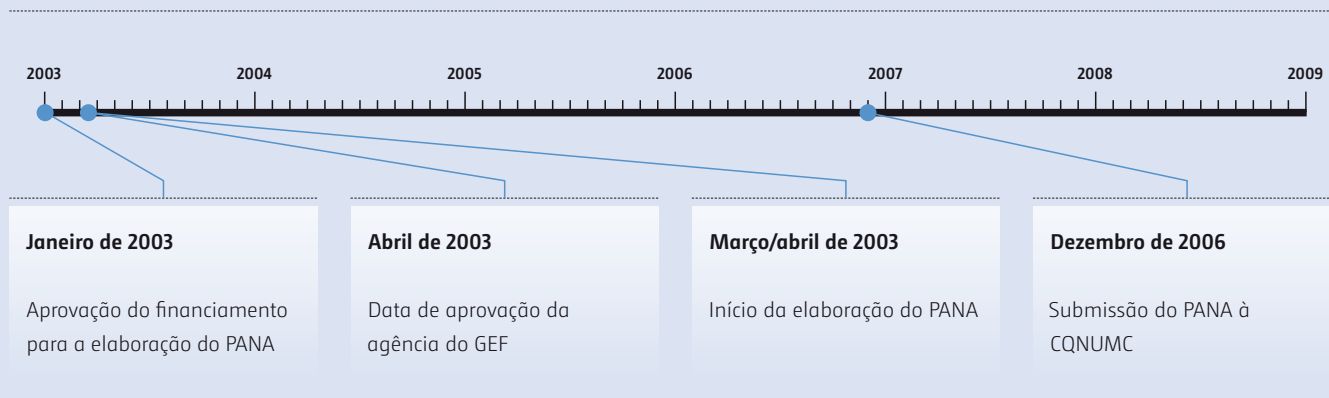


### 3.5. HAITI

Localizado no lado ocidental da Ilha Hispaniola – que compartilha com a República Dominicana – o Haiti é um país predominantemente montanhoso. O país perdeu a maior parte de sua cobertura florestal, e por isso é propenso a processos erosivos. Além disso, vem sendo afetado cada vez mais por desastres naturais, como furacões e tempestades tropicais, e também por enchentes e secas, cujos impactos são agravados por

práticas inadequadas de urbanização, uso de recursos naturais e manejo de resíduos. A população – dois terços da qual depende do setor agrícola – é altamente vulnerável às variações do clima. O Haiti ainda está se recuperando de seu mais grave terremoto nos últimos 200 anos, que atingiu o país em janeiro de 2010. Os setores mais vulneráveis à mudança do clima são: agricultura e degradação do solo; áreas costeiras; e manejo de recursos hídricos.

#### Linha do tempo do processo de elaboração do PANA no Haiti



#### PROJETOS DO PANA EM IMPLEMENTAÇÃO

O Haiti definiu oito atividades prioritárias. Um projeto que trata das capacidades de adaptação das comunidades costeiras foi elaborado como o primeiro projeto do Haiti no âmbito do LDCF. Esse projeto possui quatro componentes:

- (1) Desenvolvimento de capacidades sistêmicas, institucionais e pessoais;
- (2) Uma estrutura financeira sustentável para a Gestão do Risco do Clima (CRM) nas áreas costeiras;
- (3) Condução de medidas de adaptação costeira na prática;
- (4) Gestão do conhecimento, codificação e difusão de melhores práticas.

Título do projeto	Fortalecimento das capacidades de adaptação para enfrentar as ameaças da mudança do clima em estratégias de desenvolvimento sustentável para as comunidades costeiras do Haiti
Agência de implementação	PNUD
Agência executora nacional	Ministério do Meio Ambiente
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	3.960/11.060

Ademais, um segundo projeto com o objetivo de reduzir o risco de desastres na agricultura para melhorar a segurança alimentar foi elaborado em fevereiro de 2010. A intenção foi agilizar os processos após o terremoto de

janeiro de 2010. As últimas informações disponíveis parecem indicar que esse projeto está finalmente seguindo o ciclo de projetos normal do LDCF após o reenvio do PIF em fevereiro de 2011.

Título do projeto	Fortalecimento da resiliência ao clima e redução dos riscos de desastres na agricultura a fim de melhorar a segurança alimentar no Haiti pós-terremoto
Agência de implementação	FAO
Agência executora nacional	Ministério da Agricultura
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	2.999/8.230
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Fevereiro de 2010
Reenvio da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Fevereiro de 2011
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Ainda sem a aprovação do Diretor Geral

#### PROCESSO DO PANA

**Estratégia de elaboração e implementação:** O processo de elaboração do PANA deu-se em um contexto de instabilidade política e, devido ao aumento das ameaças à segurança, foi difícil organizar consultas públicas. Apesar do contexto desafiador, a equipe do PANA realizou as consultas e conseguiu organizar todas elas, mas isso resultou em um prazo de elaboração do PANA maior do que inicialmente previsto.

A consulta a comunidades e autoridades municipais foi considerada um passo importantíssimo, pois proporcionou informações complementares e adicionais, bem como uma oportunidade para a identificação de quais medidas de adaptação as comunidades já haviam adotado. A equipe do PANA também cooperou com a equipe de comunicação nacional no sentido de compartilhar informações acerca das vulnerabilidades do país à mudança do clima, o que contribuiu para a coesão dos relatórios gerados.

**Estruturas institucionais no país:** Logo após a elaboração do PANA, o Haiti passou por várias mudanças institucionais, o que resultou na interrupção das atividades da equipe do PANA entre 2006 e 2008. Hoje, o objetivo do Haiti é que todos os ministérios integrem plenamente as questões da mudança do clima aos seus respectivos planos setoriais nacionais.

**Experiência com a implementação do projeto:** No momento em o PANA passava da fase de elaboração para a fase de implementação, o PNUMA – que havia auxiliado a equipe do PANA a formular o documento – foi substituído pelo PNUD. Para facilitar as relações de trabalho com o PNUD, foi criada uma plataforma para o compartilhamento de informações técnicas, mas a equipe nacional achou que a agência poderia ter compartilhado mais informações sobre o componente financeiro, sobretudo acerca de estratégias para a mobilização dos parceiros de cofinanciamento. A equipe do PANA também julgou que os procedimentos para a aprovação da proposta do projeto completo pelo Diretor Geral foram demorados, já que o processo durou quase dois anos e meio (agosto de 2008 a dezembro de 2011).

De modo semelhante, visto que o segundo projeto foi inicialmente desenvolvido e processado com agilidade devido ao impacto do terremoto, a agência do GEF (FAO) assumiu a liderança na formulação do documento e, em decorrência disso, e equipe nacional se sentiu excluída do processo. A falta de locais de reunião, devido ao fato de que uma série de prédios do governo haviam sido danificados, pode ter atrapalhado ainda mais a comunicação. Para os dois projetos, as agências do GEF coordenaram as questões financeiras, inclusive a mobilização de recursos do LDCF e outras fontes de financiamento como parte do cofinanciamento.



**Revisão e atualização:** A princípio, o Haiti não considerou a possibilidade de rever ou atualizar seu PANA, mas, após uma sequência de desastres naturais (um furacão em 2007, três em 2008 e um terremoto de grandes proporções em 2010), muitas informações e dados já não são mais considerados exatos. Hoje considera-se que uma revisão/atualização do PANA pode oferecer uma oportunidade para se reavaliar as prioridades do país em relação à sua

adaptação aos efeitos mais adversos da mudança do clima e, como tal, o processo teria o apoio da estrutura institucional estabelecida para a elaboração do PANA. Entretanto, o Haiti somente consideraria a possibilidade de rever e atualizar seu PANA se isso implicar um processo ágil que não leve mais de seis a oito meses, e que não impeça o avanço da implementação de projetos do PANA que já estejam em andamento.

A experiência do Haiti mostra que a mobilização contínua da equipe do PANA durante a concepção da fase de implementação é determinante para se evitar atrasos na execução e fortalecer a capacidade criada durante a fase de elaboração.



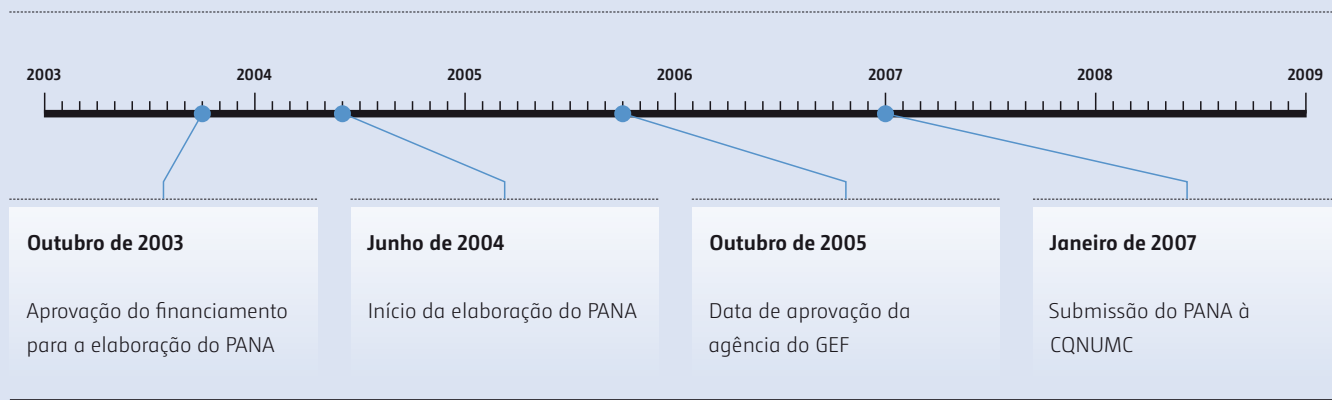


### 3.6. KIRIBATI

Kiribati fica situado na região central do Pacífico, e é formado por 33 atóis cujo território soma aproximadamente 800 km<sup>2</sup>. A altura máxima em qualquer um dos atóis é 4 m, o que torna o país vulnerável a elevações do nível do mar, intrusão de água salgada e enchentes. Os estudos de vulnerabilidade e adaptação empreendidos no país mostraram que o maior impacto da mudança do clima seria a perda das infraestrutura costeiras devido à inundação. Ademais, o branqueamento dos corais

acarretaria perda de produção pesqueira. Os efeitos combinados da erosão costeira em decorrência da elevação do nível do mar, alterações na precipitação e aumento das temperaturas causaria uma redução considerável da espessura das lentes de água. A mudança do clima provavelmente aumentaria o potencial epidêmico da dengue e a incidência de doenças tropicais. A elevação do nível do mar também afetaria a agricultura devido à intromissão da água salgada e à perda de solo costeiro, reduzindo assim o terreno disponível para a agricultura.

#### Linha do tempo do processo de elaboração do PANA em Kiribati



#### PROJETOS DO PANA EM IMPLEMENTAÇÃO

O PANA de Kiribati contemplou 10 atividades prioritárias. O primeiro projeto apresentado ao LDCF tem por objetivo fortalecer a resiliência de Kiribati ao impacto da

variabilidade do clima, mudança do clima e riscos relacionados ao clima por meio da redução do impacto de ondas de tempestades e erosão costeira na qualidade e disponibilidade de recursos de água doce e nos meios de subsistência das comunidades costeiras.

Título do projeto	Aumento da resiliência à variabilidade e riscos do clima
Agência de implementação	Banco Mundial (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD))
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	5/10
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	3.300/6.600
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Agosto de 2009
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Ainda sem a aprovação do Diretor Geral
Atualização sobre o andamento	a nota conceitual do projeto já foi aprovada pelo Conselho do GEF

## PROCESSO DO PANA

**Estratégia de elaboração e implementação:** A Equipe de Estudos sobre Mudança do Clima (CCST) participou da elaboração do PANA. Suas atribuições incluíram a supervisão da implementação da CQNUMC e a prestação de orientação técnica. Durante a elaboração do PANA, a equipe realizou uma consulta abrangente à população local de todas as ilhas habitadas. Um amplo leque de atores representando todas as camadas da população foi consultado, inclusive os seguintes: ONGs, setor privado, grupos religiosos cadastrados, uma associação de idosos (de acordo com os costumes indígenas), representantes de grupos de mulheres, de jovens e do governo municipal, o que criou um alto nível de conscientização entre os atores. O processo de elaboração do PANA foi realizado com o auxílio do PNUD, e houve uma excelente relação entre o PNUD e a equipe do PANA. A equipe do PANA também recebeu apoio e assistência técnica do LEG quando o grupo de especialistas esteve em Kiribati para participar de uma reunião do LEG. Além disso, a equipe enviou seu projeto de PANA ao LEG, que ofereceu comentários antes da finalização do documento.

Em função de sua vulnerabilidade crescente à mudança do clima, uma avaliação de vulnerabilidade e adaptação (V&A) foi realizada com a ajuda do GEF antes do processo de elaboração do PANA. Durante o processo de elaboração, foi dispensada grande atenção à correspondência aos resultados da V&A e à identificação dos projetos prioritários. Contudo, os perfis dos projetos obtidos durante a fase de priorização das consultas aos atores do PANA e os resultados da V&A apresentaram uma ligeira diferença. Consequentemente, não há uma estratégia de implementação evidente e nem uma clara compreensão do papel dos atores na busca de apoio para os projetos elaborados conforme o processo do PANA.

Pouco antes do início do processo de elaboração do PANA, outro programa de adaptação foi criado com o nome Programa de Adaptação de Kiribati (KAP), que é financiado

pelo GEF e cofinanciado pelo AusAID. O KAP não é vinculado ao PANA; seu objetivo é incorporar a adaptação ao planejamento econômico nacional e, portanto, o KAP se concentra no planejamento de longo prazo para a adaptação.

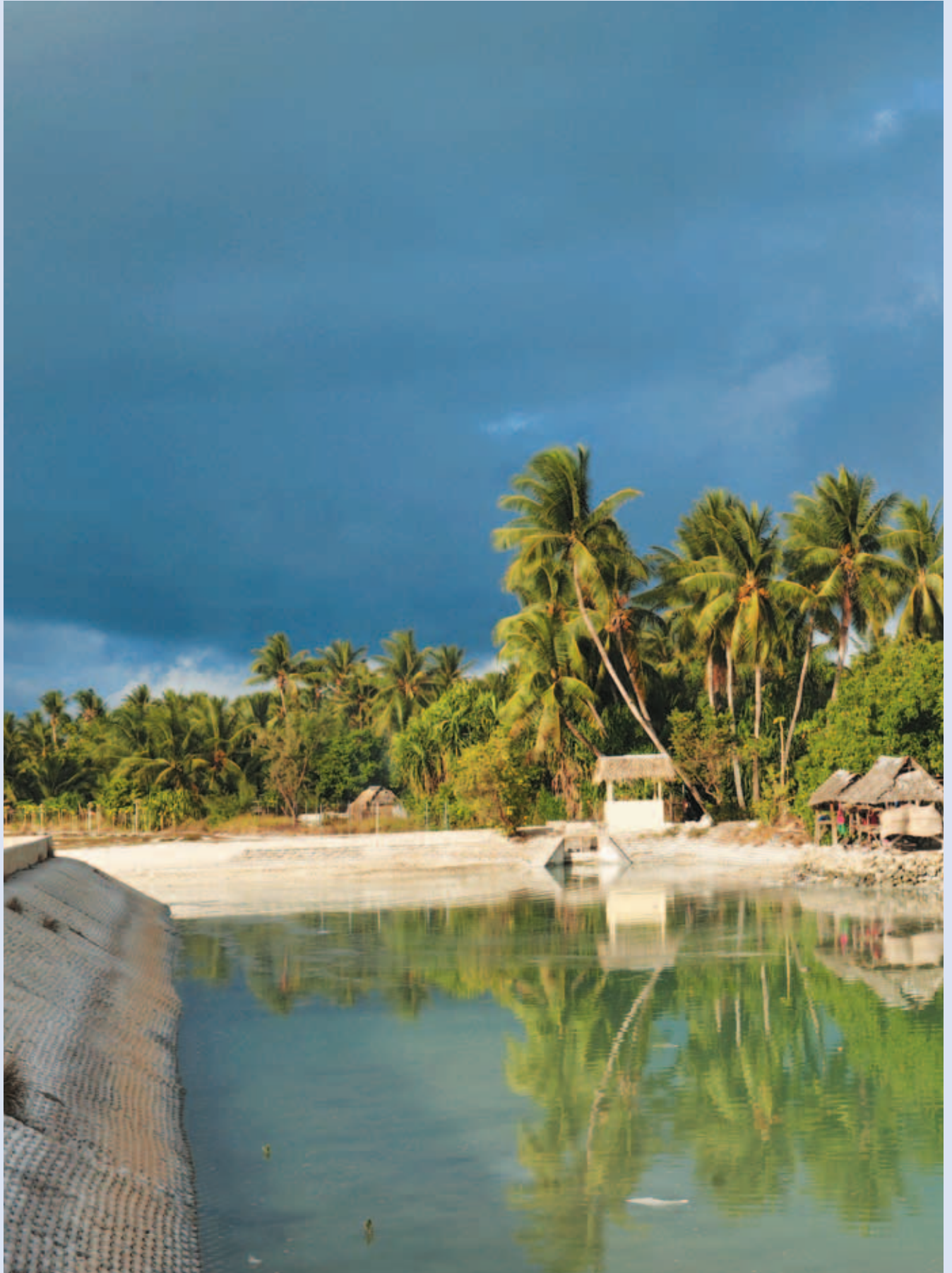
**Estruturas institucionais no país:** As atividades de adaptação são geridas no âmbito da estrutura criada pela Estratégia de Desenvolvimento Nacional. O Governo de Kiribati também aprovou uma política e estratégia de adaptação à mudança do clima.

**Experiência com a implementação do projeto:** O PANA de Kiribati é executado paralelamente ao Projeto de Adaptação de Kiribati (KAP I), que inclui projetos-piloto em várias ilhas. Um novo programa foi lançado durante o quarto reaprovisionamento do Fundo Fiduciário do GEF.

O Banco Mundial é a agência responsável por auxiliar Kiribati com a fase de implementação do projeto do LDCE. Um PIF foi encaminhado ao GEF, mas o documento foi devolvido pelo Banco Mundial com uma solicitação de informações adicionais. O Banco Mundial pretendia combinar o PANA com os projetos do KAP, mas o Governo de Kiribati acredita que, como o KAP já havia começado quando o processo do PANA teve início, os projetos não deveriam ser combinados e os projetos do PANA deveriam ser formulados de tal modo a evitar repetição. O Governo de Kiribati também acredita que, embora esses dois projetos tenham objetivos diferentes (o KAP trata do planejamento no longo prazo para a adaptação e o PANA trata das necessidades de adaptação imediatas e urgentes), precisam se complementar entre si e ser coordenados durante a fase de implementação.

**Revisão e atualização:** Kiribati tem interesse em rever seu PANA. Embora a equipe não preveja grandes mudanças ao longo do tempo na seleção e classificação de atividades prioritárias de adaptação do país, o interesse na revisão do PANA de Kiribati está no potencial de ampliação da escala das atividades de adaptação.

A experiência de Kiribati mostra que as consultas a vários atores durante o processo de elaboração do PANA pode ajudar muito a identificar necessidades de adaptação em nível nacional.



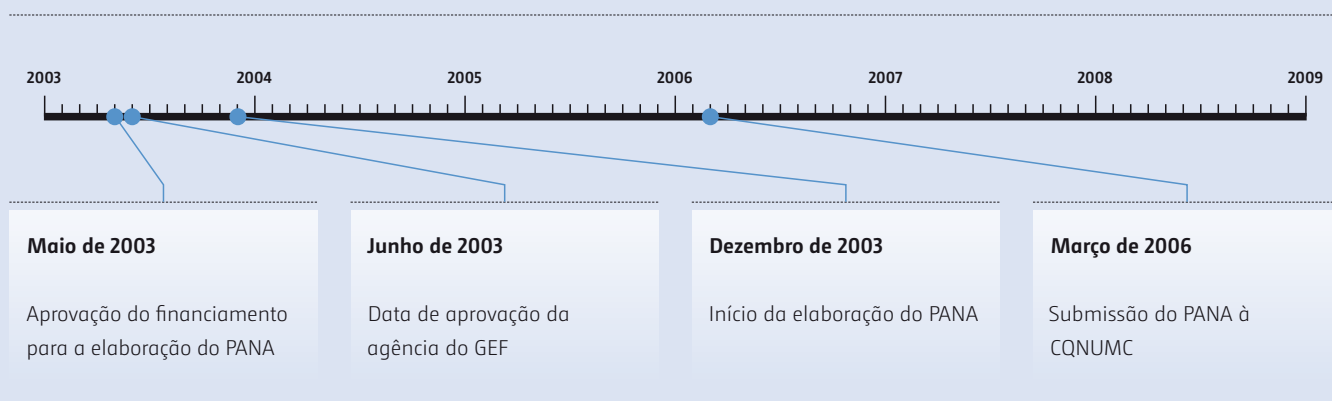


### 3.7. MALÁUI

Sendo um país sem litoral localizado no sudeste da África, o Maláui dispõe de abundantes recursos naturais, inclusive bons solos e fartura de recursos hídricos, fauna silvestre, pesca e florestas, mas a dependência desses recursos por parte da população a torna altamente vulnerável à variabilidade e mudança do clima. Mais de 90 por cento da população do Maláui, sobretudo as comunidades rurais carentes de recursos, se dedica predominantemente à agricultura de subsistência irrigada pelas chuvas. O Maláui

vem sofrendo com uma série de eventos climáticos adversos ao longo das últimas décadas, sendo os mais sérios períodos de estiagem, secas sazonais, precipitação intensa, enchentes fluviais e trombas d'água. A frequência, intensidade e magnitude de alguns desses eventos, principalmente as secas e inundações, aumentou nas últimas duas décadas, e tiveram impacto adverso sobre a segurança alimentar e hídrica, a qualidade da água, a energia e os meios de subsistência sustentáveis das comunidades rurais e periurbanas carentes de recursos.

#### Linha do tempo do processo de elaboração do PANA em Maláui



#### PROJETOS DO PANA EM IMPLEMENTAÇÃO

O Maláui listou 15 atividades prioritárias em seu PANA, que em seguida foram agrupadas em cinco perfis de projeto. Em virtude da importância da agricultura no país, o primeiro projeto apresentado conforme o LDCF visa

melhorar a resiliência à atual variabilidade do clima e mudança do clima futura por meio da criação e implementação de estratégias e medidas de adaptação que melhorem a produção agrícola e os meios de subsistência rurais. O projeto está ajudando seis comunidades em todo o país.

Título do projeto	Adaptação ao clima para meios de subsistência rurais e agricultura (CARLA, na sigla em inglês)
Agência de implementação	Banco Africano de Desenvolvimento
Agência executora nacional	Departamento de Assuntos Ambientais (EAD) no Ministério das Minas, Recursos Naturais e Meio Ambiente; Departamento de Irrigação (DoI) do Ministério da Irrigação e Desenvolvimento Hídrico (MIWD)
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	3.255/27.649 (cofinancament = 24.394)
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Abril de 2007
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Outubro de 2010
Atualização sobre o andamento	a implementação em campo ainda não teve início

## PROCESSO DO PANA

**Estratégia de elaboração e implementação:** O PANA do Maláui foi elaborado ao longo de 2004 e 2005, seguindo uma abordagem de vários atores e com a assistência do PNUD. Foram analisados oito importantes setores econômicos (agricultura, recursos hídricos, saúde humana, energia, pesca, fauna silvestre, silvicultura e gênero) no que concerne os impactos das condições climáticas adversas, e foram identificadas 15 atividades prioritárias de um universo de 31 opções de adaptação por meio de um processo consultivo envolvendo organizações dos setores público e privado, inclusive veículos de comunicação, ONGs e a sociedade civil. Foi dada ênfase às comunidades rurais vulneráveis do Maláui.

O projeto do LDCF foi concebido de tal modo a consolidar as atividades de referência planejadas no âmbito do atual Projeto de Produção e Comercialização Agrícola de Pequenos Proprietários (SCPMP) do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que visa contribuir para a redução da pobreza e a segurança alimentar da zona rural de Maláui. O SCPMP possui três componentes: desenvolvimento da irrigação; um programa de apoio aos agricultores; e gestão e coordenação de projetos.

Muito embora o SCPMP contribua indiretamente para a redução da vulnerabilidade geral do país à atual variabilidade e mudança do clima, não tem o objetivo de contemplar os desafios de adaptação urgentes e imediatos enfrentados pelo país. Como tal, o objetivo do projeto do LDCF foi blindar o SCPMP em relação ao clima por meio da adoção de intervenções de adaptação e da promoção da adaptação de indivíduos, comunidades e do setor privado por um lado e, por outro, por meio da criação de um ambiente propício para a gestão dos riscos climáticos com vistas a maximizar os impactos positivos dos investimentos, manter seus impactos no longo prazo e lançar as bases para a reprodução das melhores práticas além das atividades diretas do projeto.

O Governo do Maláui considera o PANA como um documento de planejamento nacional e, como tal, as informações prestadas são usadas em outras iniciativas nacionais, como o trabalho do PNUD no manejo sustentável dos solos, a Iniciativa do Cinturão Verde desenvolvida pelo governo, trabalhos de pesquisa em instituições acadêmicas do terceiro setor e atividades da sociedade civil.

**Estruturas institucionais no país:** O país instituiu um Comitê Nacional de Mudança do Clima, e no momento está desenvolvendo um Plano de Investimento no Clima, que prioriza a criação de um programa de adaptação.

**Experiência com a implementação do projeto:** O Governo do Maláui começou a trabalhar com o BAD na elaboração de um projeto de adaptação baseado em duas de suas atividades prioritárias do PANA logo após o envio do documento, em 2006. Muito embora o Maláui não tivesse experiência anterior de trabalho com o BAD em um projeto do GEF, o governo o selecionou para executar o projeto com base em sua especialidade em projetos relacionados à adaptação à mudança do clima no setor agrícola de outros países. O projeto recebeu a aprovação do Diretor Geral do GEF em outubro de 2010, após vários atrasos referentes à agência. A implementação do projeto ainda não teve início porque o BAD está examinando o projeto internamente a fim de assegurar seu alinhamento com o plano de trabalho do Banco. O projeto já havia sofrido atrasos por causa da mudança feita pelo GEF no modelo de submissão do projeto, que passou de linha de desenvolvimento de projeto (PDF) para PIF/PPG; o processo inteiro de desenvolvimento de projeto para implementação propriamente dita levou mais de quatro anos.

Foram em vão as tentativas de mudança para outra agência do GEF, já que não é possível simplesmente dar continuidade ao mesmo projeto com outra agência. Os procedimentos do GEF determinam que um projeto seja cancelado para que, em seguida, o processo inteiro seja reiniciado (aprovação de uma nova agência, formulação de uma nota conceitual, PIF/PPG, etc.) com a nova agência, efetivamente zerando o cronograma do projeto. Esse processo é necessário tendo em vista as providências financeiras para a implementação do projeto.

O Maláui está implementando atividades de adaptação adicionais nas áreas vulneráveis identificadas pelo PANA por intermédio do Programa de Adaptação para a África (AAP), que é um programa do PNUD financiado pelo Governo do Japão, com o intuito de complementar o projeto CARLA. O PNUD também está trabalhando atualmente com o Governo de Maláui na criação de um programa do LDCF centrado na adaptação e degradação do solo.

**Revisão e atualização:** O Maláui já deu início a uma revisão de seu PANA com vistas a integrar questões emergentes.



A experiência do Maláui mostra como algumas das limitações impostas pela mudança de procedimentos ou a rigidez de procedimentos para o acesso a recursos podem acarretar atrasos significativos na implementação de um projeto.



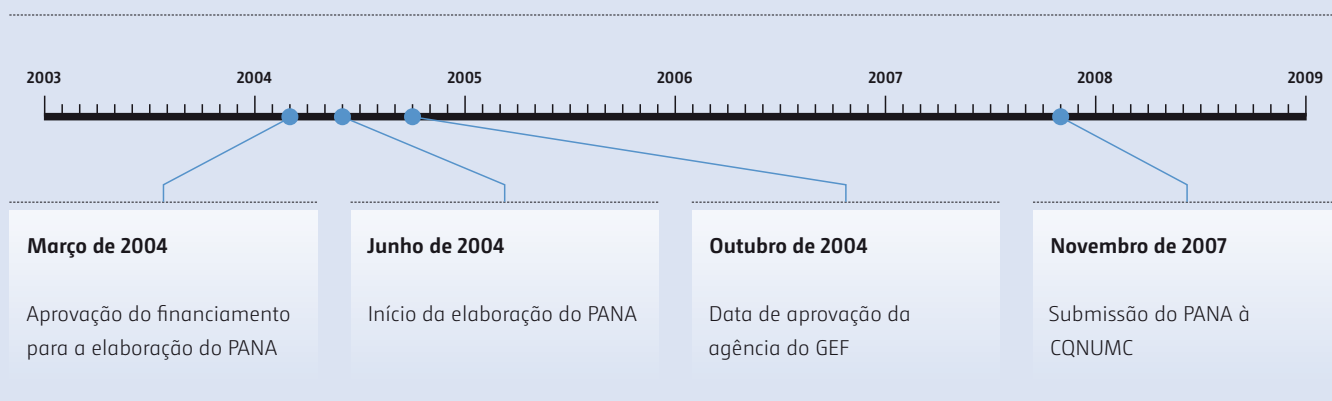


### 3.8. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O arquipélago de São Tomé e Príncipe fica situado próximo à costa ocidental da Guiné, e é formado por duas ilhas principais e quatro ilhotas. A economia do país gira em torno principalmente da agricultura e da pesca, setores que são altamente vulneráveis à mudança do clima. São Tomé e Príncipe é considerado muito vulnerável à mudança do clima, e apresenta baixa capacidade de absorção e adaptação a perturbações dos ecossistemas. A pesca parece ser afetada de forma mais expressiva devido ao uso de

práticas tradicionais que não raro são incapazes de fazer frente a tempestades e inundações recorrentes e à ampla erosão costeira. O setor da pesca é considerado de grande importância para São Tomé e Príncipe, visto que estima-se que a pesca artesanal empregue 20 por cento da mão-de-obra do país e represente uma das principais oportunidades de emprego nas áreas rurais. Os setores da agricultura e silvicultura também são vulneráveis ao agravamento das condições ambientais, como secas, erosão dos solos que provoca desertificação e deslizamentos de terras provocados por enchentes.

#### Linha do tempo do processo de elaboração do PANA em São Tomé e Príncipe



#### PROJETOS DO PANA EM IMPLEMENTAÇÃO

São Tomé e Príncipe listou 22 atividades prioritárias em seu PANA, e dois projetos já foram apresentados segundo os critérios do LDCF. O primeiro projeto, conforme mostrado abaixo, visa aumentar a capacidade de adaptação das comunidades costeiras vulneráveis aos impactos adversos da variabilidade e mudança do clima.

O primeiro projeto de São Tomé e Príncipe no âmbito do LDCF foi elaborado como parte integrante do Programa

Nacional de Adaptação à Mudança do Clima do país, que prioriza três áreas principais:

- Adaptação terrestre em áreas vulneráveis: a ser financiado pelo PNUD/Programa de Adaptação do Japão;
- Adaptação costeira para comunidades vulneráveis: a ser custeado pelo LDCF;
- Fortalecimento da capacidade de adaptação: a ser financiado pelo PNUD/Programa de Adaptação do Japão.

<b>Título do projeto</b>	São Tomé e Príncipe: adaptação à mudança do clima
<b>Agência de implementação</b>	Banco Mundial (BIRD)
<b>Agência executora nacional</b>	Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Meio Ambiente
<b>Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto</b>	6/22
<b>Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)</b>	4,873/18,332
<b>Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF</b>	Maio de 2009
<b>Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF</b>	Maio de 2011
<b>Atualização sobre o andamento</b>	a nota conceitual do projeto já foi aprovada pelo Conselho do GEF

O segundo projeto visa melhorar a resiliência dos sistemas de criação de animais como apoio à produtividade pecuária.

Título do projeto	Fortalecimento da capacidade de adaptação das famílias criadoras de animais mais vulneráveis de São Tomé e Príncipe
Agência de implementação	BAD
Agência executora nacional	Diretoria de Pecuária
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	2.320/10.087
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Junho de 2010
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Ainda sem a aprovação do Diretor Geral
Atualização sobre o andamento	o PPG já foi aprovado pelo GEF

#### PROCESSO DO PANA

**Estratégia de elaboração e implementação:** A participação da comunidade foi determinante para a metodologia e caracterização das principais vulnerabilidades listadas no PANA de São Tomé e Príncipe. Foram realizadas consultas públicas (entrevistas e pesquisas) em todo o país junto às populações mais carentes que residem nas áreas vulneráveis. Foram analisados seis setores em termos das principais vulnerabilidades: agricultura, florestas e pecuária; pesca; obras públicas, infraestrutura e turismo; energia e água; saúde; e segurança pública e defesa civil. Soluções adequadas foram encontradas de forma participativa por meio da interação com as comunidades e com base nos seis setores citados acima. Também foram examinadas para o PANA informações dos planos existentes do país, como sua primeira comunicação nacional à CQNUMC, de 2004, o Documento da Estratégia de Redução da Pobreza e documentos relativos às outras Convenção do Rio (sobre desertificação e biodiversidade).

Com o objetivo de implementar as principais prioridades identificadas no PANA, o Governo de São Tomé e Príncipe solicitou a assistência do Banco Mundial para a elaboração de um projeto por meio do LDCF com vistas a atender as necessidades de adaptação mais imediatas em sua área costeira vulnerável; mais especificamente, as duas maiores prioridades do PANA e, ainda, três prioridades setoriais correlatas listadas no PANA do país.

**Estruturas institucionais no país:** A Direção Geral do Ambiente (DGA) vinculada ao Ministério de Obras Públicas e Recursos Naturais (MOPRN) é o órgão geral responsável pelo Programa Nacional de Adaptação. Para acompanhar e coordenar as atividades do projeto com outros projetos integrantes desse programa, o MOPRN/DGA fará uso de mecanismos intersetoriais existentes: no nível máximo, o Comitê Nacional de Desenvolvimento Sustentável presidido pelos ministros ficará encarregado da supervisão formal da execução do programa.

**Experiência com a implementação do projeto:** Prevê-se que os componentes do projeto financiados pelo PNUD/ Programa de Adaptação do Japão e o componente custeado pelo LDCF compartilhem a mesma Unidade de Implementação do Programa a fim de assegurar máxima harmonização, maximizar as sinergias existentes, minimizar os custos, assegurar articulação multisetorial e fortalecer as capacidades institucionais.

O componente do projeto do LDCF se concentra nas atividades prioritárias relativas a capacitação e meios para os pescadores artesanais, e um sistema de alerta precoce do clima os vincula ao reforço da capacidade dos órgãos de defesa civil, com vistas ao fortalecimento da prontidão de São Tomé e Príncipe contra intempéries.

A experiência de São Tomé e Príncipe mostra que a concentração nos setores relacionados ao desenvolvimento mais afetados é uma boa forma de vincular as atividades do PANA aos planos nacionais de desenvolvimento.

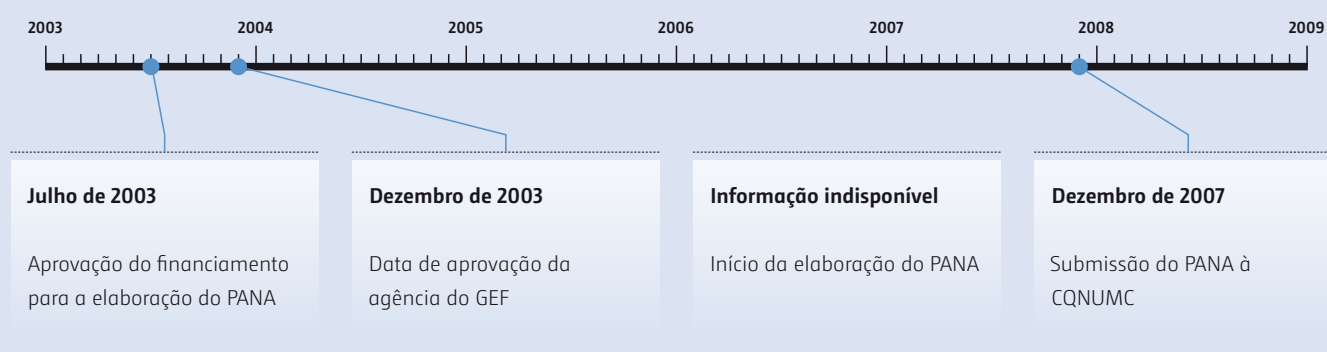


### 3.9. UGANDA

Sendo um país sem saída para o mar situado na África Oriental, Uganda conta com recursos naturais em abundância, inclusive solos férteis, regularidade de chuvas e extensos depósitos minerais de cobre, cobalto e ouro, além de outros minerais. Mais de 80 por cento da população está na zona rural e depende da agricultura irrigada pela chuva, que é vulnerável aos impactos adversos da mudança do clima. O clima de Uganda

constitui não apenas um recurso natural, mas um determinante-chave da situação de outros bens naturais, como recursos hídricos, florestas, agricultura, ecoturismo e fauna silvestre. A mudança do clima, que começou a se manifestar pela intensificação da frequência de intempéries, como secas, inundações e deslizamentos de terra, está representando uma séria ameaça para os recursos naturais e para o desenvolvimento socioeconômico de Uganda.

#### Linha do tempo do processo de elaboração do PANA em Uganda



#### PROJETOS DO PANA EM IMPLEMENTAÇÃO

Uganda identificou nove atividades prioritárias em seu PANA a partir dos seguintes setores: silvicultura, agricultura, recursos hídricos, saúde e informações relativas ao tempo e ao clima.

Uganda pretende implementar essas atividades prioritárias por meio de uma abordagem programática.

Título do projeto	Comunidades resilientes por meio do programa de ecossistemas saudáveis: uma abordagem abrangente para a implementação do PANA – Fase 1
Agência de implementação	PNUMA
Agência executora nacional	Ministério de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, com parceiros setoriais e ONGs
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	6.000/13.100 (cofinanciamento = 7.100)
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Julho de 2010
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	–
Atualização sobre o andamento	Aprovação do PIF por parte do GEF ainda pendente

#### PROCESSO DO PANA

**Estratégia de elaboração e implementação:** O processo de elaboração do PANA foi norteado por duas considerações: a necessidade de Uganda alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, bem como os objetivos de desenvolvimento do país conforme preconizado no Plano de Ação para a Erradicação da Pobreza (2004). Foram de particular interesse os compromissos relativos à erradicação da miséria e da fome, assegurando a sustentabilidade ambiental e a igualdade dos gêneros e o combate a doenças importantes. A equipe do PANA fez amplo uso de informações prestadas pelas comunidades vulneráveis, sobretudo de seu conhecimento acerca dos mecanismos de enfrentamento. A plena participação das mulheres no processo foi assegurada por meio de questionários temáticos, entrevistas e discussões com grupos de mulheres.

Uganda está agrupando todas as nove prioridades do PANA em um programa geral. A proposta programática do PANA está voltada para atividades das comunidades rurais. O PIF ainda está sendo examinado pelo GEF.

O modelo do PIF em uso é aquele utilizado para projetos únicos, muito embora o trabalho proposto esteja sendo apresentado como um programa. Não está claro como o modelo de documento para a estrutura programática do GEF poderá ser usado para acessar recursos do LDCE.

**Estruturas institucionais no país:** Em 2008, o país instituiu uma Unidade de Mudança do Clima em nível nacional, vinculada ao Ministério dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente com o apoio financeiro do Governo da Dinamarca. No momento, essa Unidade está formulando um plano de investimento no clima, no qual tem prioridade um programa de adaptação. Uma decisão ministerial está sendo implementada a fim de transformar a Unidade em uma instituição pública, caso em que os funcionários serão empregados e remunerados pelo Governo de Uganda.

**Experiência com a implementação do projeto:** Uganda está aguardando a aprovação do GEF para o PIF de seu PANA para dar continuidade à fase de implementação do projeto.

O governo tem a intenção de colaborar com organizações da sociedade civil estabelecidas no país que trabalhem no nível comunitário em áreas selecionadas a fim de assegurar que os recursos limitados disponíveis sejam usados para o benefício direto das comunidades e para minimizar sobreposições.

**Revisão e atualização:** Uganda não está considerando a revisão e atualização de seu PANA no curto prazo, mas pode vislumbrar a evolução do PANA de modo a incluir necessidades de adaptação para o médio e longo prazos.

A experiência de Uganda mostra que a criação de uma estrutura institucional para a mudança do clima oferece um incentivo em nível nacional para a elaboração de um PANA multisetorial. Essa estrutura também facilita interações relativas a questões de mudança do clima entre o governo e outros atores, inclusive autoridades municipais, a sociedade civil e comunidades vulneráveis.



### 3.10. RESUMO DE QUESTÕES ADICIONAIS IDENTIFICADAS NAS EXPERIÊNCIAS DOS OUTROS PAÍSES

Além das experiências dos países acima, outras 16 foram reunidas dos seguintes países: Angola, Benin, Camboja, Etiópia, Guiné Equatorial, Ilhas Solomão, Madagáscar,

Mianmar, República da África Central, República Democrática do Congo, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Sudão, Timor-Leste e Zâmbia.

A **TABELA II-1 a seguir** apresenta um resumo das questões levantadas nas experiências dos países restantes.

**Tabela II-1. Resumo das questões levantadas nos estudos de caso de outros PMDs**

Tópicos	Questões
<p>Processo geral do PANA</p>	<p>Em vários países e PMDs, sobretudo na região do Pacífico, os PANAs se tornaram um documento estratégico para informar os doadores e atores relevantes acerca das necessidades de adaptação. Ademais, para muitos países, o PANA proporcionou a primeira oportunidade de realização de uma série de estudos nacionais relativos à mudança do clima.</p> <p>O processo do PANA ressaltou a importância para a equipe do PANA desenvolver uma boa estratégia de comunicação a fim de promover a conscientização acerca das questões de mudança do clima, mas também para evitar a criação de expectativas excessivas dos tomadores de decisão e das comunidades, gerando decepção com isso.</p>
<p>Arranjos institucionais no nível nacional</p>	<p>A experiência adquirida com o processo do PANA foi usada em alguns países para estabelecer uma estrutura nacional de mudança do clima. Em outros, em que essa estrutura já existia, tende a haver um forte controle dos projetos do PANA, e menos gargalos são encontrados.</p>
<p>Implementação do PANA</p>	<p>Para a efetiva implementação do PANA, os projetos precisam apresentar ao menos uma das seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– forte controle nacional;</li> <li>– forte alinhamento com os planos setoriais nacionais.</li> </ul> <p>Em alguns países, o primeiro projeto do PANA em implementação está sendo usado como projeto-piloto, do qual serão extraídas lições para embasar formas de se implementar o restante do PANA.</p> <p>Um sistema já existente e que funcione bem oferece um bom marco para a implementação do PANA no nível local.</p> <p>A criação de uma estratégia para a plena implementação do PANA está ligada ao seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Oportuna disponibilidade de diretrizes;</li> <li>– Nível de financiamento disponível.</li> </ul>



Tabela II-1. **Resumo das questões levantadas nos estudos de caso de outros PMDs** (continuação)

Tópicos	Questões
Acesso a recursos do LDCF e de outras fontes	O nível de financiamento do LDCF influenciou a abordagem escolhida pelos países para dar início à implementação do PANA. Com um valor menor de financiamento no início da implementação no período 2007–2008, a maioria dos países adotou uma abordagem de projeto único e desconsiderou a abordagem programática.
	Para superar a barreira do idioma para o acesso aos recursos do LDCF, alguns países incluem o custo da tradução na sua estimativa orçamentária. Em seguida, encaminham suas propostas de projeto ao LDCF em francês e providenciam sua tradução para o inglês para submissão ao GEF.
	A maioria dos PMDs julgou que, para agilizar o processo de implementação, o GEF deveria formalizar linhas de comunicação com as Partes PMD e transmitir, através de canais oficiais, informações como o nível de financiamento disponível, novos processos agilizados, a situação de projetos previstos no âmbito do LDCF e os motivos de eventuais atrasos.
	No momento, um país está trabalhando na formulação de um mecanismo financeiro nacional com o apoio do PNUD com vistas a mobilizar financiamento internacional para a implementação de projetos do PANA e outras atividades de adaptação.
Relação com o GEF e sua agência de implementação	As agências de implementação precisam separar o trabalho relativo aos PANAs de seus outros trabalhos para prestar assistência eficiente aos países.
	Sempre que possível, as agências de implementação devem promover a contratação de especialistas nacionais que tenham uma melhor compreensão que os especialistas internacionais das necessidades e questões enfrentadas pelos PMDs.
Ampliação do escopo para identificar e abordar a adaptação no médio e longo prazos	Um país está em fase de revisão de seu PANA a fim de superar necessidades de adaptação urgentes e imediatas e incluir o planejamento da adaptação no médio e longo prazos, além de considerações relativas ao estabelecimento de uma economia de baixo carbono. Além disso, outros seis PMDs consideram a revisão e atualização de seu PANA como uma oportunidade para a identificação de necessidades de adaptação no médio e longo prazos, e para a realização de atividades de adaptação nesse mesmo horizonte de tempo.
Apoio do LEG	Foram feitas algumas sugestões para aprimorar as <i>Diretrizes Anotadas do LEG para a Elaboração de Programas de Ação Nacional de Adaptação</i> . A nova versão pode incluir: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Ferramentas e modelos para a classificação de projetos, com o apoio de uma capacitação prestada por meio de oficinas de treinamento, entre outros;</li> <li>– Informações adicionais acerca de formas de identificar intervenções de adaptação em contraste com as atividades normais de desenvolvimento.</li> </ul>



## IV. MELHORES PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS, E IMPLICAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO FUTURO DA ADAPTAÇÃO

### 4.1. METODOLOGIA PARA O REGISTRO DE MELHORES PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS

Esta seção identifica lições aprendidas e melhores práticas com vistas a criar opções para o aprimoramento da implementação do programa de trabalho dos PMDs e, em particular, dos PANAs, e a subsidiar o planejamento futuro da adaptação em PMDs e outros países em desenvolvimento.

A abordagem adotada segue apresentações passadas de lições aprendidas em outros programas. As lições são apresentadas em publicações com grande frequência para demonstrar envolvimento e contribuição para o conhecimento. O LEG acredita que, para ser úteis, as lições precisam ser apresentadas e comunicadas ao público alvo com eficiência. A abordagem que está sendo proposta pelo LEG baseia-se em um marco de lições extraídas da avaliação, criado pela Unidade de Avaliação de Supervisão do PNUMA.<sup>27</sup>

O LEG é norteado por duas definições de lições aprendidas:<sup>28</sup>

*“Lição aprendida é o conhecimento ou compreensão adquirida pela experiência. A experiência pode ser positiva, como em um teste ou missão bem sucedida, ou negativa, como em um revés ou fracasso... A lição precisa ser significativa por ter um impacto real ou implícito sobre as atividades; válida por ser factual e tecnicamente correta; e aplicável por identificar um conceito, processo ou decisão específica que reduza ou elimine a possibilidade de fracassos e reveses, ou reforce um resultado positivo (Secchi, 1999, em Weber 2001).”*

A segunda definição, que tem como base o Comitê de Assistência a Desastres da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE/DAC), define lições aprendidas como

*“Generalizações baseadas em experiências de avaliação com projetos, programas ou políticas que façam uma abstração de circunstâncias específicas para situações mais amplas. Com frequência, as lições ressaltam pontos fortes ou fracos da elaboração, concepção e implementação que afetam o desempenho, resultado e impacto.”*

O objetivo é enquadrar as lições, com base na experiência, de tal maneira que facilite o uso em áreas e aplicações futuras e facilite ativamente a aprendizagem com a experiência a fim de evitar a repetição de erros passados ou a reinvenção da roda. Segundo o PNUMA, uma lição de alta qualidade precisa:

- apreender com concisão o contexto da qual é extraída;
- ser aplicável em outro contexto (ser genérica), ter um claro “domínio de aplicação” e identificar os usuários alvo;
- sugerir uma prescrição e guiar a ação.<sup>29</sup>

As lições aprendidas e melhores práticas descritas abaixo constituem uma seleção inicial feita pelo LEG. O LEG pretende publicar casos adicionais por meio do Portal dos PMDs no website da CQNUMC à medida que mais PMDs forem entrevistados e perfilados.

<sup>27</sup> Spilsbury MJ, Perch C, Norgbey S, Rauniyar G and Battagliano C (eds.), 2007. *Lessons Learned from Evaluation: A Platform for Sharing Knowledge*, Nairobi: Unidade de Avaliação e Supervisão, PNUMA.

<sup>28</sup> Relatório citado na nota de rodapé 27 acima, p. 4.

<sup>29</sup> Idem.

## 4.2. MELHORES PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS SELECIONADAS

### 4.2.1. OS PANAS SÃO AMPLAMENTE CONSIDERADOS UM CASO DE SUCESSO

Uma das mais notáveis características do apoio prestado aos PMDs no âmbito do processo da CQNUMC foi o agrupamento de prioridades de apoio no programa de trabalho dos PMDs em 2001. Ademais, foram adotadas decisões no sentido de definir as diretrizes de elaboração dos PANAs, e um grupo de especialistas (o LEG) foi criado para prestar assistência técnica aos PMDs na elaboração de seus PANAs. Além disso, o LDCF foi instituído com vistas a oferecer uma fonte de financiamento para apoiar programa de trabalho dos PMDs.

Em 2001, haja vista a imprevisibilidade do nível de financiamento do LDCF, e antes de tratar outros elementos do programa de trabalho dos PMDs, foi dada prioridade à elaboração dos PANAs. Em 2005, houve uma nova priorização após a elaboração de alguns PANAs, a fim de subsidiar a implementação desses programas.

A elaboração de PANAs proporcionou valiosa experiência ao processo da mudança do clima. Em vários PMDs, essa foi a primeira oportunidade para a realização de diversos estudos relativos à mudança do clima e o alinhamento dos projetos de adaptação com as prioridades nacionais de desenvolvimento. Ademais, a abordagem participativa e as consultas realizadas durante o processo de elaboração dos PANAs constituíram um mecanismo fundamental para a interação com comunidades vulneráveis e permitiu uma melhor compreensão da interrelação entre as questões de vulnerabilidade e a mudança do clima e o desenvolvimento.

O processo de elaboração dos PANAs também ampliou o nível de conscientização e capacidade em nível nacional e comunitário. Essa capacidade ampliada beneficiou outros processos, inclusive a elaboração de comunicações nacionais, e a conscientização acerca da importância da mudança do clima foi promovida no nível da formulação de políticas.

Em vários PMDs, o PANA se tornou um documento estratégico usado não apenas para fins de sensibilização, mas também para mobilizar recursos em nível nacional e internacional acerca das questões de adaptação. Os PMDs consideram o processo do PANA um resultado palpável do processo da CQNUMC que beneficia diretamente seu país e, para vários, forma a espinha dorsal de suas atividades relativas a mudança do clima no nível nacional.

A maioria dos PMDs abrangidos pela Convenção concluíram seus PANAs (em abril de 2011, 45 PANAs haviam sido submetidos) e alguns já estão sendo reavaliados com o intuito de incorporar novas informações à revisão e atualização de seu PANA e outros planos correlatos. Em março de 2011, 39 países haviam encaminhado ao menos um projeto no âmbito do LDCF, e 26 projetos haviam sido aprovados pelo Diretor Geral do GEF.

**Melhores práticas:** A definição paralela do plano (o PANA), apoio técnico (por intermédio do LEG) e financiamento (por meio do LDCF), é útil para subsidiar o planejamento nacional e a implementação de atividades e projetos identificados nos planos. Os PANAs são amplamente considerados um caso de sucesso, e a pronta disponibilidade de financiamento para sua implementação faz deles planos de extrema utilidade para os PMDs quando do enfrentamento dos graves impactos da mudança do clima.

**Lições aprendidas:** Diretrizes operacionais para o apoio à implementação dos PANAs foram criadas quando esse apoio foi priorizado pela COP em 2005, depois que alguns PANAs já haviam sido concluídos. Essa situação pode ter provocado atrasos na implementação de PANAs, já que os perfis dos projetos dos PANAs concluídos não podiam ser usados prontamente para o acesso a financiamento para o desenvolvimento de projetos considerando que eram necessárias mais informações para a plena elaboração de propostas de projetos para submissão ao GEF. A situação foi complicada ainda mais por uma mudança nos modelos do GEF para o desenvolvimento de projetos e pela decisão de se cancelar todos os projetos do GEF em preparação, exigindo assim a re-submissão dos PANAs conforme os novos modelos. A principal lição é que tanto as diretrizes para a elaboração quanto para a implementação de um plano devem ser formuladas em paralelo, a fim de orientar a finalização do plano de tal modo que nenhuma informação seja perdida e os planos possam ser implementados sem atrasos. Outra lição é que são necessários arranjos intermediários para assegurar o bom andamento da criação e implementação dos projetos quando houver alteração em diretrizes ou modelos, conforme necessário, a fim de permitir melhorias e inovações.

Além disso, como uma síntese dos PANAs apresentados demonstrou que a maioria dos efeitos da mudança do clima está ligada às mesmas ocorrências (enchentes, secas, tempestades tropicais, mudança nos períodos de cultivo e impactos correlatos), vários países manifestaram interesse na ampliação ou replicação de projetos semelhantes. Isso requer o atendimento de um número maior de comunidades e regiões alvo sem ter de criar novos projetos para submissão, de modo que ações concretas de adaptação que já tenham sido testadas possam então ser implementadas sem demora.

**Melhores práticas:** O uso de critérios definidos no nível local aumenta ainda mais a flexibilidade da abordagem, a fim de se adequar a prioridades locais de desenvolvimento. A participação de vários atores de diferentes ministérios, setores e disciplinas garante a diversidade e a representação na lista resultante de atividades prioritárias do PANA. Os países são capazes de implementar quaisquer das prioridades constantes de suas listas, ou podem combinar várias atividades em um projeto ou programa.

#### 4.2.2. A ABORDAGEM DO PANA PERMITE AOS PAÍSES FLEXIBILIDADE NA CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

A abordagem do PANA é caracterizada por etapas na elaboração do PANA, desde a formação de equipes até a síntese do conhecimento disponível, a rápida avaliação participativa de vulnerabilidades e riscos, e a classificação de vulnerabilidades e atividades do projeto, norteados por critérios definidos no nível local. Um ciclo de feedback permite o exame periódico de riscos e a priorização de atividades. O processo como um todo baseia-se no conhecimento existente, sem necessidade de pesquisa adicional, e oferece flexibilidade de escolhas no que diz respeito à região e ao número de setores contemplados. A abordagem do PANA pode ser aplicada a uma região geográfica específica de um país, pode partir de uma comunidade local para o país inteiro ou uma região de vários países e, do mesmo modo, a um ou mais setores, ou a todos os setores do governo.

**Lições aprendidas:** Durante a fase de elaboração, alguns países optaram por se concentrar em uma subregião de um país grande, com base em sua percepção de regiões altamente vulneráveis em seu país. Outros preferiram trabalhar em alguns setores considerados mais vulneráveis à mudança do clima. Essa flexibilidade ajudou os países a identificar as necessidades de adaptação mais prementes, dada a limitação de recursos disponíveis para a fase de elaboração. A flexibilidade na escolha das atividades prioritárias do PANA a serem implementadas primeiro ajuda os países a compatibilizar as atividades de projetos com a agência do GEF escolhida.

4.2.3. O ENGAJAMENTO DE ATORES ENVOLVIDOS NA ETAPA DE ELABORAÇÃO DO PANA NA IMPLEMENTAÇÃO E EM OUTRAS ETAPAS SUBSEQUENTES OFERECE DIVERSAS VANTAGENS

Em todos os PMDs, a elaboração de PANAs envolveu a mobilização ativa de um amplo leque de atores no nível nacional e subnacional, inclusive comunidades locais.

Observou-se que o estabelecimento de uma estrutura de implementação para as atividades de adaptação envolvendo um espectro variado de atores, inclusive doadores, durante o processo de elaboração do PANA muitas vezes facilitou a eficiente canalização de recursos financeiros e conhecimento técnico para as ações de adaptação no nível local.

Ademais, a participação ativa de autoridades públicas no processo do PANA resultou no maior controle do país visto que a influência das agências de implementação do GEF na concepção dos projetos do PANA diminuiu.

A maioria das Partes PMDs que começaram a implementar seu PANA buscou a efetiva coordenação de todas as atividades relativas a adaptação com o apoio de parceiros bilaterais e/ou multilaterais. O grau de sucesso obtido dependeu de circunstâncias do país, inclusive a qualidade da relação com os parceiros internacionais. Uma série de PMDs teve sucesso na mobilização de doadores em potencial nas etapas finais da elaboração do PANA, em um esforço de identificar fontes de financiamento além do LDCF.

**Melhores práticas:** O envolvimento de doadores em potencial durante as etapas finais da elaboração do PANA quando da formulação de uma estratégia de implementação constitui uma excelente prática, pois aprimora o alinhamento da implementação com projetos e programas nacionais em andamento a partir de diferentes fontes de custeio, melhorando imensamente o processo de identificação de opções de cofinanciamento. Os programas bilaterais também foram capazes de prestar apoio a algumas das atividades do PANA além do financiamento proveniente do LDCF. Em alguns países, foram realizadas mesas redondas de doadores a fim de promover a sensibilização acerca das prioridades identificadas nos PANAs. Essa é uma boa forma de atrair financiamento adicional.

O envolvimento de vários atores e disciplinas assegura que o resultado do PANA seja de pleno controle daqueles que o elaboraram, e a aprovação do PANA nas esferas governamentais adequadas assegura ainda mais que o governo do país tenha pleno controle sobre o PANA.

**Lições aprendidas:** Considerando a limitação de fundos disponíveis no LDCF, a exploração ativa de financiamento adicional de outras fontes contribui para a plena implementação dos PANAs.

Em geral, os PMDs dotados da menor capacidade de adaptação e fracas estruturas institucionais tendem a ter sucesso limitado no acesso a fundos do LDCF.

#### 4.2.4. A PREVISÃO DO ENVOLVIMENTO DE EQUIPES DO PANA NO LONGO PRAZO AJUDA A PROMOVER A CONSCIENTIZAÇÃO E ASSEGURA A CONTINUIDADE DOS PROGRAMAS E ATIVIDADES DE ADAPTAÇÃO NO PAÍS

Para todos os PMDs, o apoio à equipe do PANA cessou com o encerramento dos projetos de elaboração do PANA, o que acarretou, em vários casos, a dissolução da equipe do PANA. No entanto, com o surgimento de oportunidades de adaptação, será importante consolidar as capacidades existentes e promover a continuidade.

Os PMDs sugeriram a possibilidade de criação de um mecanismo para manter as equipes nacionais de elaboração do PANA além dessa etapa; as equipes poderiam atuar como catalisadores a fim de internalizar as questões de mudança do clima nos planos nacionais de desenvolvimento por meio do envolvimento dos ministérios com função de coordenação. As equipes do PANA também poderiam auxiliar na mobilização de recursos para a implementação dos PANAs, inclusive apoio à compreensão, reconhecimento e justificativa do cofinanciamento, caso isso seja necessário.

A experiência mostrou que a coesão da equipe de implementação do PANA é importante para o sucesso da execução dos projetos no âmbito do programa. A necessidade de continuidade institucional é considerada como algo vital, não apenas para unir as fases de elaboração e implementação do PANA, mas também para vincular o processo do PANA à implementação dos elementos restantes do programa de trabalho dos PMDs, a outros convênios ambientais multilaterais e à formulação de comunicações nacionais.

A mobilização de especialistas/consultores nacionais e a colaboração contínua com todos os atores relevantes em todos os setores também são consideradas como um fator significativo que influencia positivamente a eficácia da implementação dos PANAs.

**Melhores práticas:** Os países que mantiveram a continuidade da estrutura institucional entre a elaboração e a implementação do PANA tenderam a ser mais eficazes em sua execução.

**Lições aprendidas:** O apoio contínuo à equipe do PANA para a supervisão da concepção da fase de implementação, além do término do projeto de elaboração do PANA, é amplamente considerado como uma necessidade fundamental para vários PMDs, a fim de evitar eventuais atrasos na implementação e fortalecer a grande capacidade incorporada aos PMDs durante a fase de elaboração. Isso pode ser facilitado pela destinação de parte do orçamento da elaboração do PANA à manutenção da equipe durante a concepção da implementação. Além disso, a promoção do conhecimento local é considerado por muitos como um meio de garantir o fortalecimento do controle dos projetos do PANA por parte do país, visto que a equipe permanece e obtém conhecimento local útil após a finalização do projeto de elaboração do PANA.

#### 4.2.5. FORAM ÚTEIS AS INTERAÇÕES REGULARES ENTRE O LEG E OS PMDS

O LEG foi criado para assessorar as Partes PMD na elaboração e implementação de seus PANAs. As Partes manifestaram grande satisfação com o trabalho do LEG, o que é explicado, em parte, pela interação regular com as Partes a fim de identificar obstáculos e criar soluções. A interação regular com as Partes PMD por meio de eventos e pesquisas paralelas, bem como reuniões presenciais, resultou na eliminação de vários obstáculos ao processo do PANA, inclusive problemas extremamente específicos de cada país.

O LEG ofereceu assistência adicional por meio da produção das *Diretrizes Anotadas do LEG para a Elaboração de Programas de Ação Nacional de Adaptação*<sup>30</sup> (2002), seguido de uma oficina de trabalho global para lançar o processo de elaboração do PANA (2002) e quatro oficinas regionais de capacitação sobre a elaboração de PANAs (2003). As oficinas foram projetadas para dotar as equipes do PANA de ferramentas práticas para a elaboração de PANAs com o uso das *Diretrizes Anotadas do LEG* e facilitar o intercâmbio de experiências.

Respondendo à solicitação dos PMDs, o LEG também organizou um módulo de treinamento e realizou cinco oficinas regionais de capacitação com o objetivo de apoiar os PMDs na concepção, elaboração e submissão de propostas de projetos, e eliminar barreiras e desafios enfrentados pelos PMDs no acesso ao financiamento previsto no LDCF, bem como estratégias para aprimorar a implementação do PANA. O treinamento foi baseado no *Guia Passo-a-Passo para a Implementação de Programas de Ação Nacional de Adaptação*<sup>31</sup> e as cinco oficinas regionais foram organizadas conforme necessidades regionais e especificidades de idioma. As oficinas foram realizadas em estreita colaboração com o GEF, suas agências e centros regionais e nacionais de excelência em cada uma das regiões alvo.

O LEG é formado por uma combinação de especialistas de diferentes disciplinas e países, cada qual com contribuições únicas para o grupo. Desde sua constituição, em 2001, o LEG já teve quatro mandatos, para os períodos 2002–2003, 2004–2005, 2006–2007 e 2008–2010.

**Melhores práticas:** A interação regular entre o LEG e as Partes durante os eventos paralelos e por meio de pesquisas, bem como com o GEF e suas agências, estabeleceu uma ponte útil entre todos os atores do processo do PANA, e resultou na solução de várias dificuldades no sentido de facilitar a tranquila elaboração e implementação de PANAs. A variada composição do LEG também contribuiu para a oferta de apoio equilibrado às Partes PMD, consolidando o conhecimento e experiência de cada um dos membros.

**Lições aprendidas:** As *Diretrizes Anotadas do LEG para a Elaboração de Programas de Ação Nacional de Adaptação* do LEG mostraram-se extremamente úteis para a prestação de esclarecimentos adicionais acerca das etapas do processo de elaboração. Exemplos criados pelo LEG, manuais e documentos técnicos sobre os PANAs foram muito bem recebidos pelas Partes, bem como as oficinas de trabalho regionais, que deram aos PMDs a oportunidade de dirimir suas dúvidas e trocar experiências com outros países.

A tradução do *Guia Passo-a-Passo para a Implementação de Programas de Ação Nacional de Adaptação* para o francês e o português, bem como a oferta de oficinas nesses dois idiomas, foi um esforço também muito bem recebido pelas Partes PMD francófonas e lusófonas, pois permitiu a alguns diretores e atores envolvidos em atividades do PANA obter uma melhor compreensão do processo.



#### 4.2.6. BOAS RELAÇÕES COM A AGÊNCIA DO GEF LEVAM A UMA IMPLEMENTAÇÃO TRANQUILA DOS PROJETOS DO PANA

O processo de acesso ao financiamento do LDCF embasa o processo de elaboração e implementação do PANA. Seguindo orientação da COP, o GEF responde com orientação operacional acerca de como os países podem ter acesso a fundos por intermédio da agência do GEF.

A função da agência do GEF é auxiliar o país na formulação de um conceito de projeto coerente, com base em uma (ou mais) altas prioridades do PANA, e converter esse conceito em um PIF conforme os modelos atuais do LDCF. O país pode escolher livremente entre cada uma das 10 agências do GEF para a implementação de seu(s) projeto(s). Também é possível implementar projetos separados com agências distintas, ou ter duas ou mais agências colaborando em um projeto com o intuito de aproveitar sua especialidade em setores específicos. A escolha de agência(s) do GEF deve basear-se em sua vantagem comparativa em relação às questões específicas tratadas pelo projeto implementado. Outras considerações incluem a execução de projetos atuais pela agência escolhida, experiências passadas e relações de trabalho com a agência.

Houve considerável discussão acerca da experiência das Partes PMDs no acesso ao financiamento durante reuniões do LEG anteriores e, em um esforço para aprimorar esse processo, o LEG realizou um treinamento sobre como redigir propostas para o GEF. Cada agência possui procedimentos próprios para a criação de projetos e, embora a agência auxilie o país na satisfação de todos os requisitos do projeto, isso também pode provocar atrasos no processamento do projeto e mal-entendidos se os requisitos não forem comunicados com clareza.

A experiência mostra que os países que escolheram uma agência com a qual haviam tido uma experiência positiva em outros projetos tiveram um nível maior de satisfação, principalmente porque a melhor interação também indicava maior transparência na troca de informações, uma clara compreensão das funções e responsabilidades mútuas, um melhor controle dos projetos e expectativas mais realistas em relação ao processo como um todo.

Após intensos diálogos entre o GEF e suas agências com as Partes PMDs, bem como o treinamento oferecido pelo LEG em estreita colaboração com o GEF e suas agências, muitos dos gargalos foram resolvidos e o acesso ao financiamento parece ser bem mais tranquilo. O tempo decorrido para a obtenção da aprovação do Diretor Geral do GEF para os projetos foi reduzido, e várias outras agências do GEF estão se envolvendo na implementação do PANA.

**Melhores práticas:** Um dos desafios enfrentados por alguns países é a escolha da agência do GEF. Não há um processo exato para a seleção de uma agência, pois mais de uma delas normalmente pode auxiliar em um dado tipo de projeto, e porque os fatores da escolha são variados. Uma boa prática parece ser a escolha de uma agência que possua experiência atual em uma dada atividade, visto que, ao ser escolhida, a agência pode facilmente aplicar seu conhecimento ao projeto. De qualquer forma, dedicar um tempo a avaliar as vantagens de cada agência em relação às especificidades do país e objetivos dos projetos pode assegurar um processo mais tranquilo em termos gerais.

**Lições aprendidas:** Muitos países informaram que boas relações de trabalho com uma agência no nível nacional pode conduzir a uma interação bastante positiva e a uma implementação tranquila dos projetos do PANA. A boa comunicação também é importante para atacar e resolver os gargalos que surgirem. Nos casos em que ocorrem problemas, os países podem e devem fazer contato direto com o secretariado do GEF para buscar assistência. No longo prazo, abordar e resolver os problemas assim que eles surgem é bem mais fácil do que cancelar um projeto e reingressar no processo do GEF/LDCF com uma nova submissão e outra agência.

<sup>30</sup> Disponível em <[http://unfccc.int/resource/docs/publications/annguid\\_e.pdf](http://unfccc.int/resource/docs/publications/annguid_e.pdf)>.

<sup>31</sup> Disponível em <[http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc\\_napa2009.pdf](http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc_napa2009.pdf)>.

#### 4.2.7. A CONCEPÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA COMPREENSIVA DE IMPLEMENTAÇÃO PODE MELHORAR A EFICÁCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PANA

Uma importante decisão a ser tomada logo no início tem a ver com a abordagem para a implementação do PANA. As duas principais opções são a busca de financiamento por intermédio do LDCF para um projeto único, percorrendo toda a sequência de etapas para a submissão de uma proposta, ou criar uma estratégia para a implementação de todo o PANA. Isso se daria pela criação de uma abordagem integrada ou programática que contemplasse todas as necessidades prioritárias, passando pelo planejamento e justificativas para a implementação, em seguida obtendo acesso ao LDCF para uma fase inicial da implementação conforme o atual limite de financiamento oferecido a cada PMD.

O projeto único citado aqui pode compreender várias atividades prioritárias do PANA; porém, é apresentado como um projeto único em termos do processamento do GEF. Um país poderá optar inicialmente por conduzir apenas um projeto por intermédio do LDCF com vistas a agilizar o processo de implementação, ou quando não houver recursos para a formulação da abordagem mais integrada. A maioria dos PMDs seguiu esse caminho até o momento, e obteve acesso ao LDCF para a implementação de um único projeto.

Discussões mais recentes acerca da adaptação exploraram o valor das abordagens programáticas para aumentar a eficácia das intervenções e assegurar a sustentabilidade das atividades uma vez que estejam plenamente integradas em atividades e programas setoriais e outras atividades e programas nacionais.

No entanto, observou-se que, embora a abordagem programática possa fazer mais sentido para melhorar os benefícios da coordenação e adaptação, ela demandaria um volume bem maior de fundos do que o que é oferecido hoje a cada PMD no âmbito do LDCF, e também exigiria mais esforços para a sua criação.

Há também o reconhecimento de que, como não foi oferecida clara orientação acerca da concepção da política e do projeto nas etapas iniciais da elaboração do PANA, a maioria dos PMDs não foi capaz de formular uma estratégia de implementação durante a fase de elaboração do PANA que correspondesse a uma orientação subsequente acerca da implementação de PANAs como parte do LDCF.

**Melhores práticas:** Estratégias de implementação compreensivas podem ajudar a aproveitar oportunidades à medida que aumenta a disponibilidade de financiamento. Os países que conseguiram examinar e planejar cuidadosamente sua estratégia de implementação durante o processo de elaboração do PANA geralmente tiveram uma transição mais tranquila para a fase de implementação.

**Lições aprendidas:** Alguns PMDs julgaram que a ausência de diretrizes no início para a implementação dos PANAs impediu o desenvolvimento de uma estratégia compreensiva de implementação durante a fase de elaboração do PANA. Vários PMDs adotaram uma abordagem de projeto único e teriam dado preferência a uma abordagem programática caso tivessem recebido claras diretrizes para a elaboração dessa abordagem.

#### 4.2.8. O CICLO SIMPLIFICADO DE PROJETO DO LDCF PROPORCIONA UM ACESSO MAIS RÁPIDO AOS RECURSOS

O LDCF foi instituído pela COP em 2001 para viabilizar a implementação do programa de trabalho dos PMDs. Com base na orientação da decisão 3/CP.11, o LDCF criou diversos conceitos especiais, projetados para simplificar a elaboração dos projetos e agilizar o acesso aos recursos do LDCF. Assim, o ciclo dos projetos do LDCF é muito mais simples do que o ciclo dos projetos normais do GEF, visto que os projetos vinculados ao LDCF são processados no ato do recebimento, o que reduz atrasos. O processo está sendo simplificado ainda mais de modo a incluir apenas uma aprovação do Conselho de LDCF do GEF.

No âmbito do LDCF, cada PMD pode obter acesso a uma parcela do total de recursos, que cresce proporcionalmente ao porte do fundo. Em 31 de março de 2011, os doadores haviam empenhado US\$ 324 milhões ao LDCF.

Na opinião de várias Partes, a evolução das diretrizes do GEF para o acesso do LDCF e a necessidade de ajuste dos PMDs a essas mudanças acarretou atrasos excessivos na implementação dos projetos do PANA, conforme exemplificado pela introdução dos novos procedimentos de acesso ao financiamento do LDCF.

Quando os PANAs tiveram início, o ciclo de projeto baseava-se em um conjunto definido de modelos, que posteriormente foram substituídos por outros modelos. Contudo, as *Diretrizes Anotadas do LEG para a Elaboração de Programas de Ação Nacional de Adaptação* ofereceram orientação para a criação de perfis de projeto com base em requisitos de informações a partir dos modelos iniciais; os PMDs que se encontravam na fase de implementação durante essas mudanças tiveram seus projetos cancelados e foram obrigados a reenviar a proposta do projeto conforme os novos formatos, o que gerou considerável atraso na aprovação dos projetos.

As agências do GEF apóiam os países em suas atividades de adaptação fazendo uso do financiamento de diferentes fundos geridos pelo GEF, bem como financiamento de outras fontes. A fim de facilitar seus próprios procedimentos de trabalho internos, as agências criaram modelos e uma lista de componentes básicos dos projetos de adaptação que apóiam. Embora o PANA se concentre apenas em necessidades de adaptação urgentes e imediatas e o LDCF tenha agilizado os procedimentos, as etapas práticas adotadas pelas agências frequentemente desconsideram isso, e todos os projetos são desenvolvidos segundo os procedimentos padrão das agências, independentemente da fonte de financiamento. Em decorrência disso, as fases de desenvolvimento dos projetos são demoradas e, às vezes, ocorre repetição das etapas já cumpridas durante a fase de elaboração do PANA, como as consultas aos atores.

**Melhores práticas:** O ciclo simplificado para os projetos do LDCF facilitou para os PMDs o acesso aos fundos do GEF. Vários conceitos, como o cofinanciamento de projetos de adaptação, foram refinados e simplificados por meio do LDCF, proporcionando formulações de projeto bem mais simples em comparação com projetos normais abrigados pelo Fundo Fiduciário do GEF que têm de demonstrar benefícios globais por meio da justificativa de custos incrementais.

O princípio de “acesso equilibrado” adotado pelo LDCF também constitui uma boa prática, pois evita os riscos da política de atendimento dos projetos por ordem de chegada, que esgotaria todos os recursos entre um número limitado de PMDs, mais especificamente aqueles dotados de maior capacidade institucional para o desenvolvimento do projeto.

**Lições aprendidas:** A mudança de procedimentos é necessária para dar lugar a alterações e ao aperfeiçoamento dos processos; porém, a devida consideração deve ser dispensada a providências de transição de tal modo a evitar atrasos desnecessários e/ou excessivos. A principal recomendação extraída dessas experiências com a troca de PDFs para PIF/PPGs é que, no futuro, não se imponham atrasos a projetos na fila de espera a ponto de exigir a resubmissão e a reaprovação, se de todo possível. Medidas devem ser adotadas no sentido de viabilizar uma transição tranquila. Muitos PMDs acharam que, devido ao fato de que cada PMD possui a garantia de uma certa quantidade de fundos do LDCF, o processo de acesso a esses recursos poderia ser facilitado imensamente, com ênfase na concepção da implementação, em vez da justificativa da escolha de um projeto. A transparência nos procedimentos da agência durante a concepção e implementação de projetos pode ajudar a evitar expectativas conflitantes por parte dos países.

#### 4.2.9. O PLANEJAMENTO DA ADAPTAÇÃO COM UMA ÊNFASE INICIAL NAS NECESSIDADES URGENTES E IMEDIATAS PODE SE BENEFICIAR DO CONHECIMENTO EXISTENTE

O nível de conhecimento varia entre os países, principalmente entre os PMDs, mas é excelente nos níveis global e regional, em virtude de esforços coletivos.

Muitas Partes afirmaram que não é necessário aguardar uma compreensão científica completa dos impactos da mudança do clima antes de agir e que, ao se adaptar a esse fenômeno, há várias ações que podem ser empreendidas para aprimorar a capacidade de adaptação e reduzir os impactos e custos do equacionamento do problema em um momento posterior.

Na verdade, a concepção do PANA é norteadada pela necessidade de enfrentamento das necessidades de adaptação imediatas e urgentes que já podem ser identificadas com o conhecimento atual. Nesse sentido, o PANA constitui um conceito dotado de grande valor para assegurar que os PMDs possam lidar com os impactos imediatos conhecidos da mudança do clima ao mesmo tempo em que fortalecem sua capacidade de abordar e satisfazer necessidades de adaptação futuras por meio da criação de resiliência e melhoria de sua capacidade de enfrentamento.

Os elementos restantes do programa de trabalho dos PMDs também são importantíssimos por terem sido criados para complementar os PANAs no sentido de suprir a lacuna de capacidades de enfrentamento da mudança do clima nos PMDs.

**Melhores práticas:** Em vários países, a realização de consultas como parte da fase de elaboração do PANA foi uma oportunidade de coleta de informações existentes relevantes acerca da vulnerabilidade à mudança do clima junto a um amplo leque de atores, inclusive governos municipais, comunidades de base, grupos religiosos reconhecidos, associações, ONGs e o setor privado. Durante as consultas aos atores, algumas equipes do PANA chegaram até a receber exemplos expressivos de adaptação comunitária tradicional e contemporânea que já haviam sido implementados no nível comunitário. Essa informação foi um bom ponto de partida para a identificação de atividades relevantes para o atendimento de necessidades de adaptação urgentes e imediatas.

**Lições aprendidas:** Podem surgir algumas diferenças entre as informações fornecidas pelas comunidades e as informações coletadas junto ao governo. Muitas vezes, as diferenças se devem ao fato de que as comunidades tendem a agir sobretudo conforme a demanda, ao passo que os governos são motivados predominantemente por considerações políticas. Portanto, as necessidades e expectativas de adaptação das comunidades e dos governos precisam ser gerenciadas com cautela, inclusive por meio da identificação de atividades de adaptação relevantes com a aplicação, por exemplo, de uma análise de múltiplos critérios.

#### 4.3. PRÓXIMOS PASSOS: NOVOS ESTUDOS DE CASO DOS PAÍSES E TRABALHO NO SENTIDO DE CRIAR UMA PLATAFORMA DE MELHORES PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS

Mais dados e informações estão sendo coletados no momento, e contatos estão sendo feitos com cada Parte PMD para que atualizem suas informações com vistas a estabelecer um monitoramento e rastreamento contínuos do andamento dos PANAs e da implementação dos outros elementos do programa de trabalho dos PMDs.

Para facilitar a identificação de novas melhores práticas e lições aprendidas, o LEG irá formular procedimentos específicos, inclusive etapas para mobilizar os diversos atores e organizações relevantes para a oferta de novas contribuições e idéias. O LEG pretende compartilhar informações sobre experiências, melhores práticas e lições aprendidas para cada PMD no Portal dos PMDs.<sup>32</sup>

Paralelamente a isso, o LEG continua a participar de discussões com o GEF, suas agências executoras, as Partes PMD e as equipes do PANA a fim de ajudar a identificar os gargalos e as respectivas soluções para o avanço mais eficiente do tratamento das preocupações dos PMDs.

A presente publicação não constitui, portanto, um produto final, e sim um primeiro passo para o desenvolvimento de uma plataforma de melhores práticas e lições aprendidas que se baseará nos estudos de caso dos países e resultados das discussões citadas acima.

<sup>32</sup> Disponível em <<http://www.unfccc.int/ldc>>.

## V. ANEXOS/TABELAS

### 5.1. STATUS DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PANA, EM 13 DE MAIO DE 2011

Tabela V-2. Status de elaboração e implementação do PANA, em 13 de maio de 2011

País	Submissão do PANA	Status dos projetos submetidos ao LDCF		
		Título do projeto	Primeira submissão do PIF	Endosso do CEO
Afganistão	Setembro de 2009	Projeto no. 1: Construção da capacidade de adaptação e resiliência à mudança do clima no Afeganistão	Fevereiro de 2010	-
Angola	Ainda não submetido	-	-	-
Bangladesh	Novembro de 2005	Projeto no. 1: Adaptação da comunidade à mudança do clima por meio do florestamento costeiro	Abril de 2007	Dezembro de 2008
Benin	Janeiro de 2008	Projeto no. 1: Programa integrado de adaptação para combater os efeitos da mudança do clima na produção agrícola e na segurança alimentar do Benin	Junho de 2008	Janeiro de 2010
Butão	Maio de 2006	Projeto no. 1: Redução dos riscos e vulnerabilidades induzidos pela mudança do clima relacionados a irrupções de lagos glaciais nos Vales de Punhakha-Wangdi e Chamkhar	Agosto de 2007	Março de 2008
Burkina Faso	Dezembro 2007	Projeto no. 1: Fortalecimento das capacidades de adaptação e redução da vulnerabilidade à mudança do clima em Burkina Faso	Agosto de 2008	Abril de 2009
Burundi	Fevereiro de 2007	Projeto no. 1: Melhoria da gestão de riscos climáticos e da adaptação no Burundi	Abril de 2010	-
Camboja	Março de 2007	Projeto no. 1: Programa de avaliação da vulnerabilidade e adaptação à mudança do clima na zona costeira do Camboja considerando a melhoria dos modos de subsistência e os ecossistemas	Janeiro de 2010	-
		Projeto no. 2: Fortalecimento da capacidade de adaptação e da resiliência das comunidades rurais por meio de abordagens à mudança e à variabilidade climáticas de pequeno porte às bacias hidrográficas visando a segurança alimentar sustentável	Agosto de 2011	-

Tabela V-2. Status de elaboração e implementação do PANA, em 13 de maio de 2011 (continuação)

País	Submissão do PANA	Status dos projetos submetidos ao LDCF		
		Título do projeto	Primeira submissão do PIF	Endosso do CEO
Cabo Verde	Dezembro 2007	Projeto no. 1: Construção da capacidade de adaptação e da resiliência à mudança do clima no setor hídrico em Cabo Verde	Dezembro de 2009	Setembro de 2009
República da África Central	Junho de 2008	Projeto no. 1: Programa integrado de adaptação para combater os efeitos da mudança do clima na produção agrícola e na segurança alimentar	Setembro de 2010	-
Chade	Fevereiro de 2010	Projeto no. 1: Melhoria das capacidades de adaptação de instituições nacionais e de comunidades rurais na abordagem aos impactos da mudança do clima sobre os setores agrícola e hídrico na República do Chade	Dezembro de 2010 <i>Projeto em revisão para alinhamento com as iniciativas do Great Green Wall</i>	-
Comores	Novembro de 2006	Projeto no. 1: Adaptação da gestão dos recursos hídricos em Comores de modo a melhorar a capacidade de enfrentamento frente a mudança do clima	Dezembro de 2008	Agosto de 2010
República Democrática do Congo	Setembro de 2006	Projeto no. 1: Construção da capacidade do setor agrícola na República Democrática do Congo para responder às ameaças adicionais impostas pela mudança do clima à segurança e à produção alimentar	Julho de 2008	Janeiro de 2010
Djibuti	Outubro de 2006	Projeto no. 1: Implementação de intervenções prioritárias do PANA para a construção da resiliência nas zonas costeiras mais vulneráveis no Djibuti	Junho de 2007	Maio de 2010
Eritreia	Maio de 2007	Projeto no. 1: Integração de riscos relacionados à mudança do clima ao manejo pecuário de comunidades nas Planícies do Noroeste da Eritreia	Maio de 2007	Agosto de 2009
Etiópia	Junho de 2008	Projeto no. 1: Promoção da adaptação autônoma no nível comunitário na Etiópia	Fevereiro de 2010	-
Gâmbia	Janeiro de 2008	Projeto no. 1: Fortalecimento da vulnerabilidade dos sistemas de alerta precoce da mudança do clima da Gâmbia	Julho de 2008	-
Guiné	Julho de 2007	Projeto no. 1: Maior resiliência e adaptação aos impactos adversos da mudança do clima nas zonas costeiras vulneráveis da Guiné	Junho de 2008	Outubro de 2010
Guiné-Bissau	Fevereiro de 2008	Projeto no. 1: Fortalecimento da resiliência e da capacidade de adaptação à mudança do clima nos setores agrário e hídrico da Guiné-Bissau	Junho de 2009	Dezembro de 2010

Tabela V-2. Status de elaboração e implementação do PANA, em 13 de maio de 2011 (continuação)

País	Submissão do PANA	Status dos projetos submetidos ao LDCF		
		Título do projeto	Primeira submissão do PIF	Endosso do CEO
Haiti	Dezembro de 2006	Projeto no. 1: Fortalecimento das capacidades de adaptação para enfrentar as ameaças da mudança do clima em estratégias de desenvolvimento sustentável para as comunidades costeiras do Haiti	Agosto de 2008	Dezembro de 2010
		Projeto no. 2: Fortalecimento da resiliência ao clima e redução dos riscos de desastres na agricultura a fim de melhorar a segurança alimentar no Haiti pós-terremoto	Fevereiro de 2010	-
Kiribati	Janeiro de 2007	Projeto no. 1: Aumento da resiliência à variabilidade e riscos do clima	Agosto de 2009	-
República Democrática Popular do Laos	Maio de 2009	Projeto no. 1: Melhoria da resiliência do setor agrícola na República Democrática Popular do Laos aos impactos da mudança do clima	Agosto de 2009	Novembro de 2010
		Projeto no. 2: Governança eficaz das infraestruturas rurais de pequeno porte e preparação aos desastres no contexto das mudanças climáticas	2011	-
Lesoto	Junho de 2007	Projeto no. 1: Melhoria do sistema de alerta precoce para reduzir os impactos da mudança do clima e capacitação para integrar a mudança do clima ao desenvolvimento	Novembro de 2008	-
Libéria	Julho de 2007	Projeto no. 1: Melhoria da resiliência de áreas costeiras vulneráveis aos riscos da mudança do clima na Libéria	Fevereiro de 2010	Junho de 2010
		Projeto no. 2: Melhoria da resiliência à mudança do clima por meio da integração das preocupações com adaptação ao desenvolvimento do setor agrícola na Libéria	Junho de 2010	-
Madagascar	Dezembro de 2006	-	-	-
Maláui	Março de 2006	Projeto no. 1: Adaptação ao clima para meios de subsistência rurais e agricultura (CARLA, na sigla em inglês)	Abril de 2007	Outubro de 2010
Maldivas	Março de 2008	Projeto no. 1: Integração dos riscos da mudança do clima ao programa de desenvolvimento de maior segurança à ilha das Maldivas	Novembro de 2008	Novembro de 2009



Tabela V-2. Status de elaboração e implementação do PANA, em 13 de maio de 2011 (continuação)

País	Submissão do PANA	Status dos projetos submetidos ao LDCF		
		Título do projeto	Primeira submissão do PIF	Endosso do CEO
Mali	Dezembro de 2007	Projeto no. 1: Melhoria da capacidade de adaptação e da resiliência no setor agrícola de Mali	Setembro de 2008	Março de 2010
		Projeto no. 2: Integração da resiliência climática à produção agrícola para segurança alimentar em áreas rurais de Mali	Abril de 2009	Abril de 2011
Mauritânia	Novembro de 2004	Projeto no. 1: Apoio à adaptação de sistemas de produção agrícola vulneráveis na Mauritânia	Fevereiro de 2009	-
Moçambique	Julho de 2008	Adaptação na zona costeira de Moçambique	Não disponível	-
Mianmar	Ainda não submetido	-	-	-
Nepal	Novembro de 2010	-	-	-
Níger	Julho de 2006	Projeto no. 1: Implementação de intervenções prioritárias do PANA para construir a resiliência e a capacidade de adaptação do setor agrícola para enfrentar a mudança do clima em Níger	Setembro de 2007	Agosto de 2009
Ruanda	Mai de 2007	Projeto no. 1: Redução da vulnerabilidade à mudança do clima por meio do estabelecimento de sistemas de alerta precoce e prontidão contra desastres e apoio à gestão hídrica integrada em áreas propensas a inundações	Outubro de 2008	Março de 2010
Samoa	Dezembro de 2005	Projeto no. 1: Adaptação integrada à mudança do clima em Samoa (ICCAS, na sigla em inglês)	Abril de 2007	Fevereiro de 2009
		Projeto no. 2: Integração da resiliência e dos riscos à mudança do clima ao manejo florestal (ICCRIFS, na sigla em inglês)	Dezembro de 2009	Março de 2011
São Tomé e Príncipe	Novembro de 2007	Projeto no. 1: São Tomé e Príncipe: adaptação à mudança do clima	Mai de 2009	-
		Projeto no. 2: Fortalecimento da capacidade de adaptação das famílias criadoras de animais mais vulneráveis de São Tomé e Príncipe	Junho de 2010	-
Senegal	Novembro de 2006	Projeto no. 1: Projeto de adaptação à mudança do clima em áreas de gestão de bacias hidrográficas e retenção hídrica	Não disponível	-
Serra Leoa	Junho de 2008	Projeto no. 1: Integração da adaptação à mudança do clima à produção agrícola e à segurança alimentar em Serra Leoa	Julho de 2008	Dezembro de 2010
Ilhas Salomão	Dezembro de 2008	-	-	-

Tabela V-2. Status de elaboração e implementação do PANA, em 13 de maio de 2011 (continuação)

País	Submissão do PANA	Status dos projetos submetidos ao LDCF		
		Título do projeto	Primeira submissão do PIF	Endosso do CEO
Sudão	Junho de 2007	Projeto no. 1: Implementação de intervenções prioritárias do PANA para construir a resiliência nos setores hídrico e agrícola aos efeitos adversos da mudança climática	Agosto de 2007	Setembro de 2009
República Unida da Tanzânia	Setembro de 2007	Projeto no. 1: Desenvolvimento da capacidade central para implementar a adaptação à mudança do clima na Tanzânia em zonas costeiras produtivas	Setembro de 2009	-
Timor-Leste	Ainda não submetido	-	-	-
Togo	Setembro de 2009	Projeto no. 1: Fortalecimento das capacidades de adaptação do setor agrícola à mudança do clima no Togo	Maio de 2010 <i>O projeto foi retirado</i>	-
		Projeto no. 1 (bis): Adaptação da produção agrícola no Togo	Abril de 2011	-
Tuvalu	Maio de 2007	Projeto no. 1: Aumento da resiliência de áreas costeiras e assentamentos comunitários à mudança do clima	Maio de 2008	Novembro de 2009
Uganda	Dezembro de 2007	-	-	-
Vanuatu	Dezembro de 2007	Projeto no. 1: Aumento da resiliência à mudança do clima e a riscos naturais	Setembro de 2008	-
Iêmen	Abril de 2009	Projeto no. 1: Manejo integrado de zonas costeiras no Iêmen	Abril de 2009	-
Zâmbia	Outubro de 2007	Projeto no. 1: Adaptação aos efeitos de secas e da mudança climática nas zonas agro-ecológicas 1 e 2 da Zâmbia	Junho de 2008	Dezembro de 2009

Símbolos: PANAs = programas de ação nacional de adaptação; LDCF = Fundo para os Países Menos Desenvolvidos; PIF = Formulário de Identificação do Projeto; CEO = Diretor Geral (do GEF)

## 5.2. PUBLICAÇÕES SELECIONADAS DO LEG

Tabela V-3. Publicações selecionadas do LEG

Capa	Título e weblink	Síntese e comentário
	<p><b>Guia Passo-a-Passo para a Implementação de Programas de Ação Nacional de adaptação</b> (versões em inglês, francês e português)</p> <p>Inglês &lt;<a href="http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc_napa2009.pdf">http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc_napa2009.pdf</a>&gt;</p>	<p>O guia foi elaborado para ajudar os PMDs a projetar a implementação dos PANAs e para orientar as equipes nos países a acessar o financiamento existente do LDCF para a implementação dos mesmos. O guia foi escrito pelo LEG, em colaboração com o GEF e suas agências.</p>
	<p>Francês &lt;<a href="http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc_napa2009_fr.pdf">http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc_napa2009_fr.pdf</a>&gt;</p>	
	<p>Português &lt;<a href="http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc_napa2009_pr.pdf">http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc_napa2009_pr.pdf</a>&gt;</p>	
	<p><b>PANA Source Kit CD-ROM (2009)</b></p>	<p>O CD-ROM contém todos os documentos relevantes aos PMDs no âmbito da CQNUMC, incluindo decisões da COP <i>Decisões</i>, o <i>Guia Passo-a-Passo para a Implementação de Programas de Ação Nacional de adaptação</i>, materiais de treinamento elaborados pelo LEG e documentos de projetos do LDCF submetidos ao GEF.</p>
	<p>Information paper 2009: <b>Support Needed to Fully Implement National Adaptation Programmes of Action</b></p> <p>&lt;<a href="http://unfccc.int/resource/docs/publications/09_ldc_sn_napa.pdf">http://unfccc.int/resource/docs/publications/09_ldc_sn_napa.pdf</a>&gt;</p>	<p>Este documento analisa as informações submetidas nos PANAs, assim como os dados de custos das propostas de projeto submetidas ao GEF para financiamento no âmbito do LDCF, para fornecer uma estimativa do apoio financeiro necessário para a implementação plena dos PANAs. Outros tipos de apoio, incluindo capacitação, desenvolvimento e transferência de tecnologias e arranjos institucionais, também são considerados.</p>

Tabela V-3. Publicações selecionadas do LEG (continuação)



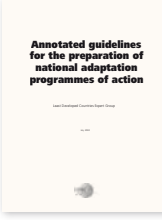
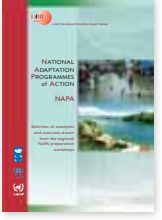
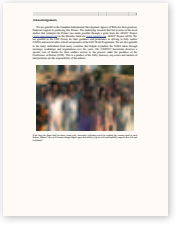
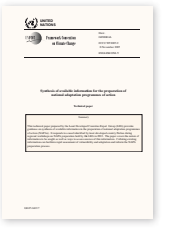
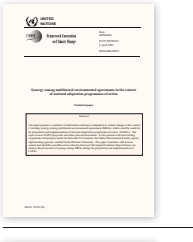

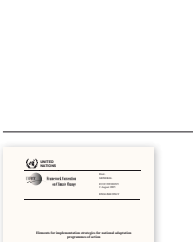
Capa	Título e weblink	Síntese e comentário
	<p>Technical Paper 2009: <b>Overview of Preparation, Design of Implementation Strategies and Submission of Revised Projeto Lists and Profiles</b></p> <p><a href="http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc_tp2009.pdf">http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc_tp2009.pdf</a></p>	<p>Este documento descreve as etapas de elaboração dos PANAs e explora as opções para abordar os problemas identificados pelas equipes responsáveis pelo PANA, usando como base as lições aprendidas e as melhores práticas. O documento então apresenta uma possível abordagem para a atualização dos PANAs, a ser usada pelas Partes PMDs ao submeter informações com o objetivo de complementar PANAs já submetidos, como forma de atualizar os riscos e as prioridades identificados. O documento também é uma contribuição do LEG ao programa de trabalho de Nairóbi, e pode orientar as discussões sobre planejamento da adaptação no âmbito do AWG-LCA da Convenção.</p>
	<p>LDC Brochure 2009: <b>Least Developed Countries under the UNFCCC</b></p> <p><a href="http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc_brochure2009.pdf">http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc_brochure2009.pdf</a></p>	<p>Fornece uma apresentação dos PMDs no âmbito da CQNUMC.</p>
	<p><b>Diretrizes Anotadas para a Elaboração de Programas de Ação Nacional de Adaptação</b> (versões em inglês, francês e português)</p> <p>Inglês <a href="http://unfccc.int/resource/docs/publications/annguid_e.pdf">http://unfccc.int/resource/docs/publications/annguid_e.pdf</a></p> <p>Francês <a href="http://unfccc.int/resource/docs/publications/annguid_f.pdf">http://unfccc.int/resource/docs/publications/annguid_f.pdf</a></p> <p>Português <a href="http://unfccc.int/resource/docs/publications/annguid_p.pdf">http://unfccc.int/resource/docs/publications/annguid_p.pdf</a></p>	<p>O LEG elaborou comentários às diretrizes para elaboração dos PANAs para oferecer esclarecimentos sobre as atividades que devem ser realizadas a cada etapa do processo de elaboração do PANA.</p>
	<p><b>Selection of Examples and Exercises Drawn from the Regional PANA Preparation Workshops</b></p> <p><a href="http://unfccc.int/6110.php">http://unfccc.int/6110.php</a></p>	<p>O objetivo principal desta publicação é compartilhar os resultados da experiência obtida durante as quatro oficinas de trabalho dedicadas aos PANAs. Essas oficinas foram organizadas sob a liderança do LEG, com o apoio dos projetos financiados pelo PNUD/GEF, pelo PNUMA e pela Agência Suíça para o Meio Ambiente, Florestas e Paisagem (SAEFL). O Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR) foi a agência executora.</p>

Tabela V-3. Publicações selecionadas do LEG (continuação)

Capa	Título e weblink	Síntese e comentário
	<p>The NAPA Primer</p> <p><a href="http://unfccc.int/6110.php">http://unfccc.int/6110.php</a></p>	<p>Esta cartilha foi elaborada para introduzir o programa de ação nacional de adaptação (PANA) e explicar como ele se encaixa no quadro geral de discussões sobre mudança do clima e adaptação.</p>
	<p>Technical Paper-2005-2: <b>Synthesis of Available Information for the Preparation of National Adaptation Programmes of Action</b></p> <p><a href="http://unfccc.int/resource/docs/2005/tp/eng/02.pdf">http://unfccc.int/resource/docs/2005/tp/eng/02.pdf</a></p>	<p>Este documento técnico elaborado pelo LEG oferece um resumo das informações disponíveis sobre a elaboração dos PANAs. Ele responde a uma necessidade identificada pelas Partes PMDs durante as oficinas de trabalho sobre a elaboração dos PANAs realizadas pelo LEG em 2003. O documento compreende a natureza das informações a serem buscadas, assim como maneiras de acessar as fontes dessas informações.</p>
	<p>Technical Paper-2005-3: <b>Synergy Among Multilateral Environmental Agreements</b></p> <p><a href="http://unfccc.int/resource/docs/2005/tp/eng/03.pdf">http://unfccc.int/resource/docs/2005/tp/eng/03.pdf</a></p>	<p>Este documento apresenta um resumo das informações relacionadas à adaptação à mudança do clima no contexto de se criar uma sinergia entre os acordos ambientais multilaterais, que pode ser útil na elaboração e implementação dos PANAs.</p>
	<p>Technical Paper-2005-4: <b>Regional synergy in the Context of National Adaptation Programmes of Action</b></p> <p><a href="http://unfccc.int/resource/docs/2005/tp/eng/04.pdf">http://unfccc.int/resource/docs/2005/tp/eng/04.pdf</a></p>	<p>Este documento apresenta um resumo das informações relacionadas à sinergia regional no contexto da adaptação à mudança do clima que pode ser útil na elaboração e implementação dos PANAs. O documento revê as propostas de PANAs e outros documentos relevantes. Ele também descreve programas e projetos existentes relevantes implementados por várias entidades internacionais, com o propósito de identificar oportunidades para ação cooperativa durante o processo do PANA. O documento identifica possíveis ações por meio das quais o LEG pode ampliar a promoção da sinergia regional durante a elaboração e a implementação dos PANAs.</p>
	<p>Technical Paper-2005-5: <b>Elements for Implementation Strategies for National Adaptation Programmes of Action</b></p> <p><a href="http://unfccc.int/resource/docs/2005/tp/eng/05.pdf">http://unfccc.int/resource/docs/2005/tp/eng/05.pdf</a></p>	<p>Este documento técnico elaborado pelo LEG propõe elementos para estratégias de implementação do PANAs. Ele responde a uma necessidade identificada por Partes PMDs e pelas equipes responsáveis pelos PANAs de orientações adicionais sobre a classificação de prioridades de urgência, fontes de financiamento, estruturas institucionais para a elaboração do PANA, sua integração, e o monitoramento e a avaliação das atividades do PANA.</p>

Símbolos: PANA = programas de ação nacional de adaptação; LDC = países menos desenvolvidos; LEG = grupo de especialistas dos países menos desenvolvidos; GEF = Fundo Global para o Meio Ambiente; LDCF = Fundo para os Países Menos Desenvolvidos; PIF = Formulário de Identificação do Projeto; CEO = Diretor Geral (do GEF); CQNUMC = Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; AWG-LCA = Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Ação Cooperativa de Longo Prazo no âmbito da Convenção (AWG-LCA); PNUD = Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; PNUMA = Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

### 5.3. PRINCIPAIS DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES DO LDCF PELO GEF

**Tabela V-4. Principais documentos e publicações do LDCF pelo GEF**

Título	Web Link
<p><b>Operational Guidelines for Expedited Funding for the Preparation of National Adaptation Programmes of Action by Least Developed Countries</b> <i>Diretrizes operacionais para a obtenção de um financiamento mais expedito para a elaboração de Programas de Ação Nacional para Adaptação por parte dos Países Menos Desenvolvidos.</i> Abril de 2002</p>	<p>&lt;<a href="http://unfccc.int/files/cooperation_and_support/capacity_building/application/pdf/gefsecnapguideeng.pdf">http://unfccc.int/files/cooperation_and_support/capacity_building/application/pdf/gefsecnapguideeng.pdf</a>&gt;</p>
<p><b>Programming Paper for Funding the Implementation of PANAs under the LDC Trust Fund</b> <i>Documento programático para Financiamento da Implementação dos PANAs no âmbito do Fundo Fiduciário para os PMDs.</i> Maio de 2006</p>	<p>&lt;<a href="http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/GEFC.28.18.pdf">http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/GEFC.28.18.pdf</a>&gt;</p>
<p><b>Comparative Advantages of the GEF Agencies</b> <i>Vantagens Comparativas das Agências do GEF.</i> Junho de 2007 (GEF/C.31/5 rev.1)</p>	<p>&lt;<a href="http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/C.31.5%20Comparative%20advantages.pdf">http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/C.31.5%20Comparative%20advantages.pdf</a>&gt;</p>
<p><b>Results-Based Management Framework for Least Developed Countries Fund (LDCF) and Special Climate Change Fund (SCCF)</b> <i>Estrutura de Gestão Baseada em Resultados para o Fundo para Países Menos Desenvolvidos [LDCF] e para o Fundo Especial para Mudança do Clima [SCCF].</i> Maio de 2009 (GEF/LDCF.SCCF.6/4)</p>	<p>&lt;<a href="http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/LDCF.SCCF_.6.4.Results_based_Management.pdf">http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/LDCF.SCCF_.6.4.Results_based_Management.pdf</a>&gt;</p>
<p><b>Implementation of Results-Based Management under the Least Developed Countries Fund and the Special Climate Change Fund.</b> <i>Implementação de Gestão Baseada em Resultados no âmbito do Fundo para Países Menos Desenvolvidos e para o Fundo Especial para Mudança do Clima.</i> Outubro de 2009 (GEF/LDCF.SCCF.7/4)</p>	<p>&lt;<a href="http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/LDCF.SCCF_.7.4_RBM%20implementation%20paper_v.7.pdf">http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/LDCF.SCCF_.7.4_RBM%20implementation%20paper_v.7.pdf</a>&gt;</p>
<p><b>Accessing Resources under the Least Developed Countries Fundo.</b> Maio de 2010 (GEF/LDCF.SCCF.8/3)</p>	<p>&lt;<a href="http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/Accessing%20Resources..pdf">http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/Accessing%20Resources..pdf</a>&gt;</p>
<p><b>Accessing Resources under the Least Developed Countries Fundo.</b> Julho de 2011</p>	<p>&lt;<a href="http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/publication/23469_LDCF.pdf">http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/publication/23469_LDCF.pdf</a>&gt;</p>

*Símbolos:* PANAs = programas de ação nacional de adaptação; PMD = países menos desenvolvidos; GEF = Fundo Global para o Meio Ambiental.









© 2011 Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Direitos reservados

Esta publicação é feita com finalidade de informação pública, não é um texto oficial da Convenção em nenhum sentido legal ou técnico. A não ser que indicado em títulos, figuras ou gráficos, todo material pode ser livremente reproduzido total ou parcialmente, informar a fonte é um reconhecimento.

Para maiores informações contatar

**Secretariado de Mudança do Clima (CQNUMC)**

**Martin-Luther-King-Strasse 8**

**53175 Bonn, Alemanha**

**Telefone +49. 228. 815 10 00**

**Telefax +49. 228. 815 19 99**

**PMDs no secretariado é apoiado pelo programa de adaptação**

**Visite o Portal dos Países Menos Desenvolvidos em: <http://unfccc.int/ldc>**

**(em inglês e francês apenas)**

ISBN 92-9219-084-9

Fotos:

Páginas 4, 8, 30, 47, 51, 55, 56, 59, 65 e 86 © Paul Desanker (UNFCCC)

Páginas 32 e 35 © Thomas Senett (Banco Mundial)

Página 36 © Departamento de Geologia e Minas, Ministério de Assuntos Econômicos, Governo Real do Butão

Páginas 39 © Departamento de Serviços Hidrométricos, Ministério de Assuntos Econômicos, Governo Real do Butão

Página 40 © Curt Carnemark (Banco Mundial)

Página 43 © Yosef Hadar (Banco Mundial)

Página 44 © Marco Dormino for UNICEF (UN news and media)

Página 47 © Eskinder Debebe (UN news and media)

Página 52 © Francis Dobbs (Banco Mundial)

Página 61 © Yosef Hadar (Banco Mundial)

Direção de arte e design: Heller & C GmbH, Cologne

Impressão: DCM Druck Center Meckenheim

Papel: dentro Papyrus RecyStar Polar\*

\* Papel reciclado



